



# PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

---

2019-2023<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Prorrogação do prazo do Plano de Desenvolvimento Social 2019-2021 (2019-2023), aprovada na 38ª sessão plenária ordinária do CLASP, a 26/04/2022

# FICHA TÉCNICA

## TÍTULO

PLANO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO PORTO 2019-2023

## COORDENAÇÃO NO MUNICÍPIO DO PORTO – PELOURO DA HABITAÇÃO E COESÃO SOCIAL

Fernando Paulo

COORDENAÇÃO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COESÃO SOCIAL, DIVISÃO  
MUNICIPAL DE GESTÃO DA REDE SOCIAL

Raquel Castello-Branco

Cláudia Costa

## AUTORIA

SINCLAB – SOCIAL INCLUSION LABORATORY (FPCEUP)

EDIÇÃO E COORDENAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA

Rui Serôdio<sup>1</sup>

Alexandra Serra<sup>1,2</sup>

José Albino Lima<sup>1</sup>

## CONTRIBUIDORES

Alexandra Serra

Rui Serôdio

José Albino Lima

Irene Gomes<sup>1</sup>

Bruno Pinto<sup>1</sup>

Luísa Catita<sup>1</sup>

Hugo Guimarães<sup>1</sup>

Madalena Catalino<sup>1</sup>

Sofia Brito<sup>1</sup>

Sandra Oliveira<sup>1</sup>

1. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP);
2. Instituto Universitário de Ciências da Saúde (IUCS)

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	5
MENSAGEM	7
SUMÁRIO EXECUTIVO	10
A. DESENHO CONCEPTUAL E OPERATIVO DO PLANO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2019-2023	11
A.1. PERSPETIVA ESTRATÉGICA CRESCIMENTO INTELIGENTE, INOVAÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO SOCIAL	12
A.2. PRESSUPOSTOS NUCLEARES	15
A.3. CONCEITOS, POLÍTICAS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	19
A.4. ENQUADRAMENTO NA REALIDADE SOCIAL LOCAL	24
A.4.A. DEMOGRAFIA	26
A.4.B. DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS	34
A.4.C. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	55
A.4.D. SAÚDE	65
A.4.E. HABITAÇÃO	73
A.4.G. IGUALDADE DE GÉNERO	87
A.4.H. GRUPOS HUMANOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS	95
A.4.H.1. CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	95
A.4.H.2. POPULAÇÃO SÉNIOR	115
A.4.H.3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE	121
A.4.H.4. PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS	125
A.4.H.5. IMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS	134
A.4.H.6. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO	138
A.4.H.7. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO	146
A.5. DEFINIÇÃO DE EIXOS ESTRUTURANTES, AÇÕES ESTRATÉGICAS E DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO	157
B. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2019-2023	163
B.1. MODELO DE GOVERNAÇÃO E DINAMIZAÇÃO	165
B.2. MONITORIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	170
C. PLANO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2019-2023	176

C.1. EIXO ESTRUTURANTE 1. DINAMIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INOVAÇÃO NA RSPORTO	178
AÇÃO ESTRATÉGICA 1. PROMOÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA CONCERTADA DE DIVULGAÇÃO, PARTILHA E ARTICULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA RSPORTO	179
AÇÃO ESTRATÉGICA 2. CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE VISIBILIDADE DAS SINERGIAS DA RSPORTO	181
AÇÃO ESTRATÉGICA 3. CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA RSPORTO	182
AÇÃO ESTRATÉGICA 4. DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA CONCERTADA DE EXPERIMENTAÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL NA RSPORTO	183
C.2. EIXO ESTRUTURANTE 2. DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO	184
DOMÍNIO PRIORITÁRIO 1. CRIANÇAS, JOVENS E SUAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	185
DOMÍNIO PRIORITÁRIO 2. SENIORES E SUAS/SEUS CUIDADORAS/ES INFORMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	187
DOMÍNIO PRIORITÁRIO 3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	190
DOMÍNIO PRIORITÁRIO 4. PESSOAS COM PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL	192
DOMÍNIO PRIORITÁRIO 5. PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS (CAD)	194
DOMÍNIO PRIORITÁRIO 6. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO	197
DOMÍNIO PRIORITÁRIO 7. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DOMÉSTICA	199
DOMÍNIO PRIORITÁRIO 8. PESSOAS MIGRANTES E PESSOAS DE MINORIAS ÉTNICAS	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203

## AGRADECIMENTOS

Todo o trabalho subjacente à elaboração do **Plano de Desenvolvimento Social do Porto 2019-2023**<sup>2</sup> resulta de um genuíno envolvimento e esforço coletivo. De facto, este documento estratégico foi ganhando a sua estrutura, conteúdo e significado à medida que as múltiplas pessoas e entidades foram dando o seu inestimável contributo através de processos e de dinâmicas de participação verdadeiramente ativos.

Neste sentido, o primeiro agradecimento deve ser dirigido a todas as pessoas que, individualmente ou em representação das entidades que integram a Rede Social do Porto ou que com ela colaboram, participaram de forma ativa, responsável e comprometida na elaboração dos diversos dispositivos estratégicos, em particular, no Plano de Desenvolvimento Social para o Município do Porto.

Ao longo de todo o processo, revelaram-se fulcrais a orientação estratégica da Vereação da Habitação e Coesão Social e a estreita colaboração e articulação com as Divisões do Departamento Municipal de Coesão Social, em particular com a Divisão Municipal de Gestão da Rede Social. Na realidade, conseguiu-se tecer uma relação de parceria que foi fundamental para concretizar os objetivos e os produtos a que o projeto se propôs. O nosso agradecimento, também, por terem sabido agregar os recursos humanos e materiais necessários à implementação de um vasto conjunto de atividades no curso das diferentes fases do Projeto.

Um agradecimento ao Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social do Porto, pela disponibilidade com que os seus membros e entidades, acolheram e promoveram as diversas iniciativas do Projeto Desenvolvimento Social Inclusivo.Porto, bem como, o modo como foram parceiros ativos no processo de orientação, acompanhamento e monitorização das ações.

O trabalho de articulação que tem vindo a ser referido estendeu-se também às Unidades Orgânicas e às Entidades Participadas do Município, ou similares. Em particular, aquelas que de forma direta ou indireta, relacionam a sua atividade ou domínio de atuação no âmbito da coesão e inclusão social. Esta sinergia é, em si mesma, reveladora de concertação e alinhamento estratégico do próprio Município do Porto.

À mais de uma centena e meia de pessoas que se envolveram nas diferentes fases de execução e atividades deste Projeto dirigimos o nosso sincero agradecimento e a convicção de que este Plano

---

<sup>2</sup> Prorrogação do prazo do Plano de Desenvolvimento Social 2019-2021 (2019-2023), aprovada na 38ª sessão plenária ordinária do CLASP, a 26/04/2022

de Desenvolvimento Social do Porto é a materialização, num documento estratégico, de um efetivo processo de coconstrução, participado, inclusivo, e de trabalho em rede.

## MENSAGEM

Em 2014, o Município do Porto apresentou à cidade o Plano de Desenvolvimento Social que vigorou até 2017. Subjacente a este presidiu a estratégia de envolver as entidades representadas na Rede Social do Porto, num processo amplamente participado, de co - construção de um documento orientador em matéria de política social e medidas locais dirigidas aos cidadãos portuenses em situação de vulnerabilidade social.

Importou, desde então, que nenhum cidadão ficasse de fora da estratégia, geradora de oportunidades, identificadas a partir das prioridades locais definidas no seio da Rede Social, e ancoradas nos referenciais nacionais e europeus.

Dois anos volvidos o Executivo Municipal reafirma a Coesão Social como pressuposto basilar da política autárquica para a cidade, sendo, por isso, fundamental, desenhar e implementar um conjunto de políticas ativas e medidas promotoras de inclusão e coesão social, que perpassam diferentes domínios, designadamente: a demografia, as dinâmicas socioeconómicas, a educação e formação, a saúde, a habitação, a segurança e a igualdade de género, dirigidas aos cidadãos que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Na génese destas políticas estiveram os parceiros da Rede Social do Porto, garantindo que, por um lado, o Diagnóstico Social refletisse as preocupações e os anseios das entidades e dos cidadãos e, por outro, envolvesse o consórcio na implementação do Plano de Desenvolvimento Social do Porto (PDS.Porto) muito concretamente dos Planos de Ação, num exercício contínuo de autocrítica, gerador de novas respostas sociais e/ou otimização das existentes.

É nossa convicção que o PDS. Porto mobiliza capital humano, técnico e financeiro que se traduzirá em investimento social na cidade, multiplicando efeitos positivos nos domínios acima enunciados.

Ainda que os agentes da cidade na multiplicidade da sua oferta, nos quais se inclui o Município do Porto, se constituam como pólo de atração da área metropolitana e da região norte, atraindo profissionais e estudantes, não residentes e migrantes, que têm contribuído para o surgimento de novas dinâmicas socioeconómicas, culturais e de inovação, com impacto positivo no reequilíbrio demográfico, importa-nos reforçar o investimento numa tendência de evolução demográfica menos marcada pelo impacto do envelhecimento populacional.

Para tal, é fundamental criar mecanismos compensatórios e de atração, em diferentes sectores, elevando o número de população residente, em particular os jovens e a população ativa, promovendo a empregabilidade, prestando especial atenção aos jovens NEET e aos cidadãos mais vulneráveis, robustecendo e adaptando o seu perfil de competências às especificidades do mercado de trabalho.

Não podemos, assim, ignorar que, uma cidade mais qualificada enfrenta o desafio de reduzir as assimetrias territoriais que ainda persistem, investindo em estratégias preventivas, em particular junto dos jovens e famílias multidesafiadas, com o propósito de elevar as habilitações escolares, as qualificações e as competências, mitigando o abandono precoce, o absentismo escolar e facilitando a transição para o mercado de trabalho.

No PDS. Porto reconhecem-se os desafios associados às reconfigurações das estruturas familiares mais expostas a situações ao risco de exclusão social - as famílias monoparentais com filhos, as famílias unipessoais, em particular as constituídas por idosos com mais de 65 anos, as pessoas com deficiência ou incapacidade que, face à fragilidade e isolamento social, incitam à procura de soluções multissetoriais, promotoras da sua (re) integração e melhoria dos padrões de qualidade de vida.

8

É inegável que a política de habitação é de crucial importância para garantir outros direitos fundamentais e básicos, pelo que deve manter-se como uma área prioritária de intervenção do Município do Porto e da cidade, através de medidas diversificadas que possam ir de encontro aos diferentes segmentos que não conseguem aceder à habitação sem uma intervenção pública.

É, também, relevante investir ora cirurgicamente, ora transversalmente, na sensibilização e consciencialização para as múltiplas formas de discriminação e desigualdade de género, envolvendo a RSPorto, em abordagens que contribuam para o desenvolvimento de comunidades da cidade mais inclusivas.

Congratulamo-nos, assim, por, em concertação de esforços na Rede Social, traçar o rumo que permitirá uma cidade mais igual, mais coesa e mais justa, intervindo em grupos particularmente expostos a fenómenos de exclusão social. Grupos retratados nas estatísticas públicas e locais, caracterizados pela voz dos nossos parceiros e cidadãos, que entenderam colocar na agenda política: as crianças, jovens e suas famílias em situação de vulnerabilidade; os seniores em situação de vulnerabilidade e suas/seus cuidadores/cuidadores informais; as pessoas com deficiência e suas/seus cuidadores/cuidadores informais; as pessoas com comportamentos aditivos e

dependências; as pessoas em situação de sem-abrigo; as pessoas em situação de violência doméstica; as pessoas migrantes e pessoas de minorias étnicas.

O modelo adotado constitui um excelente exercício de democracia participativa; para além de estreitar a relação entre as diversas instituições da cidade, aproxima-as de soluções concertadas, corresponsabilizando os envolvidos, incluindo os responsáveis autárquicos, na prossecução do bem maior - servir os cidadãos do Porto, apropriando os seus problemas e assumindo o compromisso coletivo de continuar a trabalhar por uma cidade mais justa e equilibrada socialmente.

Fernando Paulo

Vereador do Pelouro da Habitação e Coesão Social

# SUMÁRIO EXECUTIVO

A elaboração do **Plano de Desenvolvimento Social 2019-2023 para o Município do Porto** enquadra-se no âmbito do projeto **Desenvolvimento Social Inclusivo.Porto**, estando sustentada num cenário metodológico e operativo mais amplo e complexo que integra a elaboração de outros dispositivos estratégicos para o planeamento e a tomada de decisão local, a saber, o **Diagnóstico à Realidade Social**, o **Mapeamento e Perfil das Respostas da Rede Social do Porto** e o **Observatório Permanente de Desenvolvimento Social**.

O Plano de Desenvolvimento Social 2019-2023 (de ora em diante, designado como PDS.Porto) é um documento estratégico que define eixos e objetivos visando a ação concertada entre os parceiros da **Rede Social do Porto (RSPorto)**, sendo também uma ferramenta através da qual o Município define parte significativa das suas políticas e práticas para a ação social local. Assim sendo, é fundamental que uma tal ferramenta operativa esteja, por um lado, consistentemente articulada com as políticas e orientações estratégicas para a ação social definidas noutros níveis relevantes das políticas públicas (cf. Ponto A.3) e, por outro, enquadrada na análise de um conjunto de indicadores relevantes para a elaboração de um perfil da realidade social local (cf. Ponto A.4)

10

Este enquadramento, simultaneamente concetual e baseado na evidência, permitiu a identificação de um conjunto de necessidades e a definição de um conjunto de diretrizes que, tendo por base metodologias colaborativas e participativas de natureza diversa, foi analisado, validado e enriquecido pelas entidades parceiras (cf. A.5).

Desse trabalho resultou ainda o Modelo de Governação e Dinamização (cf. no Capítulo B) que integra 6 elementos com um papel diferenciado na estratégica de implementação do PDS. Porto

O PDS.Porto será concretizado e operacionalizado no terreno através de Planos de Ação que resultam não só do levantamento das ações desenvolvidas no território pelas entidades parceiras da Rede – desde que enquadráveis nos Objetivos Gerais e Específicos deste referencial estratégico (cf. Capítulo C) – mas ainda, por um conjunto de ações operativas potencialmente inovadoras resultantes da análise das necessidades e do tecido de respostas sociais existentes no município.

**A. DESENHO CONCEPTUAL E OPERATIVO  
DO PLANO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**2019-2023**

**A.1. PERSPETIVA ESTRATÉGICA CRESCIMENTO  
INTELIGENTE, INOVAÇÃO SOCIAL E  
INCLUSÃO SOCIAL**

O PDS.Porto 2019-2023 estrutura toda uma perspetiva estratégica que procura definir e sustentar as políticas e as práticas nos domínios do desenvolvimento, inclusão e coesão social no Município do Porto, em particular aquelas que mais diretamente são assumidas pelas entidades integrantes da Rede Social do Porto.

A referida perspetiva estratégica ancora-se em três pilares fundacionais, desde logo inscritos na estratégia EUROPA2020: o **Crescimento Inteligente**, a **Inovação Social** e a **Inclusão Social** (Figura A.1).



Figura A.1. Representação esquemática da perspetiva estratégica que sustenta o Plano de Desenvolvimento Social do Porto 2019-2023.

### CRESCIMENTO INTELIGENTE

O Crescimento Inteligente materializa-se e robustece-se em políticas e práticas baseadas em evidência técnica e científica. O PDS.Porto.2019-2023 assenta de forma explícita neste pilar pois, para além de consubstanciar a definição dos seus Eixos Estruturantes e Objetivos Gerais em documentos considerados nucleares para os diferentes domínios da ação social, a nível local,

nacional e internacional, sustenta-se também numa forte componente de Diagnóstico à Realidade Social do município do Porto. Esta sustentação multidimensional, quer de natureza conceptual, quer empírica, confere ao PDS.Porto a matriz primordial do Crescimento Inteligente.

## INOVAÇÃO SOCIAL

A Inovação Social interlaça-se com o pilar do Crescimento Inteligente e neste documento estratégico do PDS.Porto corporiza-se, sobretudo, na definição e concretização dos Objetivos Específicos e consequentes Ações que se inscreverão nos Planos de Ação Anuais. Ou seja, o carácter inovador é inerente à execução da ação social, real e efetiva, no território e nas mais diversas áreas de atuação. Em todo o caso, é fundamental salientar que a Inovação Social não se esgota na concretização da ação pois, muitas das vezes, o cunho inovador reside precisamente no processo concertado e articulado que serve de fio condutor à realização dessa Ação Social.

## INCLUSÃO SOCIAL

A Inclusão Social é um pilar intrínseco ao próprio PDS.Porto.2019-2023. Na realidade, o objetivo último da implementação deste dispositivo orientador é a promoção do desenvolvimento, inclusão e coesão social na Cidade. Esta Inclusão efetiva-se, designadamente, a quatro níveis. Por um lado, porque diz respeito às pessoas que direta ou indiretamente usufruem das respostas sociais que lhes são proporcionadas. Por outro lado, porque a Inclusão é nuclear aos processos de estruturação e funcionamento da Rede Social do Porto e, neste particular, o envolvimento dos parceiros da rede no processo de coconstrução do PDS.Porto é disso revelador. Em terceiro lugar, pela inclusão de diversas Unidades Orgânicas e Entidades Participadas do Município do Porto, promovendo respostas concertadas e potenciado resultados. Finalmente, esta inclusão expressa-se no próprio Modelo de Governação e Dinamização da implementação do PDS.Porto que aqui se propõe. Trata-se de um modelo colaborativo, participado, e de assunção de responsabilidades partilhadas por parte dos diferentes elementos que intervêm na sua execução.

Estes três pilares são, simultaneamente, singulares e indissociáveis uns dos outros. Como tal, é também fundamental que se procure um equilíbrio dinâmico na relevância e saliência que lhes é atribuída, no todo e em cada uma das fases e componentes que compõem o PDS.Porto.2019-2023, bem como, com os demais dispositivos estratégicos que lhe são conexos.

## **A.2.PRESSUPOSTOS NUCLEARES**

A perspectiva estratégica suportada nos três pilares acima mencionados dissemina-se num conjunto de Pressupostos Nucleares que estruturam a atividade de Investigação Aplicada e de Consultoria Científica e Técnica do SINCLab, nomeadamente no domínio do desenvolvimento de projetos e políticas sociais, no qual se inscreve a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Porto 2019-2023.

## SUORTE ÀS POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS LOCAIS

O PDS.Porto, e os restantes instrumentos que com ele se interligam, visam permitir ao Município do Porto um suporte robusto para a definição da orientação estratégica, tomada de decisão, planeamento e prática no domínio da Ação Social Local.

Este suporte materializa-se numa dinâmica bidirecional, dedutiva e indutiva, que se complementa e funde num documento estratégico coerente. Ou seja, por um lado, o enquadramento conceptual e estratégico que emana do PDS.Porto articula-se, manifestamente, com outros planos estratégicos de desenvolvimento, inclusão e coesão social (por exemplo, na área da saúde), assim como com outros documentos de enfoque macrossistémico de nível regional, nacional e internacional. Por outro lado, sustenta-se em dados empíricos relevantes e específicos sobre o território, nomeadamente, quer por via do Diagnóstico à Realidade Social do Município, quer pela realização do Mapeamento e Perfil das Respostas da Rede Social do Porto.

16

Acresce ainda um outro dispositivo, o Observatório Permanente de Desenvolvimento Social, que poderá constituir-se, progressivamente, como um mecanismo basilar em todo este processo de suporte às políticas e práticas sociais locais. De resto, o reforço de uma Prática e Cultura de Monitorização e de Medição de Impacto Social, torna-se cada vez mais premente e significativa, especialmente quando está envolvida a gestão de recursos públicos ou similares e se procura otimizar a utilização e o benefício, individual e coletivo, desses mesmos recursos.

## PROCESSOS PARTICIPATIVOS E COLABORATIVOS DA REDE SOCIAL PORTO, DE ENTIDADES PARCEIRAS E DA COMUNIDADE LOCAL

O Plano de Desenvolvimento Social do Porto, quer na forma como foi concebido (conceptual e materialmente), quer no modo como se implementa no território, assume um padrão indelevelmente marcado pela participação e envolvimento da rede de parceiros.

A participação ativa, individual e coletiva, designadamente, dos parceiros do Conselho Local de Ação Social do Porto (CLASP) em todas as etapas de construção do PDS.Porto, assim como o seu

papel imprescindível para a concretização dos demais instrumentos estratégicos, corporiza claramente mais este pressuposto nuclear. A mesma premissa aplica-se às entidades parceiras da Rede Social do Porto e que, direta ou indiretamente, atuam no domínio da Ação Social.

Finalmente, a comunidade local, num inegável exercício de cidadania ativa, também tem vindo a dar o seu contributo, em especial com a sua participação no designado Inquérito à Realidade Social, enriquecendo e complementando os dados de Diagnóstico Macrossocial à Realidade Social Local.

## TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

O processo de elaboração do PDS.Porto assenta num terceiro pressuposto nuclear, o qual diz respeito à transferência de conhecimento e a capacitação técnica e científica dos parceiros envolvidos. Com efeito, pode-se identificar três grandes “grupos” beneficiários diretos desta partilha de conhecimentos, conceptuais e práticos. Em primeiro lugar, os próprios membros que fazem parte da Rede Social do Porto. As múltiplas possibilidades de participação e partilha no seio da Rede revelaram-se muito enriquecedoras. Por outro lado, as equipas técnicas que integram as Divisões do Departamento Municipal de Coesão Social e que colaboraram de forma mais direta com a Rede Social do Porto e com a equipa do SINCLab – Social Inclusion Laboratory, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Por último, inclusivamente, os membros da equipa do SINCLab, pelas oportunidades de capacitação, de desenvolvimento e transferência de conhecimento, das quais também puderam usufruir.

17

## DINAMIZAÇÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO EM REDE E CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE REDE SOCIAL DO PORTO

O quarto e último pressuposto nuclear de todo este trabalho, assenta na definição de linhas estratégicas e de ferramentas operativas facilitadoras e promotoras de um efetivo trabalho em rede. A procura sistemática de sinergias e de potencialização das respostas sociais constitui um desafio constante. O PDS.Porto, nas suas diferentes componentes, quer no Eixo que se foca na dinamização, capacitação e inovação na RSPorto (e respetivas ações estratégicas), quer no Eixo Estruturante relativo aos Domínios Prioritários de Intervenção, conceptualiza e operacionaliza de forma bem evidente este pressuposto nuclear.

A Identidade da RSPorto constrói-se paulatinamente à medida que os elementos que, formal e informalmente, a constituem se sintam parte integrante da mesma. A promoção e consolidação dessa Identidade encontra suporte e estímulo, neste particular, no documento estratégico

PDS.Porto. Uma vez mais, quer no modo como está conceptualmente estruturado, quer na forma como se pretende implementar no território, através dos Planos de Ação.

Estes quatro Pressupostos Nucleares fazem interface com os pilares da Perspetiva Estratégica dando o alinhamento matricial para todo o trabalho desenvolvido no âmbito da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Porto 2019-2023, e dos restantes dispositivos estratégicos que com ele se concatenam.

### **A.3. CONCEITOS, POLÍTICAS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS**

O processo de elaboração do PDS.Porto assentou num cenário e processo metodológico organizado em três dimensões nucleares para a sua sustentação: (1) enquadramento num conjunto de orientações atuais que emanam das políticas regionais, nacionais e europeias para o domínio da intervenção social; (2) suporte em indicadores resultantes do Diagnóstico à Realidade Social tendo por base as estatísticas públicas nacionais e/ou locais; e, por fim, (3) trabalho colaborativo entre as entidades parceiras da Rede Social que esteve na base da definição de eixos estruturantes, objetivos e ações operativas.

## ENQUADRAMENTO EM ORIENTAÇÕES E DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS

O PDS.Porto 2019-2023 tem como propósito consolidar o compromisso assumido pelo Município em responder de forma cada vez mais eficaz e eficiente aos desafios colocados ao desenvolvimento coeso e inclusivo do território. Tal propósito passa pelo entendimento da Rede Social como uma medida estratégica mobilizadora de informação atualizada e atualizável sobre a realidade e sobre as respostas sociais e, também, potenciadora de uma atuação concertada, sinérgica e sustentada. Um dos objetivos do “Programa Rede Social é, exatamente, desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais”, sendo o conceito de parceria entendido como uma “(...) dinâmica de funcionamento e intervenção, cooperativa e negociada, entre entidades públicas e provadas, e outros atores locais, com o objetivo de potenciar o desenvolvimento local.” (Instituto de Segurança Social, I.P, 2009).

20

A operacionalização dos objetivos da Rede Social implica a elaboração de determinadas ferramentas que consubstanciam a sua finalidade (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001), nomeadamente um plano estratégico fortemente focado nas especificidades da realidade social do território. A elaboração deste plano deve contar com a participação de múltiplos parceiros estratégicos locais e deve, simultaneamente, assentar em orientações supraordenadas dos diferentes domínios de intervenção aí integrados, tanto ao nível do cenário regional como nacional, e mesmo europeu. A estratégia local deve estar articulada com as referidas orientações assumindo uma visão compreensiva, coerente e integrada sobre o que é intervenção social, quais as suas prioridades e quais as principais estratégias, modalidades e procedimentos de atuação.

Sendo assim, será de destacar que o PDS.Porto está claramente alinhado com os Planos de Desenvolvimento Social anteriores, designadamente com o vigente no triénio 2014-2017, prorrogado até 2018, na medida em que teve como ponto de partida a análise crítica sobre os seus conteúdos, a sua implementação do terreno e o seu modelo de governação. Esta aposta numa linha de continuidade entre a consolidação, renovada, de uma metodologia de elaboração

marcada, por um lado, por modelo participativos, e, por outro, pela integração das aprendizagens resultantes da avaliação crítica do plano anterior, permitiu validar a aposta do Departamento Municipal de Coesão Social numa estratégia política sustentada, de crescimento inteligente e focada no contínuo planeamento, intervenção e consequente monitorização e avaliação (Figura A.2)

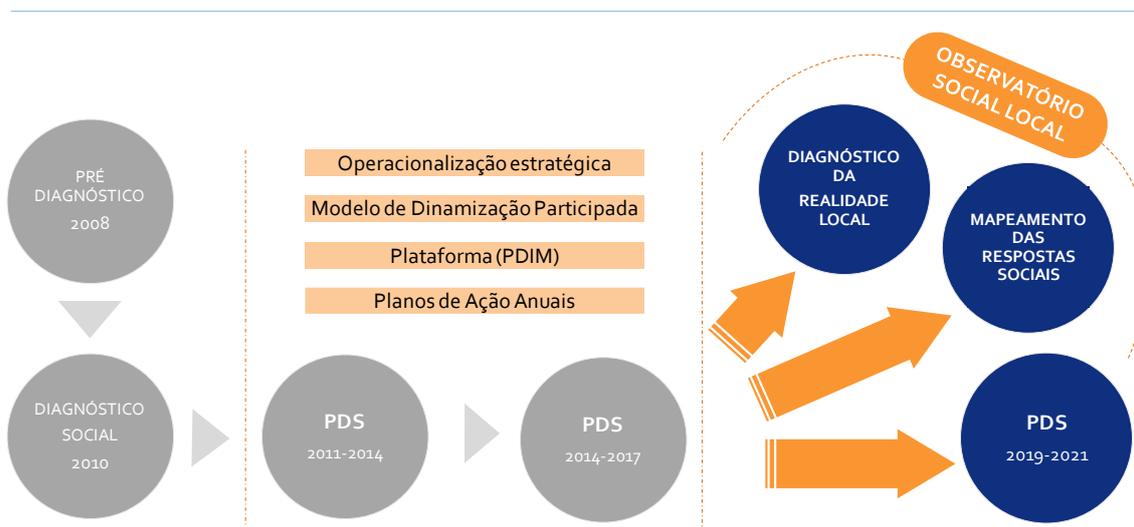


Figura A.2. Representação esquemática do enquadramento do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Porto 2019-2023.

Sendo a intervenção social um domínio amplo, multidimensional, atravessado por múltiplos agentes interventivos e pautado por uma diversidade significativa de atuações (inclusive sobre o mesmo “objeto social”), um Plano de Desenvolvimento Social tem de estar sustentado e, se possível, alinhado com um importante conjunto de documentos estratégicos definidores das políticas locais, regionais, nacionais e europeias em matéria de desenvolvimento, inclusão e coesão social.

A nível local, para além dos cerca de **120 planos de atividades de entidades parceiras da Rede Social do Porto**, será de destacar o alinhamento do PDS.Porto com diversos documentos estratégicos orientadores da intervenção social do Município, nomeadamente os seguintes: os **Planos de Desenvolvimento Social do Porto 2011-2013 e 2014-2017**; o **Diagnóstico à Realidade Social do Porto – O Cenário em 2018**; o **Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência de Género e Doméstica (2019-2020)**; o **Plano de Ação NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo 2019-2020**; a **Memória Descritiva do Projeto AIIA Porto - Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa** (Programa Integrado de Inovação e Experimentação Social e de

Animação territorial do Porto, com enfoque nas Comunidades Desfavorecidas do Vale da Ribeira da Granja, do Vale de Campanhã Norte e do Vale de Campanhã Sul); e o **Plano Municipal de Saúde (2018)**. Paralelamente foram também consultados o **Plano Municipal de Juventude do Porto (2017)**, o **Projeto Educativo Municipal (2013/2017)**, o **Plano Municipal de Educação (2011)**, o **Programa de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa, candidatura ao PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar 2018-2021 (2017)** e o **Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais (2018)**.

De salientar que foi também importante garantir que a conceitualização basilar do PDS.Porto estivesse alinhada com a generalidade das diretrizes plasmadas na Estratégia EUROPA 2020 (crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo) e, naturalmente, com os Quadros Estratégicos associados aos principais fundos estruturais. Destes destacam-se o **Portugal 2020** e, concretamente o **Objetivo Temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação** e o **Objetivo Temático 10 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida**, pela sua articulação clara com os 2 Eixos Estruturantes e com os 8 Domínios Prioritários de Intervenção patentes no PDS.Porto (cf. Capítulo C).

22

Obviamente, as políticas regionais são subsidiárias dos planos nacionais, pelo que o documento estratégico **Norte 2020** (Programa Operacional regional do Norte, 2014-2020) incorpora nas suas orientações estruturantes dimensões que derivam do Portugal 2020. Com base na Matriz de Eixos Prioritários (EP) inscrita no documento Norte 2020 constata-se que 4 dos 10 eixos têm tradução operativa, direta ou indiretamente, no PDS.Porto, designadamente: **EP1 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**; **EP6 – Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores**; **EP7 – Inclusão Social e Pobreza**; **EP8 – Inclusão e Aprendizagem ao Longo da Vida**; **EP9 – Capacitação Institucional e TIC**. A nível subregional foi também consultada a **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial AMP 2020** e o **Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP (2014-2017)**.

Tendo por base os Domínios Prioritários de Intervenção que integram o Eixo Estruturante 2 (cf. Capítulo C) foi essencial analisar de forma detalhada vários documentos estratégicos com diretrizes ao nível da conceitualização e enquadramento e das linhas orientadoras de atuação específicas para cada “necessidade ou problema social”. Não sendo este o espaço para uma revisão da literatura do vasto conjunto de documentos consultados, elencam-se aqui os principais, organizados pela mesma ordem de apresentação dos 8 Domínios Prioritários do PDS.Porto: **Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos das Crianças 2016-2021**; **Guia**

para a Construção de Cidades Amigas das Crianças (2016); Ageing in Place – Boas Práticas (FCG, 2018); Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025; Global Strategy And Action Plan On Ageing And Health (OMS, 2017); Políticas e Práticas: Evidência e Capacitação – Envelhecimento Ativo (AMP, 2018); Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso Renovado a favor de uma Europa sem barreiras (CE, 2010); Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013; Estratégia para a Incapacidade 2017-2023; Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores dos Direitos Humanos (Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ISCSP, 2018); Modelo de Apoio à Vida Independente para Portugal – Assistência Pessoal (2017-2020); Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Plano Nacional de Saúde Mental (Coordenação Nacional para a Saúde Mental, 2007-2016); Programa Nacional para a Saúde Mental (Direção-Geral da Saúde, Extensão: 2017-2020); Programas de Saúde Prioritários – Metas de Saúde 2020 (Direção-Geral da Saúde); The European Mental Health Action Plan (WHO, 2013-2020); Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020; Estratégia da EU de Luta contra a droga (2013 – 2020); Plano Operacional de Respostas Integradas: Resumo do Diagnóstico dos CAD (PORI. Centro de Respostas Integradas do Porto Central, Porto Ocidental e Porto Oriental da DICAD – ARS Norte, 2017); ENIPSA (2009). Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015; Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”; Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020; Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (Governo de Portugal/ACIDI).<sup>3</sup>

23

Procurou-se integrar na conceção do PDS.Porto, designadamente nos seus Eixos Estruturantes, nas suas Ações Estratégicas e nos seus Domínios Prioritários de Intervenção, as principais orientações atuais sobre o amplo domínio do desenvolvimento e da intervenção social. Uma vez que se perspetiva enquanto “ferramenta estratégica”, este plano tem de conter na sua estrutura e dinâmicas de implementação a possibilidade de confluência, intencional, de diferentes perspetivas e prioridades supraordenadas. Esta multiplicidade de perspetivas e articulação de prioridades devem ser operacionalizadas em medidas e ações patentes nos Planos de Ação, cuja monitorização, acompanhamento e avaliação permitirá a verificação empírica da validade e da viabilidade da estratégia interventiva preconizada no PDS.Porto.

---

<sup>3</sup> Estes documentos poderão vir a ser consultados no Repositório Documental do Observatório Permanente de Desenvolvimento Social.

#### **A.4. ENQUADRAMENTO NA REALIDADE SOCIAL LOCAL**

Neste ponto apresenta-se um resumo do **Diagnóstico à Realidade Social do Porto – O Cenário em 2018** que tem como objetivo fornecer um quadro sintético e atual da matriz social do concelho do Porto, que permita uma apreensão rápida do panorama geral do concelho.

Do conjunto alargado de indicadores apresentados no documento supracitado procedeu-se a uma seleção daqueles que conseguissem esboçar os traços gerais fundamentais, especialmente aqueles que revelassem algumas das fragilidades mais salientes, incluindo também aqui indicadores relativos aos segmentos populacionais mais vulneráveis.

Do processo de seleção resultou, então, uma estrutura similar à do Diagnóstico, composta por seis domínios temáticos: a demografia, as dinâmicas socioeconómicas, a escolaridade e formação, a saúde, a habitação e a igualdade de género e por sete segmentos populacionais, considerados particularmente vulneráveis à pobreza e exclusão social - grupos humanos especialmente vulneráveis: crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, população sénior, pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas com comportamentos aditivos e dependências, imigrantes e minorias étnicas, pessoas em situação de sem-abrigo e violência doméstica e de género.

Dado o objetivo do presente ponto, optou-se por não duplicar na íntegra as secções de introdução, de síntese integrativa e de potenciais linhas orientadoras em cada domínio apresentadas no diagnóstico. Na introdução a cada domínio optou-se por apresentar uma breve orientação para a sua leitura, seguindo-se a descrição propriamente dita dos indicadores sociais selecionados.

25

Nem sempre foi possível apresentar informação ao nível da freguesia/união de freguesias, pelos motivos já enunciadas no Diagnóstico, designadamente, pelo facto de algumas fontes (como por exemplo, o INE) só fornecerem dados ao nível de freguesia/união de freguesias nos indicadores disponibilizados nos Censos. Um segundo aspeto prende-se com recurso a dados para períodos temporais diversos, que vão, essencialmente desde 2011, até 2018 (embora existam alguns indicadores em que o período temporal abrangido seja anterior a 2011). Tal deve-se à periodicidade com que as fontes consultadas fazem a atualização dos dados.

Por se tratar de um resumo, traduz uma visão que é, necessariamente, pouco aprofundada, pelo que se remete para a consulta do **Diagnóstico à Realidade Social do Porto – O Cenário em 2018** para uma análise, simultaneamente, mais abrangente e pormenorizada.

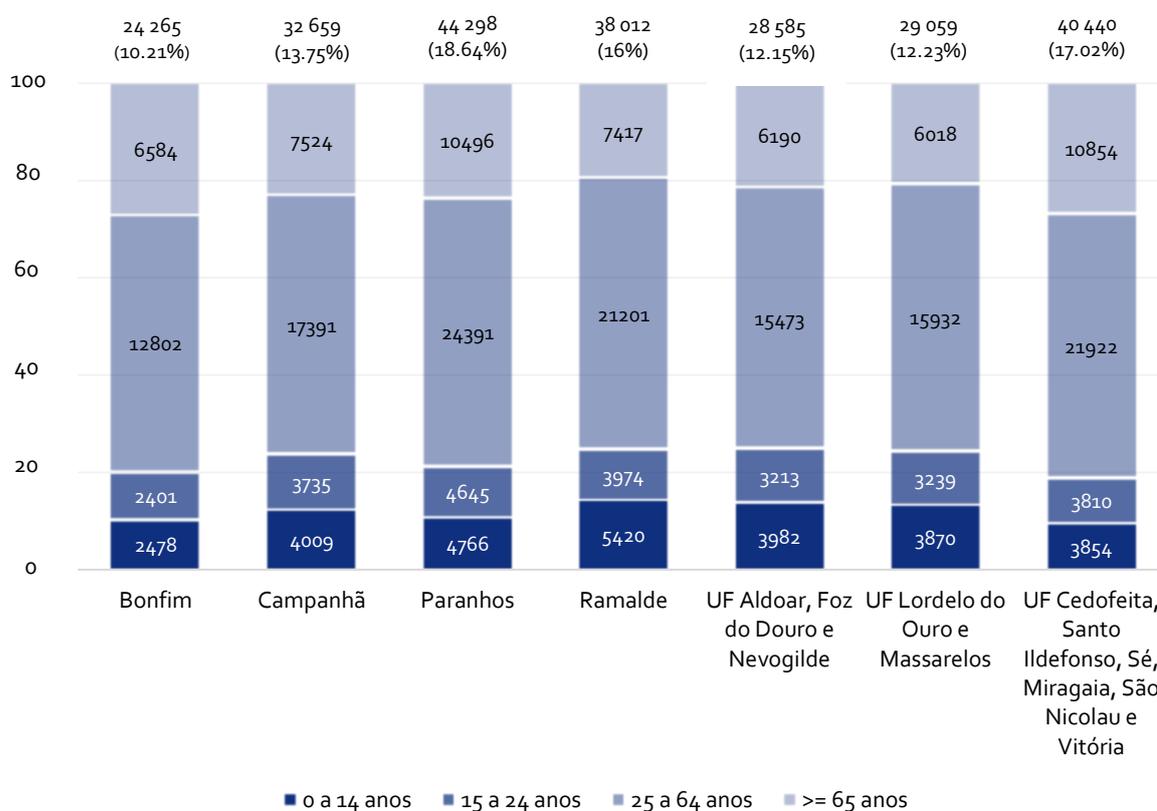
## A.4.A. DEMOGRAFIA

### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- Diminuição da população residente, com diminuição da população jovem e da população ativa e um aumento da população sénior.
- Envelhecimento da população que resulta da alteração no perfil etário da população, que, associado ao aumento da longevidade, aumenta as taxas de dependência total e dos idosos.
- Diminuição do índice de renovação da população ativa, associada a uma tendência para taxas de crescimento natural negativas.
- Aumento das famílias monoparentais, essencialmente famílias de mães com filhos, que decorrem de mudanças sociais estruturais.

## POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DO PORTO POR GRUPO ETÁRIO E POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS

A população residente no concelho Porto tem vindo a diminuir progressivamente desde 1981, tendo passado de 327 368 residentes nesse ano, para 237 591 residentes em 2011 e 214 587 residentes em 2017. Tal representa uma perda de 112 781 residentes entre 1981 e 2017, ou seja, houve uma diminuição de 34.45%.



27

Figura A.1. População residente por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em número; Fonte: INE<sup>4</sup>)

Analisando a Figura A.1. verifica-se que, em todas as freguesias/uniões de freguesia a faixa etária mais prevalente era a dos 25-64 anos (com taxas a variarem entre os 52.76%, no Bonfim e os 55.77% em Ramalde).

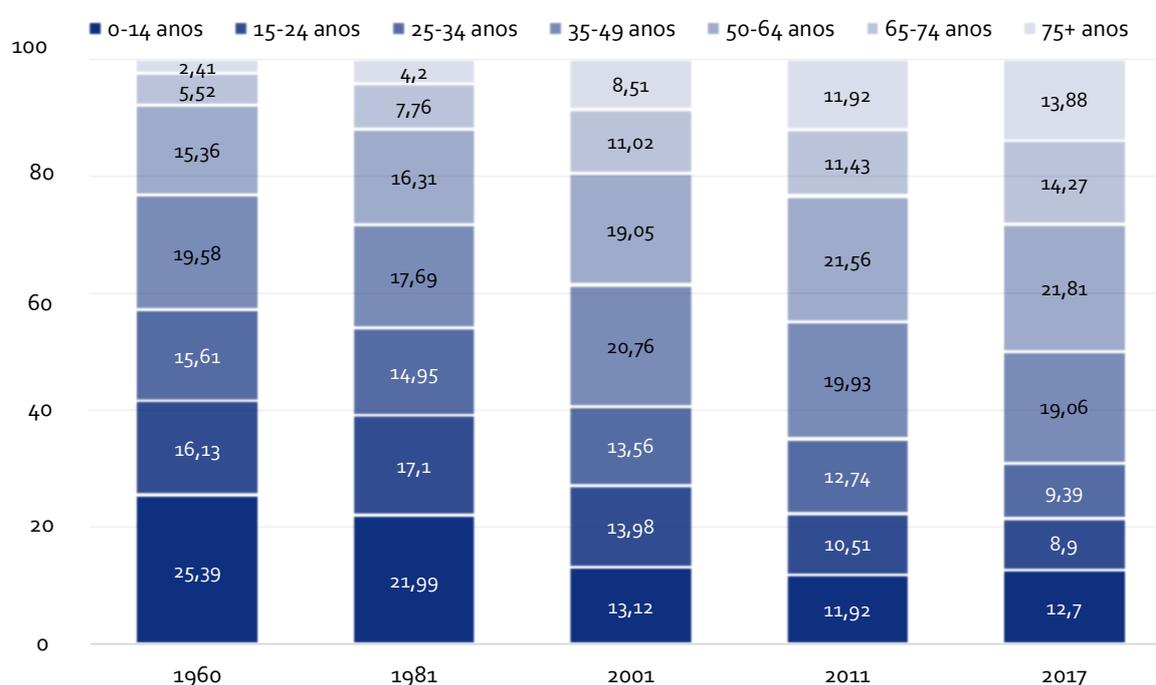
<sup>4</sup>[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0005979&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005979&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2) (acedido em 28 de março de 2018).

As freguesias/uniões de freguesia com maior proporção de crianças eram Ramalde, com 14.26% e a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com 13.80%. A União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória era a que tinha a menor proporção de crianças, com apenas 9.53%.

Todas as freguesias/uniões de freguesia tinham uma proporção de população com 65 ou mais anos acima dos 20%, exceto a freguesia de Ramalde (19.51%). As duas freguesias/uniões de freguesia com mais população com 65 ou mais anos eram o Bonfim, com 27.13% e a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, com 26.84%.

## EVOLUÇÃO DO PERFIL ETÁRIO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DO PORTO ENTRE 1960 E 2017

Como é possível observar na Figura A.2. a população com menos de 24 anos tem vindo a sofrer uma diminuição. De facto, em 1960 os/as jovens representavam 41.52% da população residente, em 2001, 27.1% e em 2017, 21.6%. Em termos absolutos isto representou uma diminuição da população jovem, passando de 125 987 indivíduos em 1960, para 71 434 em 2001 e para 46 347 em 2017.



29

Figura A. 2. Perfil etário da população residente, Porto, 1960-2017 (em percentagem; Fonte: INE<sup>5</sup>)

Em sentido inverso, constata-se um aumento da proporção de indivíduos com mais de 65 anos. Em 1960 era de 7.93%, em 2001, aumentou para 19.53% e em 2017 obteve-se 28.14%. Em termos absolutos, isto representou um aumento da população com mais de 65 anos, ou seja, de 24 054 residentes em 1960, para 51 493 residentes em 2001 e 60 387 residentes em 2017.

A população residente com idade entre os 25 e os 64 anos representava, em 1960, 50.55% da população, em 2001, 53.37% e, em 2017, 50.26%. Ainda que em termos do perfil da cidade a

<sup>5</sup>[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=b\\_d&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=b_d&selTab=tab2) (acedido em 2 de julho de 2018).

proporção de indivíduos entre os 25 e os 64 anos se tenha mantido estabilizada entre os 50% e os 53%, o seu número absoluto sofreu uma diminuição com o decorrer dos anos. Enquanto em 1960 o número de indivíduos nesta faixa etária era de 153 383, em 2001 passou para 140 694 e em 2017 diminuiu mais ainda para 107 853.

## TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL EM PORTUGAL, NO CONTINENTE, NA REGIÃO NORTE, NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (AMP) E NO CONCELHO DO PORTO NO TRIÉNIO 2014-2016

Da análise da Figura A.3. verifica-se que a discrepância entre o número de nascimentos e o número de óbitos, com primazia dos últimos sobre os primeiros, conduziu a taxas de crescimento negativas. Deste modo, apesar do concelho ter vindo a apresentar ligeiras subidas na taxa de crescimento natural, continuava a apresentar uma taxa de crescimento natural negativa em 2016, de -0.4%. Todos os espaços de referência em análise no período compreendido entre 2014-2016, apresentaram taxas de crescimento natural negativas. Ainda assim, o concelho do Porto foi a área que apresentou a taxa de crescimento natural mais baixa, em cada um dos anos (-0.54%, -0.42 e -0.40, respetivamente para 2014, 2015 e 2016). Estes dados revelam que existe uma tendência de crescimento negativo que é transversal a todo o território nacional e que se tem vindo a agravar, embora se tenha assistido a uma pequena melhoria no território da AMP e no concelho do Porto, no período compreendido entre 2014 e 2016.

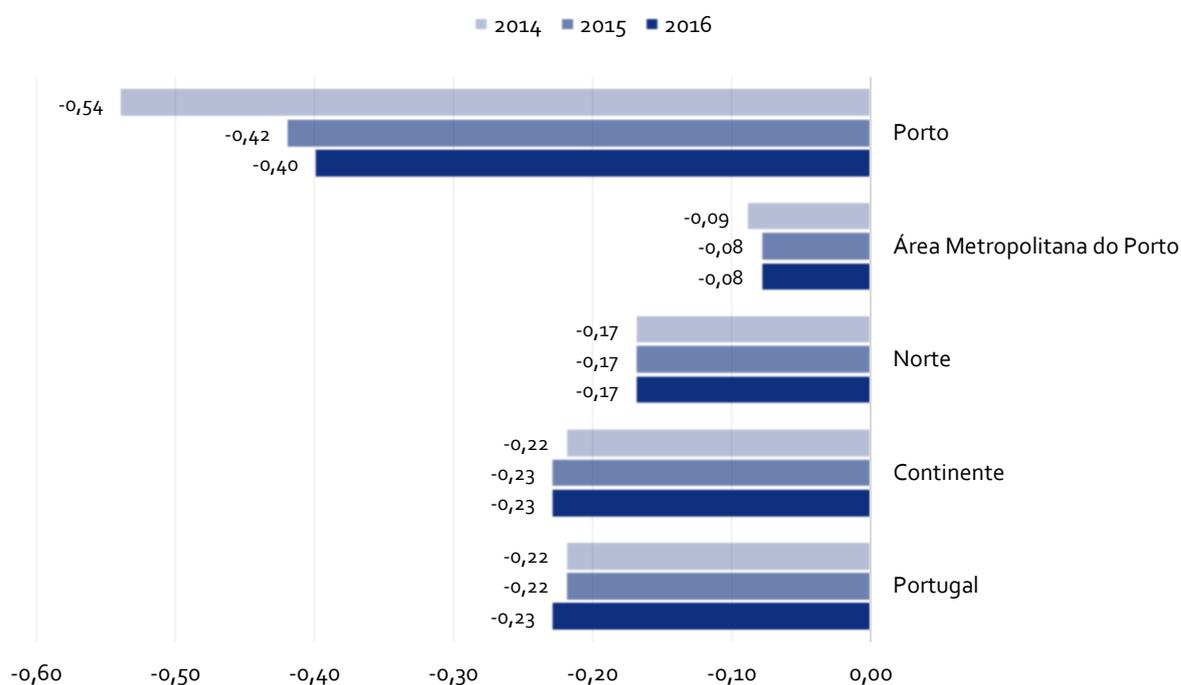


Figura A.3. Taxa de crescimento natural, Portugal, Continente, Norte, AMP e Porto, 2014-2016 (em percentagem; Fonte: INE<sup>6</sup>)

<sup>6</sup>[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008263&contexto=b\\_d&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008263&contexto=b_d&selTab=tab2) (acedido em 28 de março de 2018).

## SALDOS POPULACIONAIS ANUAIS: TOTAL, NATURAL E MIGRATÓRIO NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2001 E 2016

Analisando a Figura A.4. verifica-se que se assistiu, no intervalo temporal de 2001 a 2016, a uma melhoria significativa do saldo total (passou de -1 761 indivíduos, em 2001, para -460 indivíduos, em 2016, o que corresponde a um aumento aproximado de 74%) e do saldo migratório (que passou de -944 indivíduos, em 2001, para 389 indivíduos, em 2016, o que corresponde a um aumento aproximado de 141%). O saldo natural manteve-se estável (e negativo).

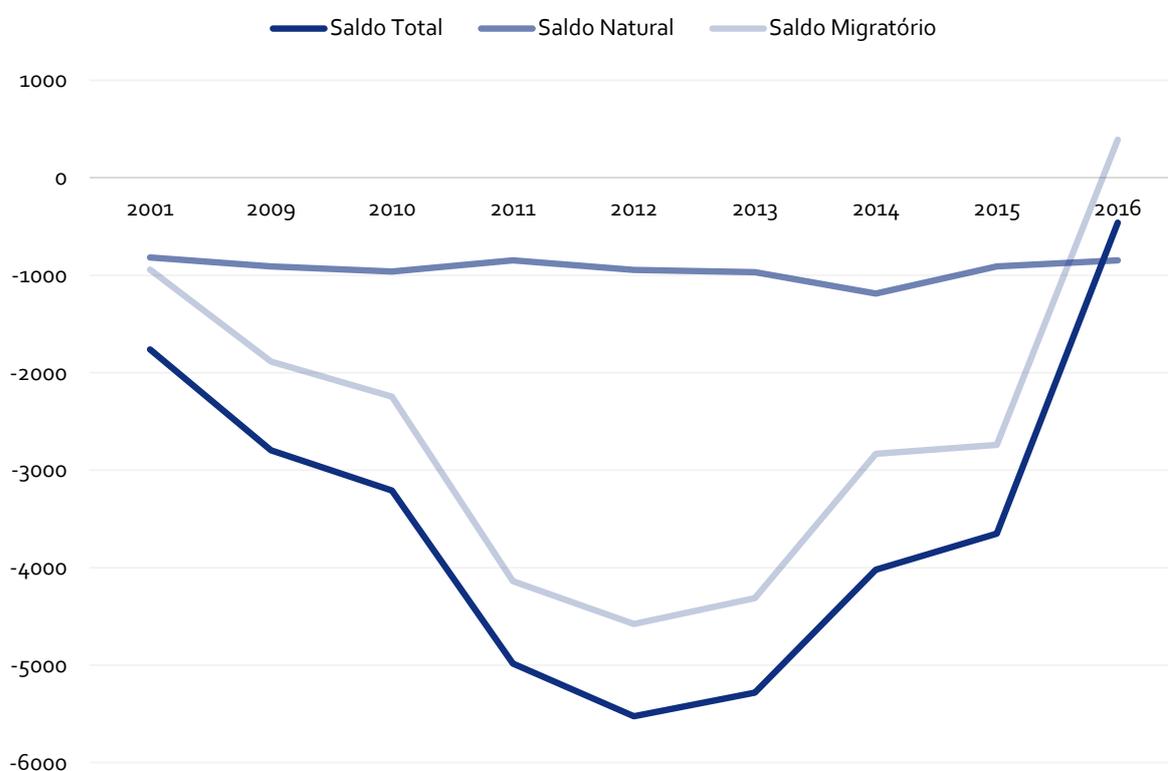


Figura A.4. Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório, Porto, 2001-2016 (em número;

Fonte: INE<sup>7</sup>)

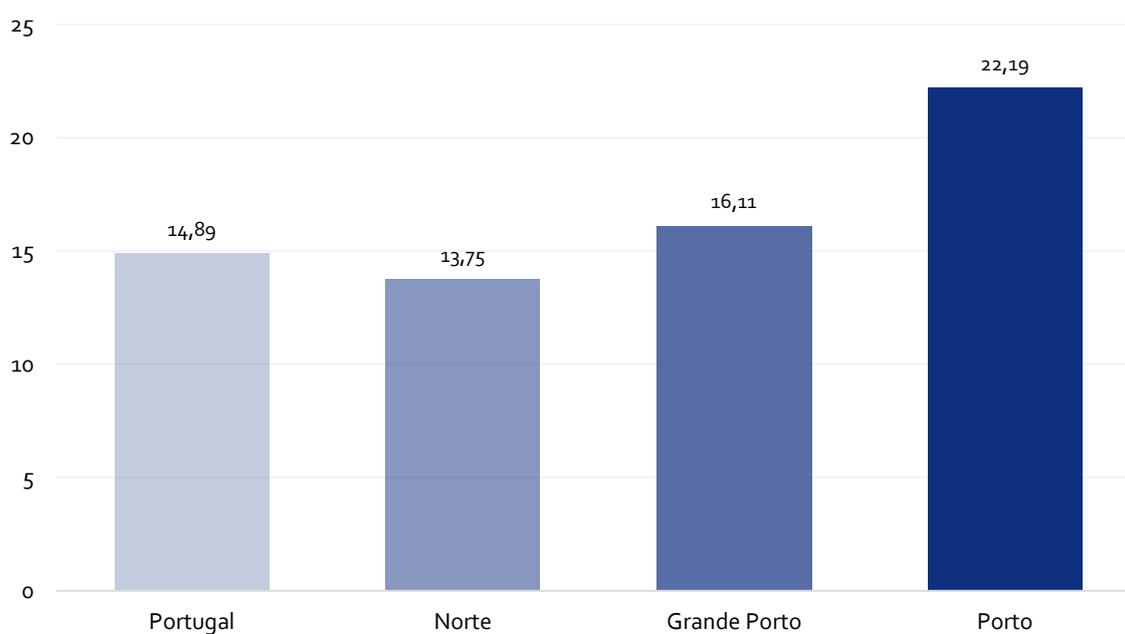
<sup>7</sup>[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008253&contexto=b&d&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008253&contexto=b&d&selTab=tab2) (acedido em 2 de maio de 2018).

## NÚCLEOS FAMILIARES MONOPARENTAIS, EM PORTUGAL, NO CONTINENTE, NA REGIÃO NORTE, NO GRANDE PORTO E NO CONCELHO DO PORTO, EM 2011

No concelho do Porto existiam, em 2011, 15 477 famílias monoparentais.

Da análise da Figura A.5. constata-se que o concelho do Porto apresentava, por comparação com os restantes territórios de referência, uma prevalência bastante mais expressiva ao nível das famílias monoparentais, com 22.19% dos núcleos familiares a assumirem esta configuração (em 2001 eram 18.2%).

Do total de 15 477 núcleos familiares monoparentais do concelho, a maioria eram núcleos familiares monoparentais de mães com filhos (13 561 ou 87.62%).



33

Figura A.5. Núcleos familiares monoparentais, Portugal, Continente, Norte, Grande Porto e Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE<sup>8</sup>)

<sup>8</sup>[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0006974&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006974&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2) (acedido em 12 de abril de 2018).

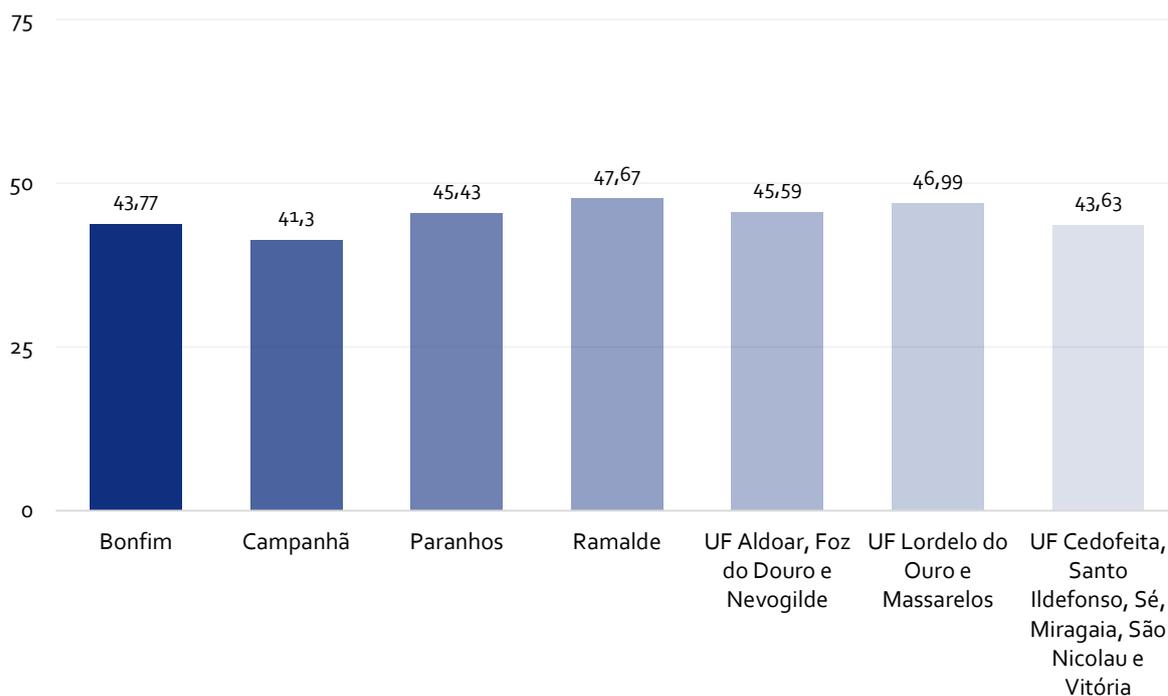
## A.4.B. DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS

### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- Diminuição da população ativa.
- Quase metade dos agregados familiares do concelho auferiram, em 2015, rendimentos anuais inferiores a 10 000€, o que colocava uma franja significativa da população numa situação de risco de pobreza.
- Quase metade das pessoas desempregadas tinham idade entre os 35 e os 54 anos, pelo que a dificuldade em ser recolocado/a no mercado de trabalho aumenta consideravelmente.
- Baixo nível de escolaridade da população em situação de desemprego, em que mais de 60% não tinham o ensino obrigatório.
- Nem todas as pessoas em situação de desemprego terem acesso a prestações sociais de desemprego (em 2016, mais de 40% dos desempregados não recebiam subsídio de desemprego).
- Prestações de desemprego com valores muito baixos (de 1618€/ano a 3332€/ano).
- Aumento da proporção da população residente cujo rendimento advinha da reforma e valores das pensões baixos ou muito baixos (média mais elevada de 7737€/ano).
- Quase 10% da população residente era beneficiária do RSI, especialmente a população mais jovem, que representava quase 40% dos/as beneficiários/as.
- Valor médio de RSI por agregado familiar muito baixo ( $\approx 209\text{€/mês}$ ).

## TAXA DE ATIVIDADE POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2011<sup>9</sup>

Da análise da Figura B.1. dá-se conta que a taxa de atividade por freguesia/união de freguesias, em 2011, se situava sensivelmente entre os 41% e os 47%.



35

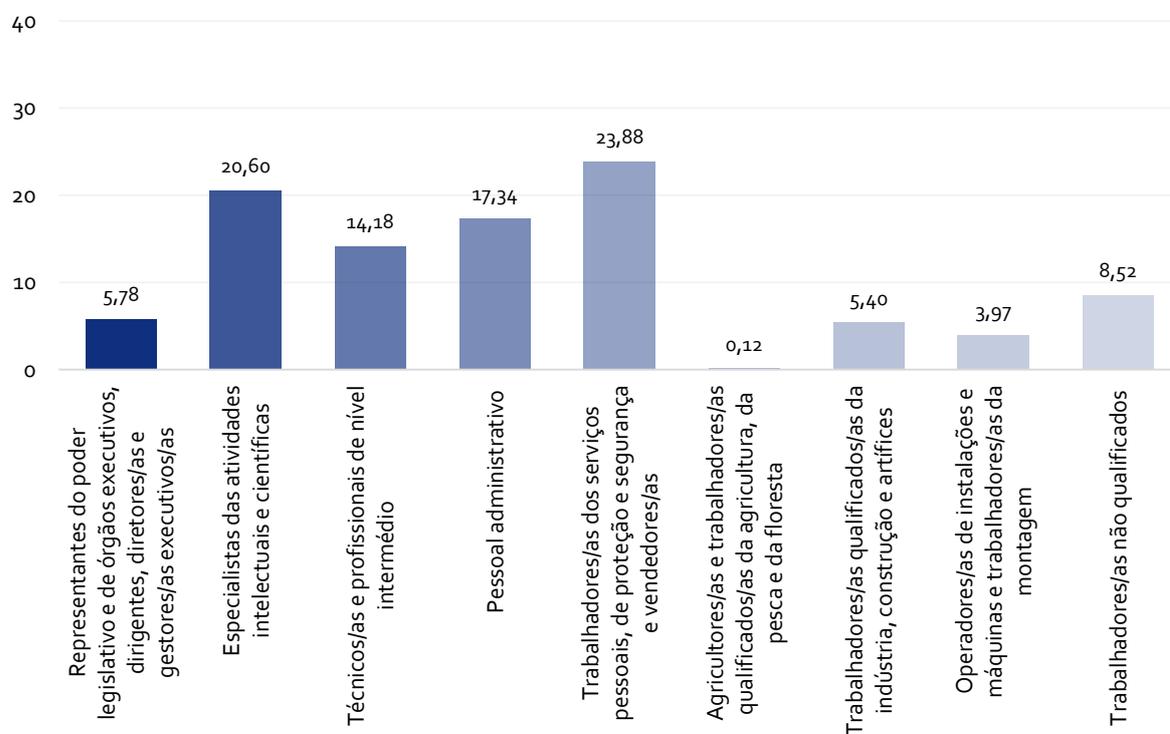
Figura B.1. Taxa de atividade por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE<sup>10</sup>)

<sup>9</sup> Não foi possível obter/calcular a taxa de atividade para data mais recente, pois na fórmula de cálculo deste indicador, que representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos, não foi possível aceder/calcular o indicador relativo à população ativa (mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados).

<sup>10</sup> [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0006732&contexto=b&d&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006732&contexto=b&d&selTab=tab2) (acedido em 26 de junho de 2018).

## TRABALHADORES/AS POR CONTA DE OUTREM, SEGUNDO A PROFISSÃO PRINCIPAL (CPP-10) NO CONCELHO DO PORTO, EM 2015

Através da análise da Figura B.2. verifica-se que no concelho do Porto as profissões mais representativas eram: 1) trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores/as (23,88%); 2) especialistas das atividades intelectuais e científicas (20,60%); 3) pessoal administrativo (17,34%) e 4) técnicos/as e profissionais de nível intermédio (14,18%). Estas quatro categorias de profissões representavam 76% dos/as trabalhadores/as do concelho, ou seja, aproximadamente 64 834 profissionais.



36

Figura B.2. Trabalhadores/as por conta de outrem, segundo a profissão principal (CPP-10), Porto, 2015 (em percentagem; Fonte: INE<sup>11</sup>)

<sup>11</sup> [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_doc\\_municipios](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios) (acedido em 10 de abril de 2018).

PESSOAS SINGULARES COM REGISTO DE REMUNERAÇÕES DECLARADAS, POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS E REMUNERAÇÃO MÉDIA NO ANO NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017

Na Figura B.3. constata-se que a freguesia com o maior número e percentagem de registos de remunerações era a freguesia de Paranhos, com 15 662 registos (19.59%), seguida da freguesia de Ramalde, com 13 478 registos (16.86%) e da União de Freguesias do Centro Histórico, com 13 448 registos (16.82%). Relativamente às remunerações médias declaradas, a freguesia com remuneração média declarada mais elevada era a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com 18 991€ de rendimento médio anual declarado, seguida da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, com uma declaração média anual declarada de 18 849€ e da freguesia de Paranhos, com 14 303€ de rendimento médio anual declarado.

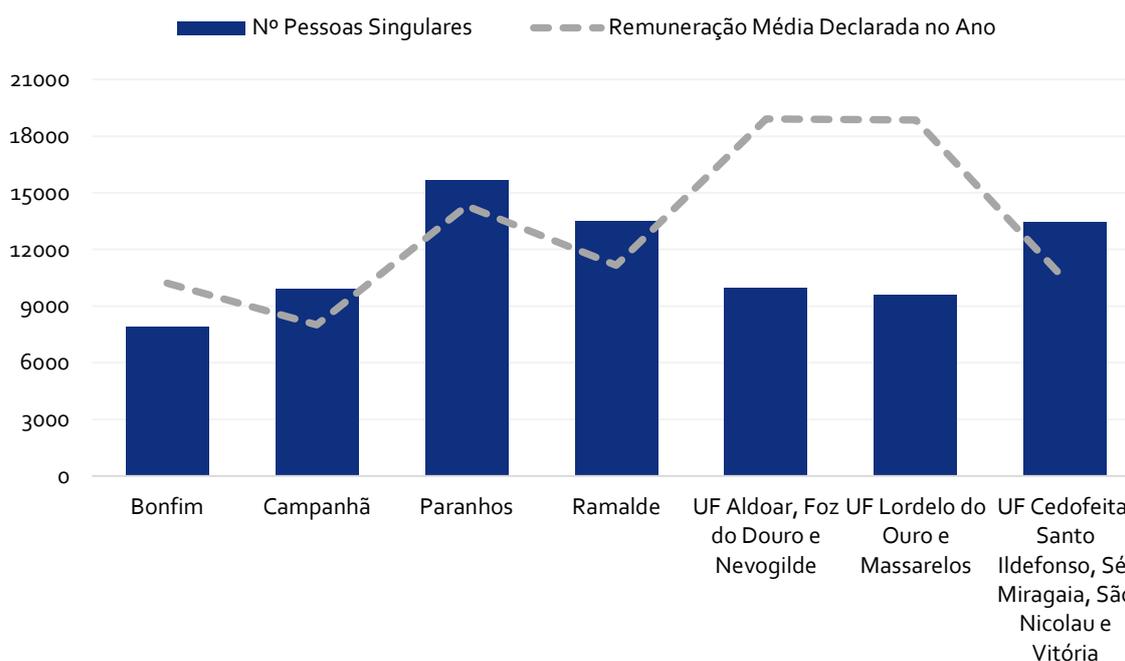
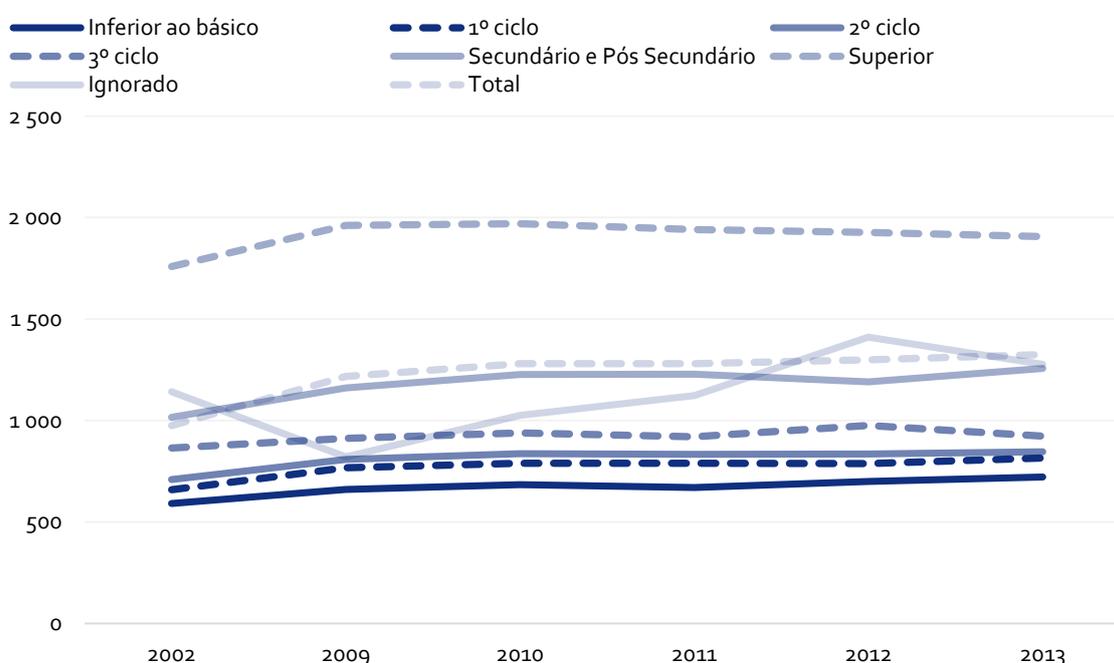


Figura B.3. Pessoas singulares com registo de remunerações declaradas, por freguesia/união de freguesias e remuneração média no ano, Porto, 2017 (em número e em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

## GANHO MÉDIO MENSAL DOS/AS TRABALHADORES/AS POR CONTA DE OUTREM: TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2002 E 2013

Da observação da Figura B.14., regista-se que, analisando os ganhos médios mensais pelo nível de habilitações dos/as trabalhadores/as, se verificava uma disparidade de 32.3%, sendo que à medida que o nível de habilitações aumentava, subia também o ganho médio mensal do trabalhador.

Também se constata que houve uma progressão salarial entre 2002 e 2013, para os diversos níveis de escolaridade, entre os 19.5% e os 23.5%, exceto para o 3º ciclo (+6.7%) e ensino superior (+8.4%).



38

Figura B.4. Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem: total e por nível de escolaridade, Porto, 2002-2013 (em euros; Fonte: Pordata<sup>12</sup>)

Finalmente, na comparação das remunerações mensais entre os vários níveis de escolaridade, verifica-se que, em 2013, cada nível de escolaridade superior conduziu a salários mais elevados. Entre os/as menos escolarizados/as, a disparidade salarial máxima rondou os 27%, entre os/as trabalhadores/as com escolaridade inferior ao 1º ciclo e os/as trabalhadores/as com o 3º ciclo de

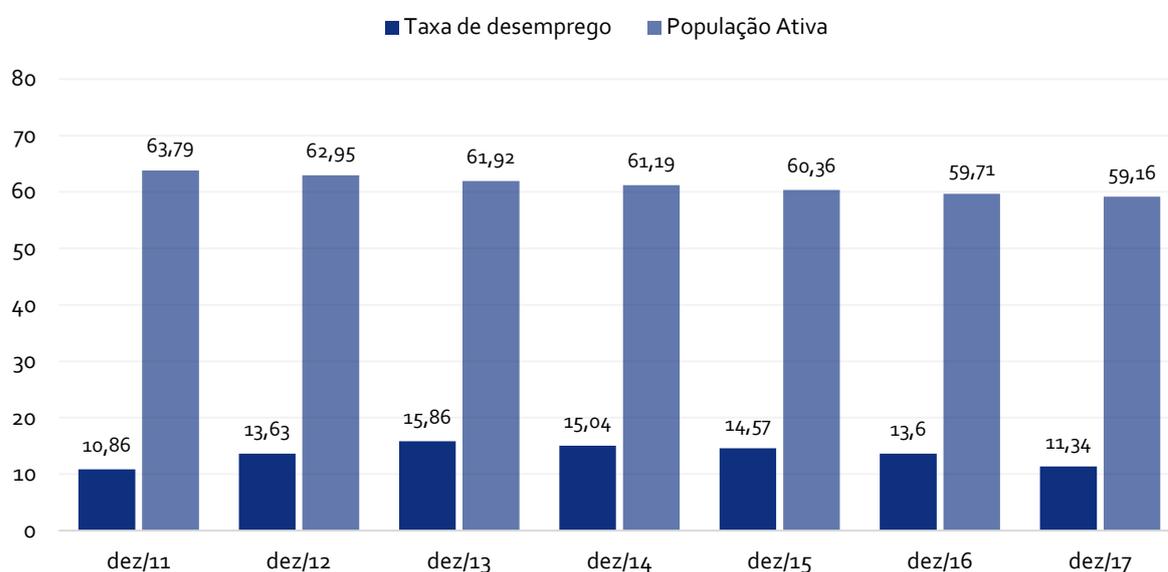
<sup>12</sup><https://www.pordata.pt/Municipios/Ganho+m%C3%A9dio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+o+utrem+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade-288> (acedido em 7 de maio de 2018).

escolaridade. Já os/as trabalhadores/as com o ensino secundário auferiram um rendimento 74% superior aos/as trabalhadores/as com escolaridade mais baixa. Os/as trabalhadores/as com o ensino superior auferiram um rendimento médio superior em 164%, do que os/as trabalhadores/as com a escolaridade mais baixa.

## TAXA DE DESEMPREGO E POPULAÇÃO ATIVA NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE DEZEMBRO 2011 E DEZEMBRO 2017<sup>13</sup>

Na Figura B.5. observa-se que, em dezembro de 2017, quase 60% da população do concelho do Porto era ativa<sup>14</sup> e que a taxa de desemprego<sup>15</sup> era de 11,34%.

Analisando a evolução da taxa de desemprego e da população ativa, entre 2011 e 2017 constata-se que a percentagem da população ativa diminuiu, de forma progressiva, 4,63 %, entre 2011 e 2017.



40

Figura B.5. Taxa de desemprego e população ativa, Porto, dezembro 2011 - dezembro 2017 (em percentagem; Fonte: INE<sup>1617</sup>)

<sup>13</sup> Os dados apresentados para a taxa de desemprego e para a população ativa são aproximados, pois não foi possível aceder a dados que permitissem definir com precisão qual a percentagem da população com idade mínima de 15 anos era ativa ou inativa (inativo é alguém que com 15 ou mais anos é estudante, reformado, doméstico/a, entre outras situações)

<sup>14</sup> População ativa = população com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

<sup>15</sup> Taxa de desemprego = Rácio da população desempregada, sobre a população ativa.

<sup>16</sup> [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=b&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=b&selTab=tab2) (acedido em 2 de julho de 2018, para obtenção de dados sobre a população residente com 15 ou mais anos).

<sup>17</sup> Dados sobre população desempregada (acedidos em 2 de julho de 2018 em: <https://www.iefp.pt/estatisticas>).

Por seu turno, a taxa de desemprego aumentou entre 2011 e 2013, passando de 10.86% em 2011, para 15.86% em 2013 e depois de 2013 começou a baixar paulatinamente, diminuindo dos 15.86% em 2013, para os 11.34%, em 2017.

## DESEMPREGADOS/AS INSCRITOS/AS NO IEFP NO CONCELHO DO PORTO, EM FEVEREIRO DE 2018

Segundo dados do IEFP, em fevereiro de 2018, encontravam-se inscritos/as 14 278 desempregados/as no concelho do Porto, sendo 6 782 (47.20%) do sexo masculino e 7 496 (52.50%) do sexo feminino.

Os/as jovens com idade inferior a 25 anos constituíam 7.26% dos/as desempregados/as inscritos/as, enquanto o grupo de indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos representava 18.98% dos/as desempregados/as.

O grupo etário com maior percentagem de desempregados/as inscritos/as era o grupo etário das pessoas com idade entre os 35 e os 54 anos, com 45.43% do total de desempregados/as inscritos/as. E, no seu conjunto, os/as desempregados/as com idade superior a 35 anos constituíam 73.76% dos/as desempregados/as.

Do total de desempregados/as inscritos/as 60.47% (8 634) não tinham a escolaridade obrigatória (12º ano). De facto, 4.96% (708) tinham escolaridade inferior ao 1º ciclo do ensino básico, 20.04% (2 862) possuíam o 1º ciclo do ensino básico, 17.27% (2 466) tinham o 2º ciclo do ensino básico e 18.20% (2 598) detinham o 3º ciclo do ensino básico.

O grupo de desempregados/as com o ensino secundário completo saturava 23.08% das pessoas inscritas (3 295) e os/as desempregados/as com o ensino superior completo representavam 16.45% (2 349) do total de pessoas desempregadas no concelho do Porto.

NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS/AS DE PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO, POR TIPO DE PRESTAÇÃO E VALOR MÉDIO NO ANO, POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017

Da análise da Figura B.6., pode constatar-se que em 2017, se contabilizavam 7 278 (81.45%) beneficiários/as do subsídio de desemprego, 1 867 (20.89%) beneficiários/as do subsídio social de desemprego subsequente e 586 (6.56%) beneficiários/as do subsídio social de desemprego.

As freguesias que apresentavam maior proporção e número de beneficiários/as de prestações de desemprego eram Paranhos com 21.57% (2 099), a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 16.78% (1 633) e Ramalde com 16.39% (1 595).

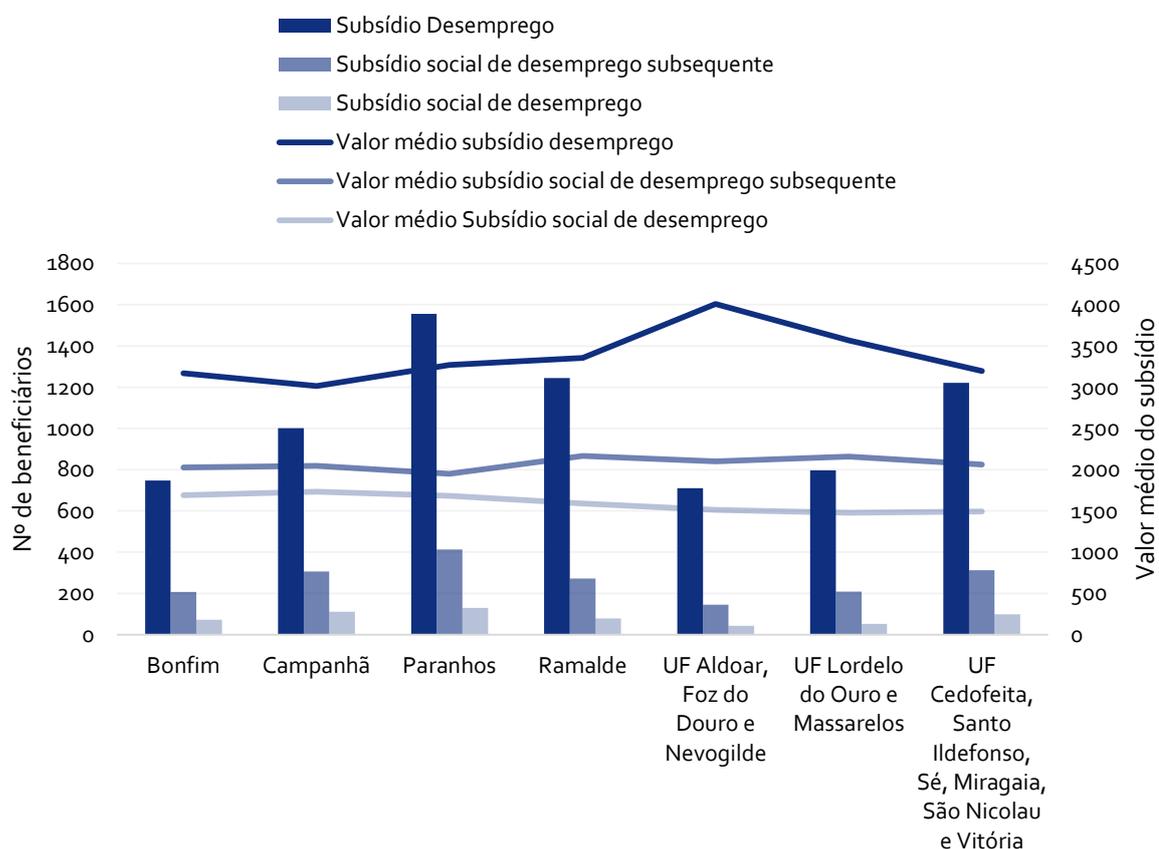


Figura B.6. Beneficiários/as de prestações de desemprego, por tipo de prestação e valor médio no ano, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em número e em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES))

Relativamente ao subsídio de desemprego, Paranhos tinha o maior número de beneficiários/as, que representavam 21.38% (1 556) do total, seguindo-se Ramalde, com 17.09% (1 244) e depois a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 16.78% (1 221).

Quanto ao subsídio social de desemprego subsequente, Paranhos posicionava-se novamente em primeiro lugar, com 22.12% (413), seguindo-se-lhe a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 16.76% (313) e depois Campanhã, com 16.39% (306).

Finalmente, relativamente ao subsídio social de desemprego, Paranhos surgia de novo em primeiro lugar, com 22.18% (130), depois Campanhã, com 18.94% (111) e depois a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 16.89% (99).

No que diz respeito aos valores destas prestações de desemprego, o subsídio de desemprego teve um valor médio de 3 332€/ano (mínimo de 3 015€/ano, em Campanhã e máximo de 4 010€/ano, na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde). O subsídio social de desemprego subsequente teve um valor médio de 2 060€/ano (mínimo de 1 952€/ano, em Paranhos e máximo de 2 166€/ano, em Ramalde). Por último, o subsídio social de desemprego teve um valor médio anual de 1 618€ (mínimo de 1 478€/ano, na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e máximo de 1 732€/ano, em Campanhã).

## BENEFICIÁRIOS/AS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, POR GRUPO ETÁRIO NO CONCELHO DO PORTO, EM 2016

No que concerne ao subsídio de desemprego especificamente, no concelho do Porto existiam, em 2016, 10 538 beneficiários/as de subsídio de desemprego, sendo 49.42% (5 208) do sexo masculino e 50.58% (5 330) do sexo feminino.

Do total de beneficiários/as de subsídio de desemprego, 61.78% (6 511) tinham idade igual ou superior a 40 anos e, dentro destes/as, os/as beneficiários/as com 55 ou mais anos de idade representavam quase um quarto dos/as beneficiários/as do subsídio de desemprego (24.86%).

O grupo etário entre os 30 e os 39 anos representava 24.15% (2 545) dos/as beneficiários/as e o grupo etário com idade igual ou inferior a 29 anos constituía 14.06% (1 482) do total de beneficiários/as.

Relativamente ao nível de escolaridade constata-se que 60.47% (8 634) dos/as desempregados/as inscritos/as não tinham a escolaridade obrigatória (12º ano). De facto, 4.96% (708) tinham escolaridade inferior ao 1º ciclo do ensino básico, 20.04% (2 862) obtiveram o 1º ciclo do ensino básico, 17.27% (2 466) possuíam o 2º ciclo do ensino básico e 18.20% (2 598) detinham o 3º ciclo do ensino básico.

O grupo de desempregados/as com o ensino secundário completo correspondia a 23.08% das pessoas inscritas (3 295) e os/as desempregados/as com o ensino superior completo representavam 16.45% (2 349) do total de pessoas desempregadas no concelho do Porto.

## VALOR MÉDIO ANUAL, POR TIPO DE PENSÃO E REGIME NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017

Constata-se, pela análise da Figura B.7. que, no regime contributivo, as pensões de velhice apresentavam o valor anual médio mais elevado de 7 737€/ano, que correspondia a um rendimento mensal médio de 644.75€. Seguiam-se as pensões de invalidez, com um valor anual médio de 5 403€ (450.25€/mês) e depois as pensões de sobrevivência com um valor anual médio de 4 138€ (344.83€).

No regime não contributivo os valores médios anuais eram significativamente mais baixos, sendo de 3 647€/ano (303.92€) para as pensões de invalidez, 3 536€/ano (294.67€/mês) para as pensões de velhice e 1 173€/ano (97.75€/mês) para as pensões de sobrevivência.

Estes dados mostram que muitos/as pensionistas auferiam rendimentos baixos, muitas vezes inferiores ao salário mínimo nacional.

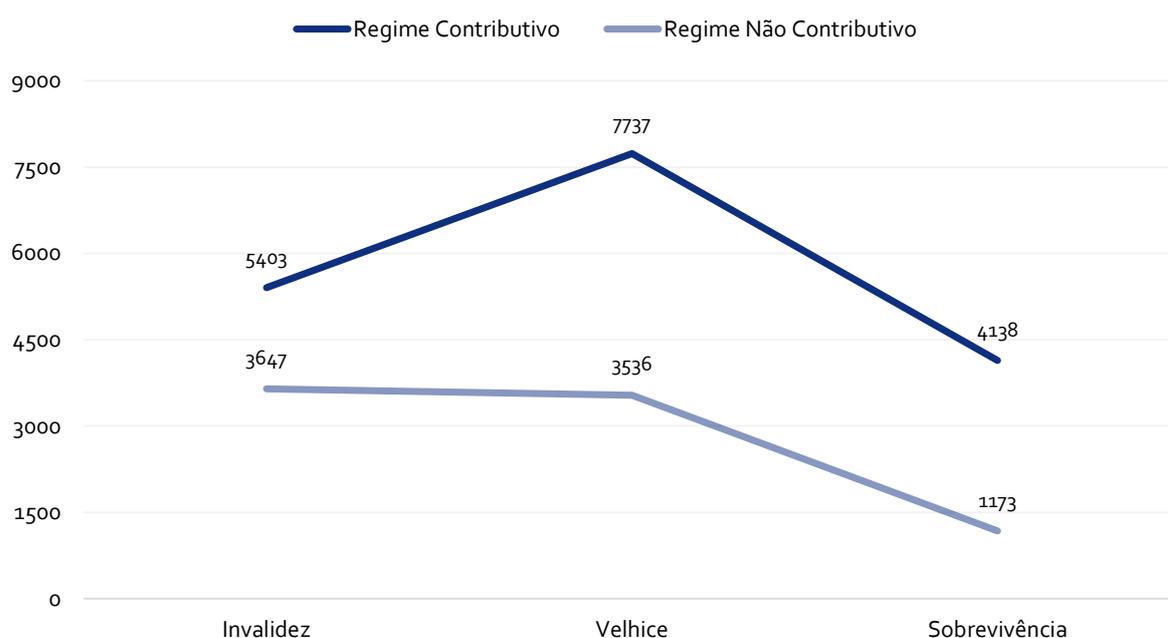
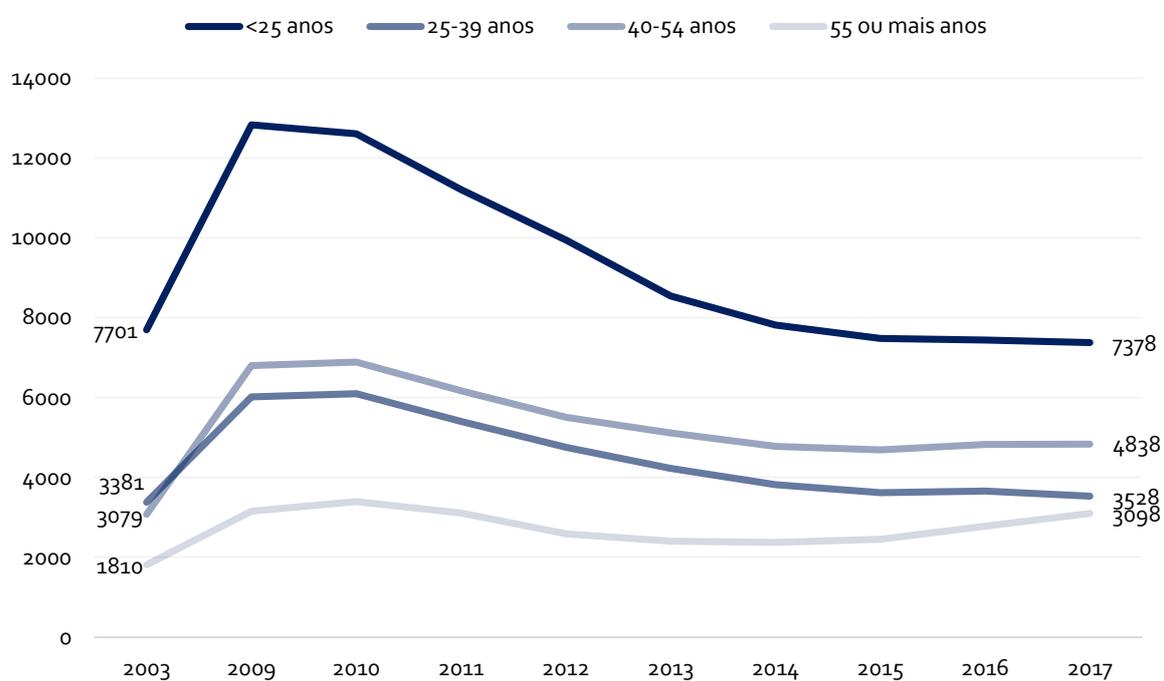


Figura B.7. Valor médio anual, por tipo de pensão e regime, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

A nível nacional, a percentagem de pensionistas que auferiam uma pensão inferior ao salário mínimo nacional diminuiu entre o ano 2000 (83.5%) e o ano 2007, onde atingiu o seu valor mais baixo, de 74.1%. Após 2007, assistiu-se a um aumento até 2013, atingindo nesse ano o valor de 78.6%. Globalmente, entre 2000 e 2013 ocorreu uma diminuição de 4.9% relativamente a pensionistas que recebiam pensões com um valor abaixo do salário mínimo nacional.

## BENEFICIÁRIOS/AS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI), POR GRUPO ETÁRIO NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2003 E 2017

Analisando a Figura B.8. verifica-se que, em todos os anos do intervalo de tempo considerado, o grupo etário com maior número de beneficiários/as de RSI era o grupo etário das pessoas com menos de 25 anos de idade, seguido do grupo etário entre os 40 e os 54 anos de idade. Também se constata que, para todos os grupos etários, houve um pico no número de beneficiários/as de RSI nos anos de 2009 e 2010, seguindo-se um decréscimo progressivo até 2017.



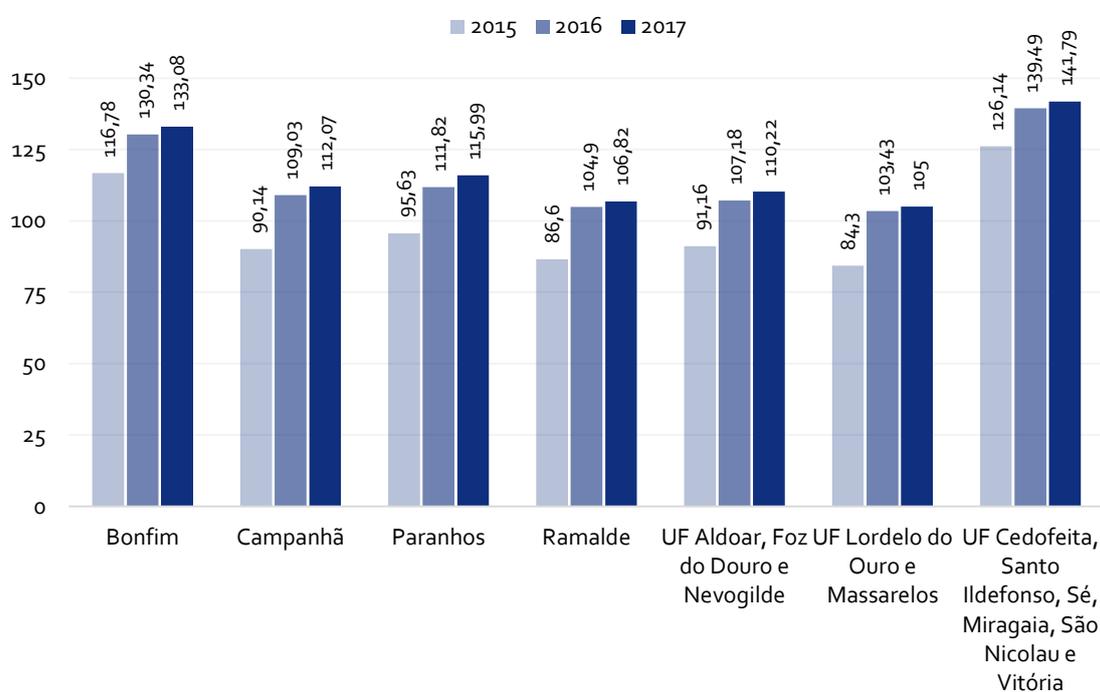
47

Figura B.8. Beneficiários/as de RSI, por grupo etário, Porto, 2003-2017 (em número; Fonte: Pordata<sup>18</sup>)

<sup>18</sup><https://www.pordata.pt/Municipios/Benefici%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-515> (acedido em 4 de maio de 2018).

## EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO DA PRESTAÇÃO DOS/AS BENEFICIÁRIOS/AS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI), POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2015 E 2017

Da análise da Figura B.9. constata-se que, em 2015, o valor médio da prestação de RSI por beneficiário/a variou entre o mínimo de 84.3€ (União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e o máximo de 126.14€ (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória), sendo o seu valor médio de 98.19€.



48

Figura B.9. Valor médio da prestação dos/as beneficiários/as de RSI, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))<sup>19</sup>

Em 2016, variou entre o mínimo de 104.9€ (Ramalde) e o máximo de 139.49€ (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória), com um valor médio de 115.17€. Em 2017, oscilou entre o mínimo de 105€ (União de Freguesias de Lordelo do Ouro e

<sup>19</sup> Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

Massarelos) e o máximo de 141.79€ (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória), com um valor médio de 117.75€.

A esta evolução no valor médio da prestação de RSI por beneficiário/a, no período compreendido entre 2015 e 2017, correspondeu um aumento médio de 19.92%.

## BENEFICIÁRIOS/AS COM PROCESSAMENTO DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI), POR GRUPO ETÁRIO NO CONCELHO DO PORTO, NO TRIÉNIO DE 2015 – 2017

Ao analisar a Figura B.10 verifica-se que relativamente à distribuição dos/as beneficiários/as de RSI por grupo etário, no concelho do Porto, em 2017, 30.08% dos/as beneficiários/as tinham idade igual ou inferior a 18 anos, 15.14% tinham entre os 19 e os 29 anos, 28.53% entre os 30 e os 49 anos e 26.25% possuíam idade igual ou superior a 50 anos.

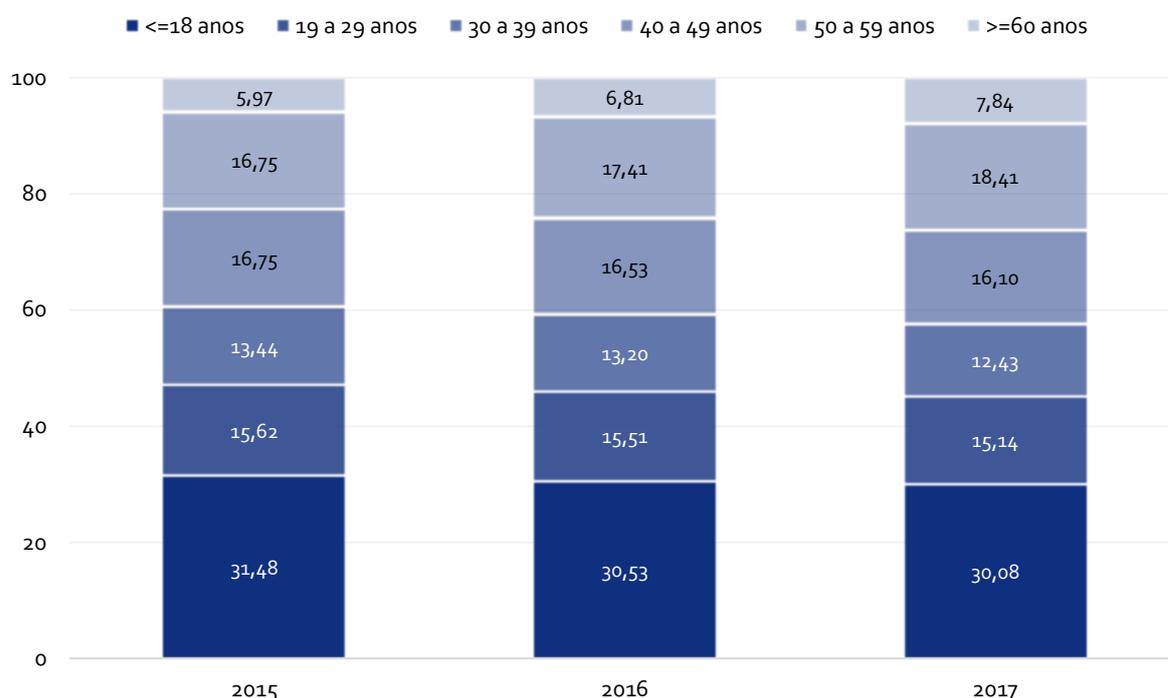


Figura B.10. Beneficiários/as com processamento de RSI, por grupo etário, Porto, 2015 – 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))<sup>20</sup>

Ocorreram pequenas alterações na distribuição etária dos/as beneficiários/as de RSI no triénio 2015 -2017, tendo-se mantido, no entanto, a estrutura geral bastante similar. Observa-se ainda que a percentagem de beneficiários/as de RSI diminuiu no triénio 2015 – 2017 em todas as faixas etárias inferiores a 50 anos de idade.

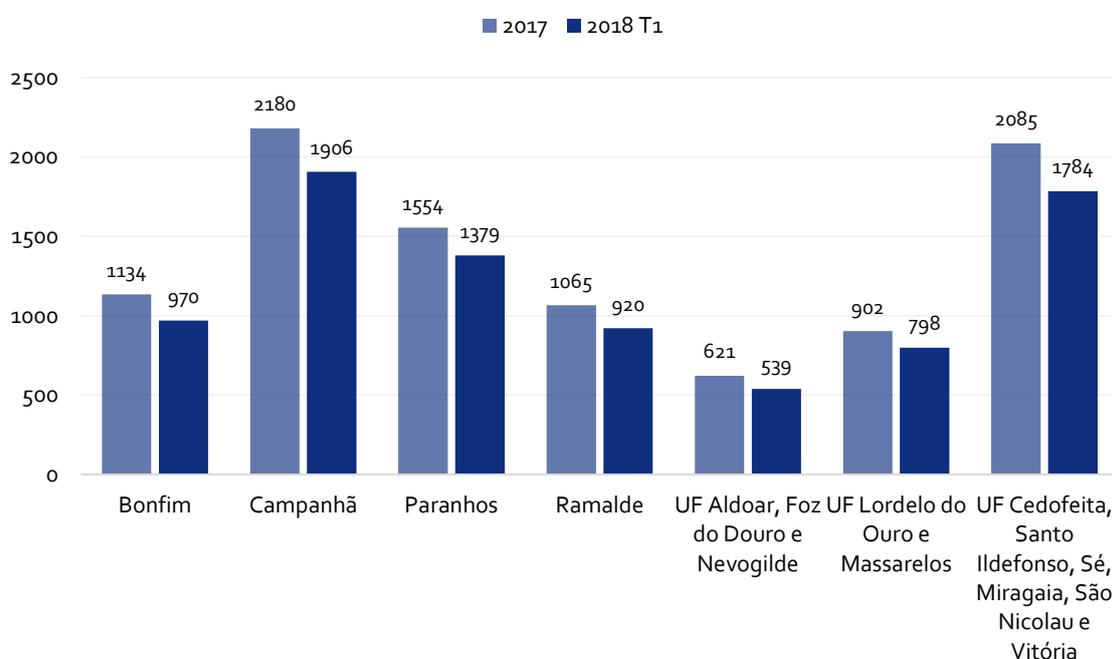
<sup>20</sup> Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

De facto, nas faixas etárias dos 18 aos 49 anos de idade assistiu-se a uma diminuição da percentagem de beneficiários/as de RSI, que variou entre o máximo de -4.68%, na faixa etária dos 30 aos 39 anos de idade e o mínimo de -0.07%, na faixa etária dos 19 aos 29 anos de idade.

Por outro lado, na faixa etária dos 50 aos 59 anos de idade assistiu-se a um aumento de 13.27% no número de beneficiários/as de RSI e na faixa etária com 60 ou mais anos de idade o incremento foi de 35.49%, ou seja, um aumento muito significativo de mais de 1/3 no número de beneficiários/as.

## AGREGADOS FAMILIARES COM PROCESSAMENTO DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI), POR FREGUESIA OU UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017 E NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018

A Figura B.11. revela que para o concelho do Porto, em 2017, contabilizaram-se 9 541 agregados familiares com processamento de RSI, tendo esse valor diminuído, no primeiro trimestre de 2018, para os 8 296 agregados. As freguesias/uniões de freguesia que apresentaram maior número e proporção de agregados familiares com processamento de RSI, em 2017 assim como no primeiro trimestre de 2018, foram Campanhã com 22.85% (2 180) dos agregados, a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 21.85% (2 085) e Paranhos com 16.29% (1 554).



52

Figura B.11. Agregados familiares com processamento de RSI, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 e 1º trimestre de 2018 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))<sup>21</sup>

Por outro lado, a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde apresentou o valor mais baixo, 6.51% (621), enquanto as restantes oscilaram entre os 9.45% (902) na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e os 11.89% (1 134) na freguesia do Bonfim.

<sup>21</sup> Dados obtidos a 18 de maio de 2018.

## VALOR MÉDIO DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI) POR AGREGADO FAMILIAR NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2015 E 2017

Na Figura B.12. constata-se que, entre 2015 e 2017, houve um aumento de 15.35% no valor médio do RSI por agregado familiar (de 208.68€ para 240.72€).

Em 2015, o valor médio do RSI por agregado familiar variou entre o mínimo de 193.13€ (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e o máximo de 222.94€ (Campanhã), com um valor médio concelhio de 208.68€.

Em 2016, o valor médio do RSI por agregado familiar oscilou entre o mínimo de 209.74€ (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e o máximo de 263.85€ (Campanhã), com um valor médio concelhio de 236.43€.

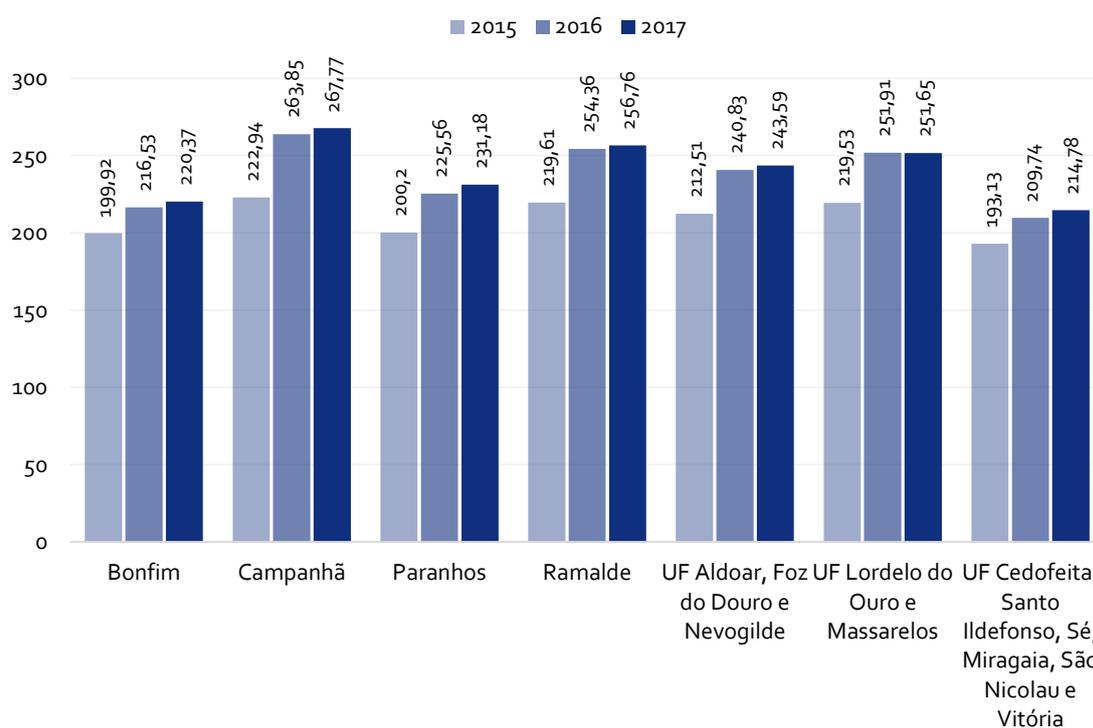


Figura B.12. Valor médio de RSI por agregado familiar, Porto, 2015 - 2017 (em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

Em 2017, o valor médio do RSI por agregado familiar divergiu entre o mínimo de 214.78€ (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e o máximo de 267.77€ (Campanhã), com um valor médio concelhio de 240.72€.

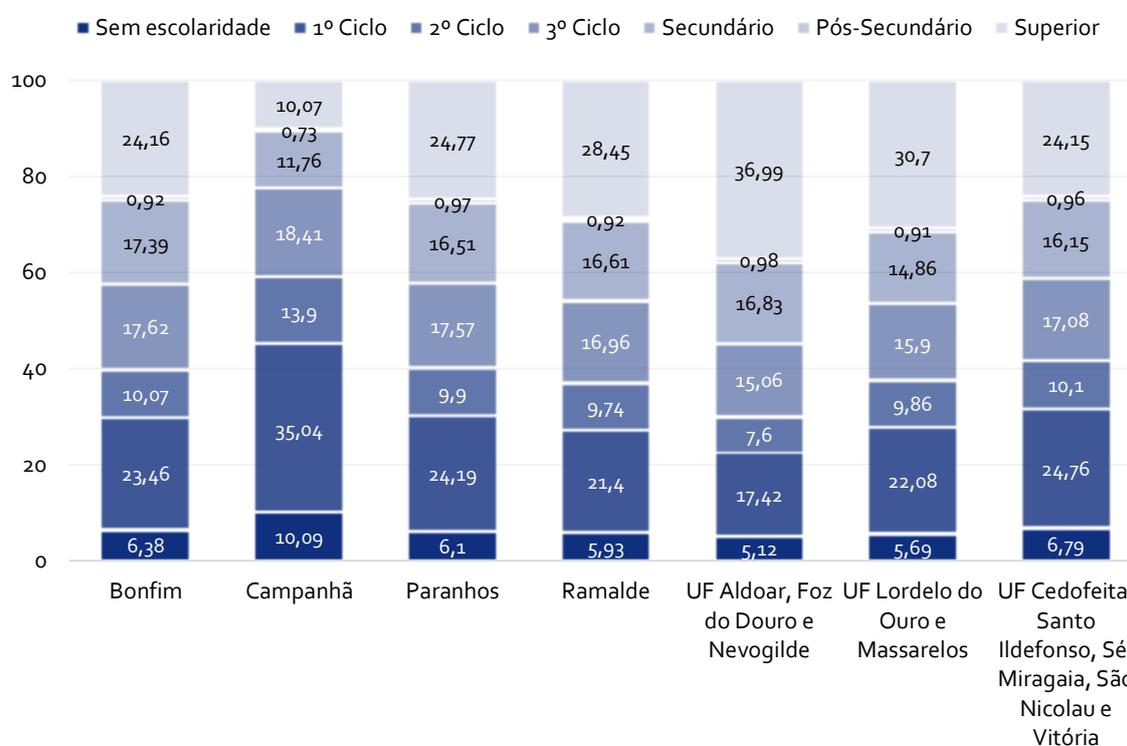
## A.4.C. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- Apenas cerca de 40% da população residente tinha a escolaridade obrigatória ou formação superior.
- Assistiu-se a um decréscimo no número de alunos/as em todos os ciclos da escolaridade básica e a um acréscimo no ensino secundário e superior.
- A diminuição do número de alunos/as residentes é compensada pelo aumento do número de alunos/as que residem fora do concelho, o que conduziu a um aumento da taxa bruta de escolarização (mais de 60% da população estudantil não reside no concelho).
- Taxa de retenção/desistência baixou. No entanto a taxa de retenção/desistência no ensino secundário era ainda superior, em termos gerais, a dez por cento, sendo superior a vinte por cento no 12º ano de escolaridade.
- Risco de abandono escolar no concelho do Porto era mais elevado do que na AMP e Região Norte.

## NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 15 ANOS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2011

Globalmente, 6.6% da população residente com mais de 15 anos não obteve nenhum ciclo de escolaridade completo (ou nem chegou a frequentar qualquer ano escolaridade), 24.21% detinha o 1º ciclo de escolaridade, 10.2% o 2º ciclo de escolaridade, 17.01% o 3º ciclo de escolaridade, 15.74% o ensino secundário e 25.33% o ensino superior. Ou seja, aproximadamente 58.01% da população residente possuía um nível de escolaridade inferior ao ensino obrigatório.



56

Figura C.1. População residente com mais de 15 anos, por nível de escolaridade completo, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE<sup>23</sup>)

Na Figura C.1. constata-se que na análise por freguesia/união de freguesias, a percentagem da população sem nível de escolaridade completo variava entre o mínimo de 5.12% na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e o máximo de 10.09% em Campanhã. As restantes freguesias oscilavam entre os 5.69% (União de Freguesias de Lordelo do Ouro e

<sup>23</sup> <http://mapas.ine.pt/download/index2011.phtml> (acedido em 26 de março de 2018).

Massarelos) e os 6.79% (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

Considerando a população que tinha apenas o 1º ciclo de escolaridade completo, as percentagens variavam entre os 17.42% na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e os 35.04% em Campanhã. Destaca-se que os valores para as restantes freguesias divergiam entre os 21.4% (Ramalde) e os 24.76% (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

Relativamente ao 2º ciclo, a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde voltava a apresentar a percentagem mais baixa, com 7.6% e Campanhã revelava, uma vez mais, a percentagem mais elevada, com 13.9%. Este padrão repetia-se no que dizia respeito ao 3º ciclo, com percentagens a variarem entre os 15.06% (União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e os 18.41% (Campanhã).

Quanto ao ensino secundário, Campanhã apresentava a taxa mais baixa de população com o ensino secundário completo, com 11.76% da população com este nível de escolaridade. No extremo oposto, encontrava-se a freguesia do Bonfim, que possuía a taxa mais elevada de população com este nível de escolaridade, 17.39%. Para as restantes freguesias os valores variavam entre 14.86% (União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e 16.83% (União de freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde).

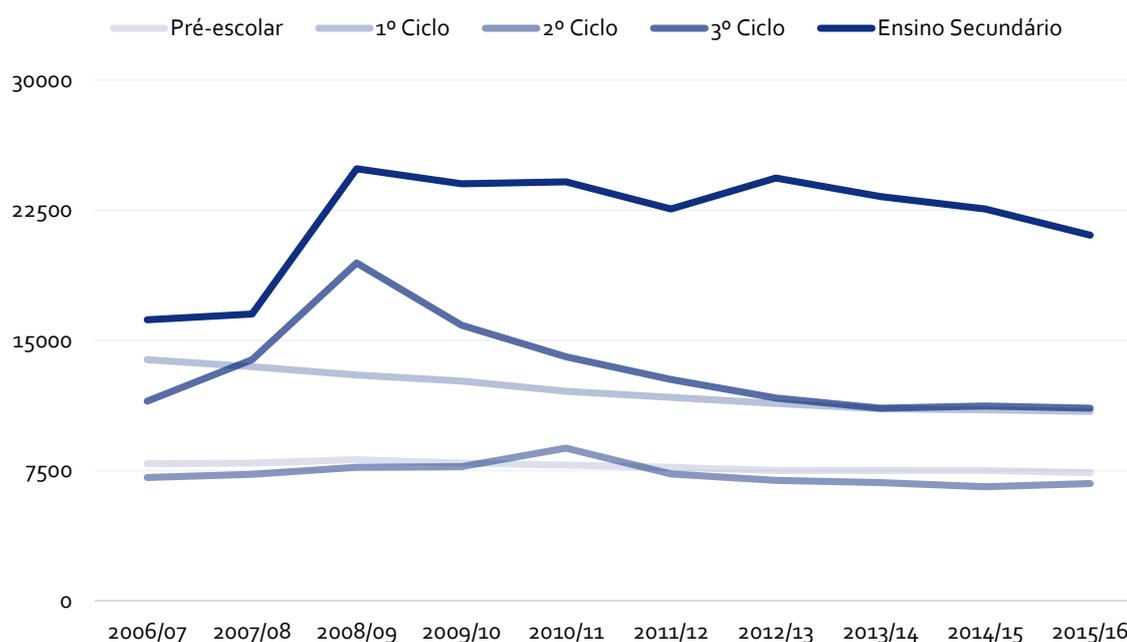
57

Finalmente, no que respeita ao ensino superior, a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde destacava-se como a detentora da taxa mais elevada, com cerca de um terço da sua população a possuir um curso superior (36.99%), enquanto Campanhã voltava a ter a taxa mais baixa, com apenas 10.07% da sua população nessas circunstâncias. Os valores para as restantes freguesias oscilavam entre os 24.15% (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e os 30.7% (União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos).

Campanhã destacava-se como a zona geográfica da cidade com os níveis mais baixos de escolaridade do concelho. Apenas um quinto da sua população (21.84%) tinha a escolaridade obrigatória (12º ano) ou superior. Nas restantes freguesias/uniões de freguesia a percentagem da população que tinha o ensino secundário e/ou superior, variava entre os 40.3% (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e 53.82% (União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde).

## ALUNOS/AS INSCRITOS/AS, POR CICLO DE ESTUDOS NO CONCELHO DO PORTO, NOS ANOS LETIVOS DE 2006/2007 A 2015/2016

Da análise da Figura C.2. verifica-se que estavam a frequentar o ensino pré-escolar, no ano letivo de 2006/2007, 7 896 alunos/as. Esse número aumentou no ano letivo de 2008/2009, até aos 8 126 alunos/as e, de seguida, diminuiu atingindo, em 2015/2016, 7 372 alunos/as.



58

Figura C.2. Alunos/as inscritos/as, por ciclo de estudos, Porto, ano letivo de 2006/2007 a 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC<sup>24</sup>)

No 1º ciclo o padrão foi ligeiramente diferente, tendo-se assistido a um decréscimo progressivo no número de alunos/as inscritos/as, desde o ano letivo de 2008/2009 (13 891) até ao ano letivo de 2015/2016 (10 912).

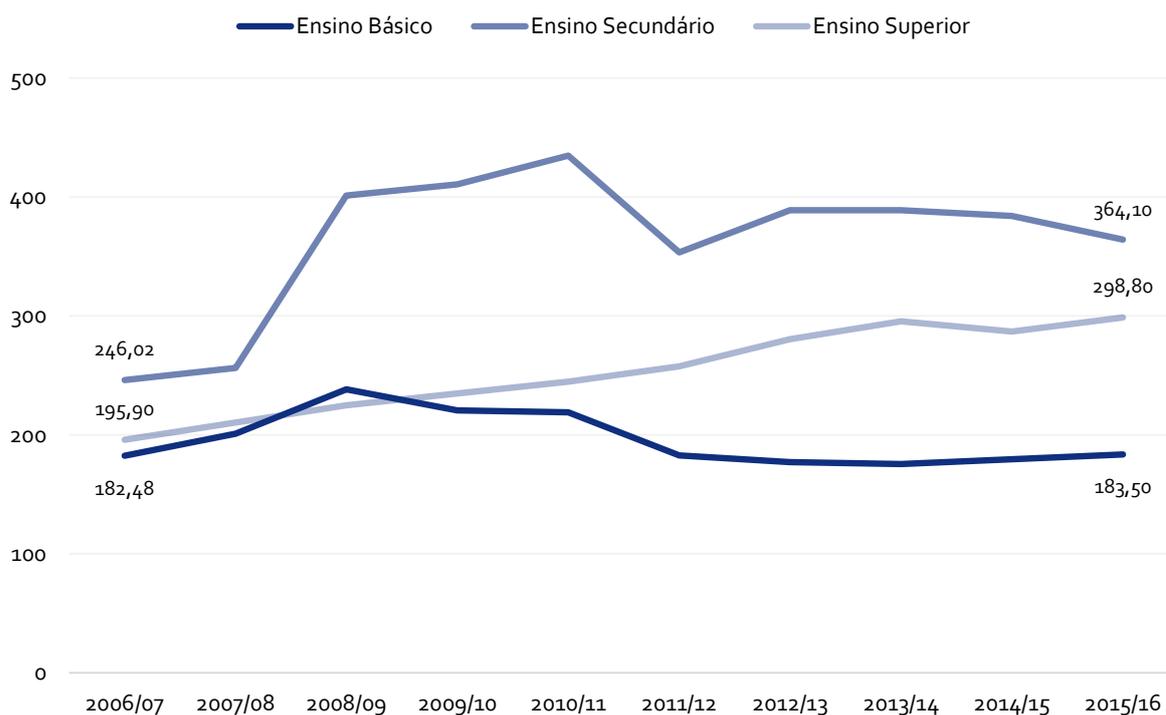
Nos 2º e 3º ciclos, encontrou-se, de novo, o padrão global, com um pico de alunos/as no ano letivo de 2010/2011 no 2º ciclo (8 726) e um pico de alunos/as no ano letivo de 2008/2009 no 3º ciclo (19 461), após o qual o número de alunos/as diminuiu progressivamente até ao ano letivo de 2015/2016, situando-se o número de alunos/as nesse ano nos 6 747, no 2º ciclo e nos 11 091, no 3º ciclo.

<sup>24</sup> <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

No ensino secundário observou-se um acréscimo muito acentuado de quase 50% no número de alunos/as no ano letivo de 2008/2009, que passou de 16 183 alunos/as, no ano letivo de 2006/2007, para 24 884 alunos/as, no ano letivo de 2008/2009. A partir do ano letivo 2011/2012 ocorreu um decréscimo progressivo, não muito acentuado, cifrando-se o número de alunos/as, no ano letivo de 2015/2016, em 21 062.

## TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO BÁSICO, SECUNDÁRIO E SUPERIOR NO CONCELHO DO PORTO, NOS ANOS LETIVOS DE 2006/2007 A 2015/2016<sup>25</sup>

Na Figura C.3. constata-se que, nesse intervalo de tempo, a taxa bruta de escolarização foi sempre superior a 100%. Isto significa que, para todos os anos letivos e ciclos de escolaridade em análise, existiram mais alunos/as matriculados/as, do que população residente em idade normal de frequência desses ciclos de estudo.



60

Figura C.3. Taxa bruta de escolarização no ensino básico, secundário e superior, Porto, ano letivo de 2006/2007 a 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC<sup>26</sup>)

A taxa bruta de escolarização era mais elevada no ensino secundário, depois no ensino superior e por último no ensino básico. No ensino secundário, onde a taxa era mais elevada, existiam quase quatro vezes mais alunos/as matriculados/as de fora do concelho, do que do concelho. Este valor baixava no ensino básico e no ensino superior, ou seja, o número de alunos/as de fora do concelho quase duplicava no primeiro nível de ensino e quase triplicava no ensino superior.

<sup>25</sup>Relação percentual entre o número total de alunos/as matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo.

<sup>26</sup> <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

## TAXA DE RETENÇÃO/DESISTÊNCIA, POR CICLO DE ESTUDOS NO CONCELHO DO PORTO NOS ANOS LETIVOS DE 2006/2007 A 2015/2016

Uma primeira constatação que se pode fazer, a partir da análise da Figura C.4., é que, para todos os ciclos de escolaridade, exceto para o 1º ciclo, a taxa de retenção/desistência baixou consideravelmente no período de tempo em análise. No 1º ciclo houve um ligeiro incremento, passando de 3,02%, em 2006/2007 para 3,6%, em 2015/2016.

Uma segunda nota que se pode obter é que a melhoria da taxa de retenção/desistência foi tanto maior, quanto mais elevado o ciclo de estudos, tendo sido de 3,7% no 2º ciclo, 6,6% no 3º ciclo e 8,11% no secundário.

Também se observa que, apesar dessas melhorias, no período de tempo em análise, o ensino secundário teve sempre a taxa de retenção/desistência mais elevada, seguida do 3º ciclo de escolaridade, depois a do 2º ciclo de escolaridade e, finalmente, da taxa de retenção/desistência do 1º ciclo de escolaridade.

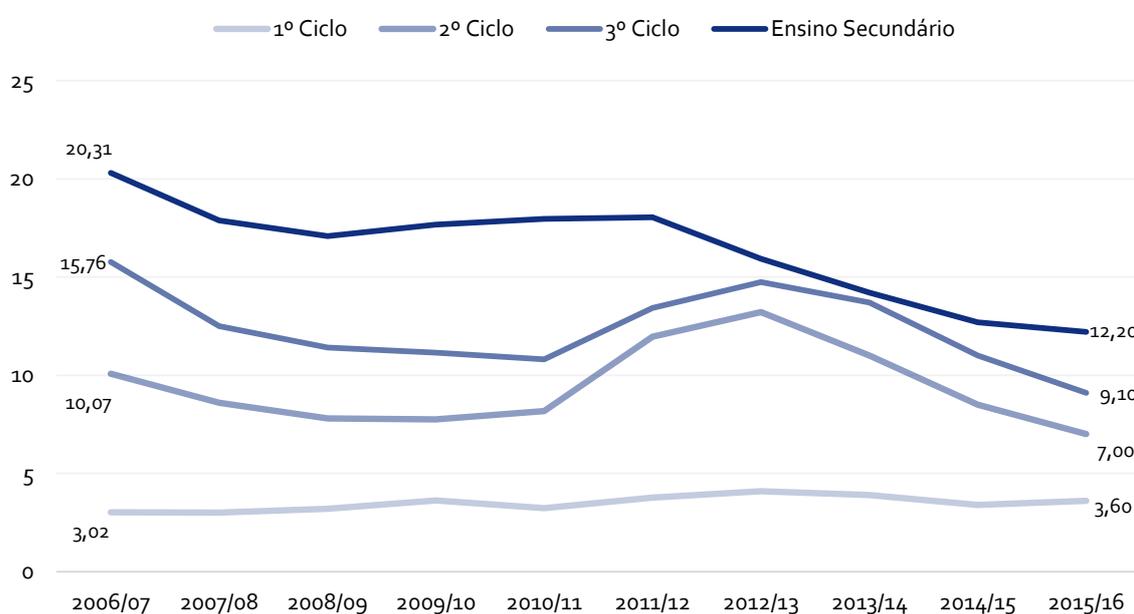


Figura C.4. Taxa de retenção/desistência, por ciclo de estudos, Porto, ano letivo de 2006/2007 a 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC<sup>27</sup>)

<sup>27</sup> <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

As taxas de retenção/desistência, no ano letivo de 2015/2016, foram de 3.6% no 1º ciclo, 7% no 2º ciclo, 9.1% no 3º ciclo e 12.2% no secundário.

A análise das taxas de retenção em cada ano de transição (4º, 6º e 9º anos) e em todos os anos do ensino secundário, não forneceu indícios acerca da existência de qualquer padrão derivado da localização geográfica numa dada freguesia/união de freguesias.

No 4º ano de escolaridade, ano de transição entre o 1º e o 2º ciclo, do conjunto de 83 escolas que tinham turmas do 4º ano, seis escolas tiveram uma taxa de retenção que se situou entre os 10% e os 20%. Duas escolas apresentaram taxas de retenção superiores a 20%: a Escola Básica do Cerco teve uma taxa de retenção de 24% e o Externato Silva Teixeira apresentou uma taxa de retenção de 36%.

## RISCO DE ABANDONO POR CICLO DE ESTUDOS NA REGIÃO NORTE, NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (AMP) E NO CONCELHO DO PORTO, NO ANO LETIVO DE 2015/2016

Analisando a Figura C.5. e fazendo a análise comparativa das taxas de risco de abandono, constata-se que as taxas de risco de abandono foram similares para a Região Norte e para a AMP, mas que o concelho do Porto apresentou a taxa mais elevada no conjunto das áreas geográficas de referência. Isto, tanto para o 3º ciclo de escolaridade e ensino secundário, considerados separadamente, como para a média entre o 3º ciclo de escolaridade e o ensino secundário, sendo esta sensivelmente 1.5 vezes a 2.5 vezes mais elevada, do que nas outras áreas geográficas em análise.

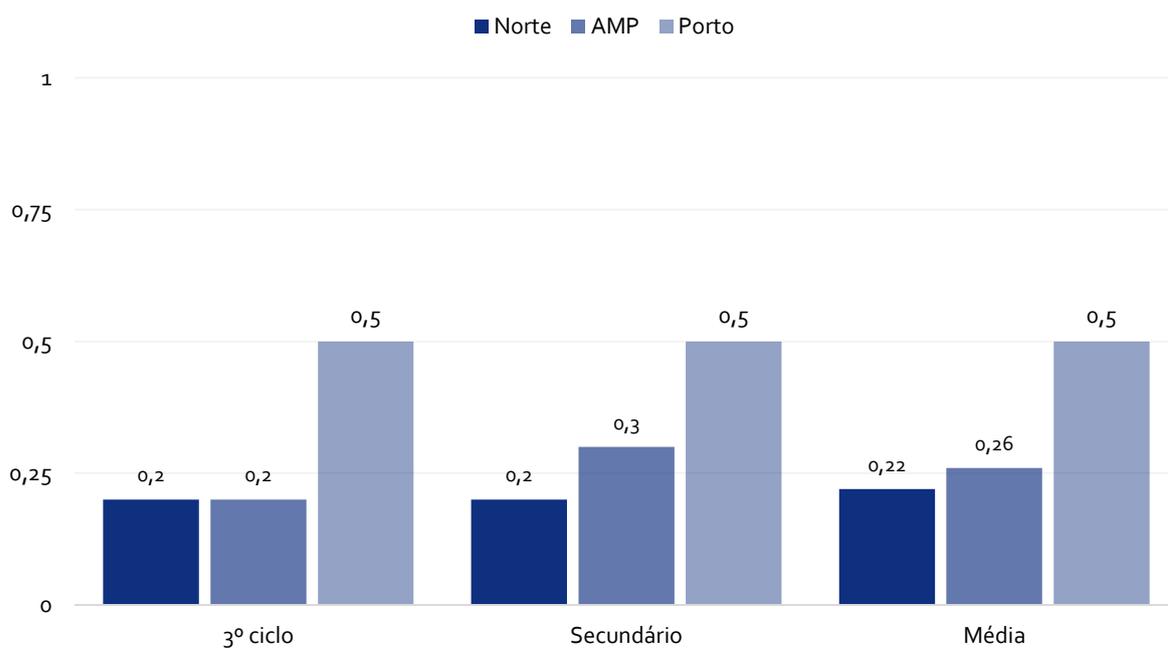


Figura C.5. Risco de abandono por ciclo de estudos, Norte, AMP e Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência)

## ALUNOS E ALUNAS INSCRITOS E INSCRITAS NO ENSINO SUPERIOR E ALUNOS E ALUNAS QUE BENEFICIAM DE BOLSA DE APOIO SOCIAL NO CONCELHO DO PORTO, NO ANO LETIVO DE 2015/2016

No ano letivo de 2015/2016 encontravam-se inscritos/as no ensino superior 55 806 estudantes, 14 620 (26.20%) no ensino privado e 41 186 (73.8%) no ensino público. Em termos globais, o sexo masculino representava 47.83% do universo dos/das estudantes e o sexo feminino 52.17%.

Globalmente, 80.57% (44 965) dos/as estudantes não beneficiavam de bolsa de apoio social e 15.06% (8 407) beneficiavam.<sup>28</sup>

Analisando os/as estudantes beneficiários/as de bolsa de apoio social pelo subsistema de ensino, verifica-se que existia uma maior proporção de estudantes do ensino público a beneficiar de bolsa, comparativamente aos/às estudantes do ensino privado.

No ensino público a proporção de estudantes beneficiários/as era de 18.47% (7 607), enquanto no ensino privado era de apenas 5.47% (800). Em sentido contrário, 80.57% (44 965) dos/das estudantes do ensino superior público não eram beneficiários/as, sendo este valor no ensino privado de 91.35% (13 356).

Relativamente ao número de estabelecimentos de ensino superior, existiam no ano letivo 2015/2016 no concelho do Porto 40 estabelecimentos de ensino superior.

Dos 40 estabelecimentos de ensino superior existentes, 18 (45%) pertenciam ao subsistema público e 22 (55%) ao subsistema privado. Adicionalmente, 28 estabelecimentos (70%) eram estabelecimentos de ensino universitário e 12 (30%) eram estabelecimentos de ensino politécnico.

---

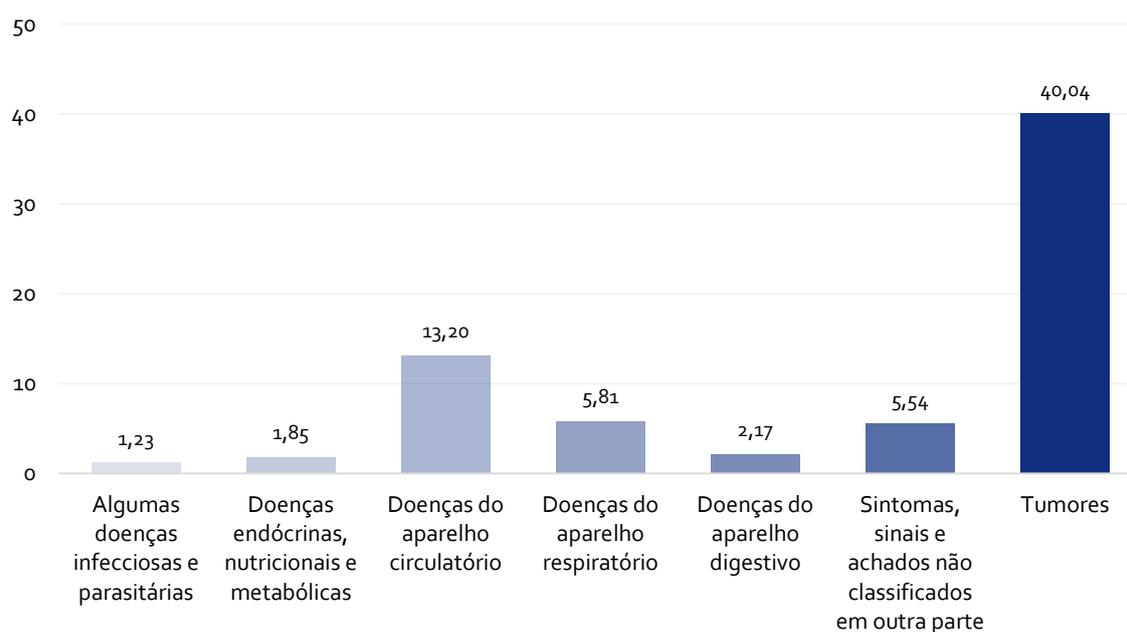
<sup>28</sup> Para os restantes não existia informação disponível.

### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- Os tumores malignos continuavam a ser a maior causa de mortalidade, seguidos das alterações do aparelho circulatório e das alterações do aparelho respiratório.
- As principais morbilidades eram a hipertensão e as alterações no metabolismo dos lípidos e ainda a depressão e o consumo excessivo de tabaco, que decorrem dos estilos de vida da modernidade.
- Os ACES do concelho do Porto apresentavam taxas de utentes inscritos/as sem médico de família atribuído relativamente altas, quando comparadas com o conjunto dos 24 ACES que compõem a ARS Norte (especialmente o ACES Porto Ocidental) e os rácios de médicos/as e enfermeiros/as por 1000 habitantes não chegavam a um/a profissional por mil habitantes.
- Na saúde mental, os principais diagnósticos ativos foram, em primeiro lugar, as perturbações depressivas, seguidas do distúrbio ansioso e da sensação de ansiedade (que assim justificavam a elevada prescrição de fármacos ansiolíticos, antidepressivos, sedativos) e, depois, do abuso do álcool, do abuso de drogas e das demências.

## ÓBITOS POR PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE NO CONCELHO DO PORTO, EM 2016

Quanto à mortalidade global, constata-se que, para o concelho do Porto, as principais causas de morte, em 2016, foram, em primeiro lugar, os tumores (40.04%), seguidas das doenças do aparelho circulatório (13.20%) e em terceiro lugar das doenças do aparelho respiratório (5.81%). (cf. Figura D.1.)



66

Figura D.1. Óbitos por principais causas de morte, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE<sup>29</sup>)

<sup>29</sup>[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008206&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008206&contexto=bd&selTab=tab2) (acedido a 17 de maio de 2018).

PESSOAS INSCRITAS POR DIAGNÓSTICO ATIVO E POR SEXO NO CONCELHO DO PORTO, EM 2015

Como se pode analisar pela Figura D.2, as principais morbilidades para os homens e para as mulheres foram similares, com algumas pequenas diferenças em termos de expressão e incidência.

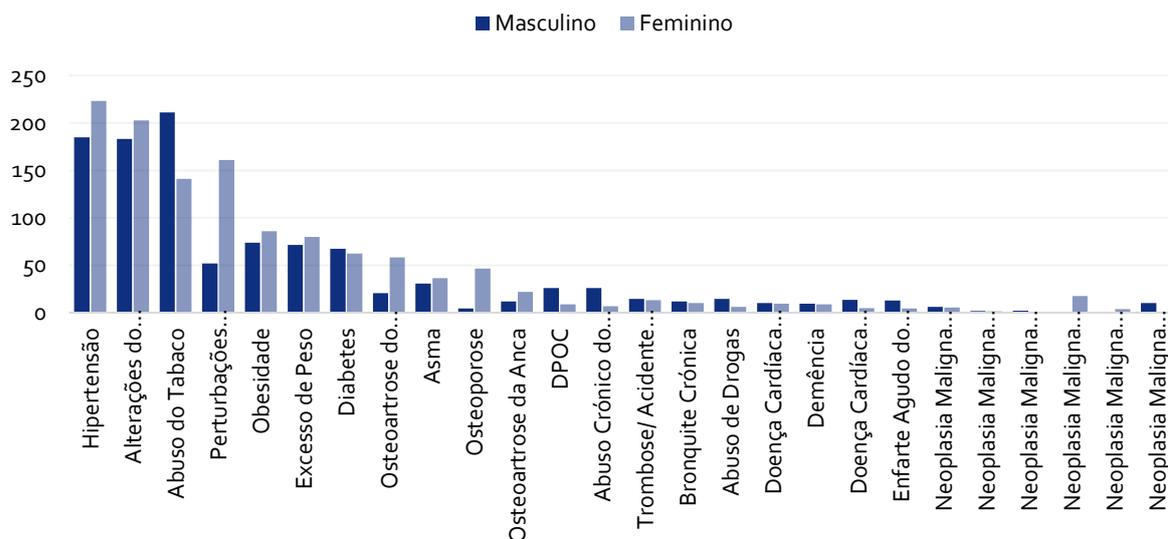


Figura D.2. Inscritos/as por diagnóstico ativo e por sexo, Porto, 2015 (em per milagem; Fonte: Departamento de Saúde Pública da ARS Norte<sup>30</sup>)

Assim, para as mulheres as principais morbilidades foram a hipertensão (223.3‰), as alterações do metabolismo dos lípidos (202.8‰) e as perturbações depressivas (161.0‰). Outras morbilidades com expressão significativa foram o abuso do tabaco (141.2‰), a obesidade (86.1‰), o excesso de peso (79.9‰), a diabetes (62.4‰), a osteoporose (46.4‰), a asma (36.5‰) e a osteoartrose da anca (22.0‰).

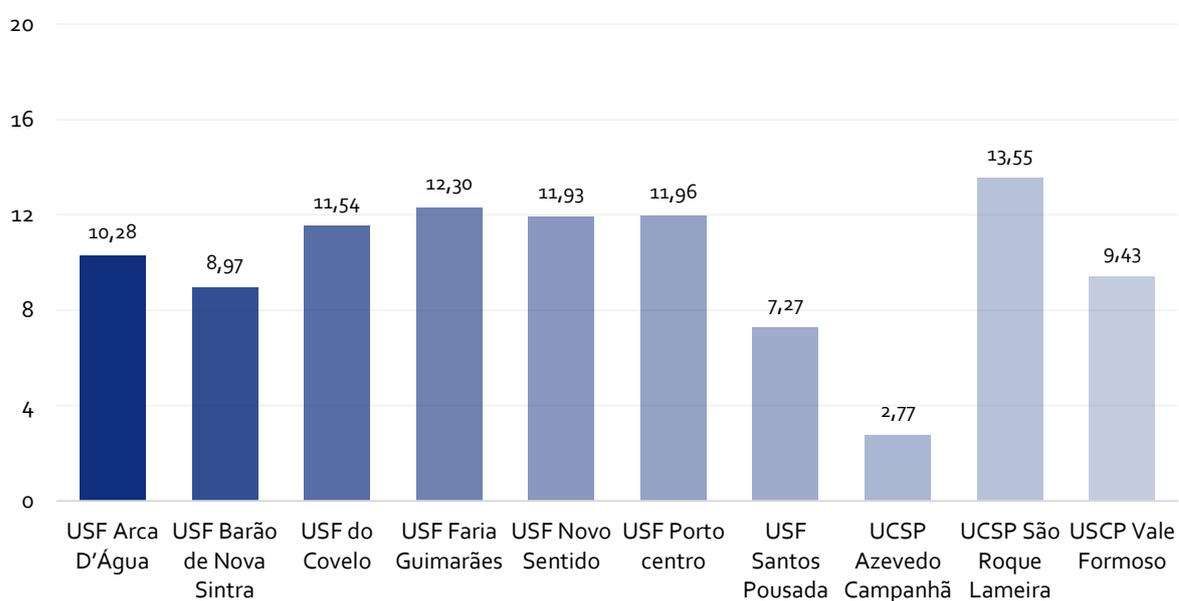
Para os homens as principais morbilidades foram o abuso do tabaco (211.2‰), a hipertensão (184.8‰) e as alterações do metabolismo dos lípidos (183.2‰). Outras morbilidades relevantes foram a obesidade (73.6‰), o excesso de peso (71.5‰), a diabetes (67.4‰), as perturbações depressivas (51.9‰), a asma (30.8‰), a doença pulmonar obstrutiva crónica –DPOC (26.1‰)<sup>31</sup> e o abuso crónico do álcool (26.0‰).

<sup>30</sup><http://www.arsnorte.min-saude.pt/observatorio-regional-de-saude/morbiliddes/#content> (acedido em 24 de maio de 2018).

<sup>31</sup> Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica.

UTENTES INSCRITOS/AS NO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE PORTO ORIENTAL (ACES PORTO ORIENTAL), POR UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR (USF) E UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS (UCSP) NO CONCELHO DO PORTO, EM 2018

Em 2018, existiam 117 387 utentes inscritos/as no ACeS Porto Oriental.<sup>32</sup> Na Figura D.3. pode ver-se que, das três UCSP existentes, a unidade com mais utentes inscritos/as era a UCSP São Roque da Lameira, em Campanhã, com uma percentagem de 13.55%, seguida da UCSP Vale Formoso, em Paranhos, com 9.43%.



68

Figura D.3. Utentes inscritos/as no ACeS Porto Oriental, por USF e UCSP, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS<sup>33</sup>)

No conjunto das sete USF, as com maior percentagem de utentes inscritos/as eram as USF Faria Guimarães, em Paranhos (12.3%), seguida da USF Porto Centro, no Bonfim (11.96%) e da USF Novo Sentido, em Campanhã (11.93%). A USF com menor percentagem de utentes inscritos/as dizia respeito à USF Barão de Nova Sintra, no Bonfim, com apenas 8.97%.

<sup>32</sup> Não serão apresentados dados relativos às UCCs, uma vez que estas abrangem a totalidade da população e não foi possível aceder a dados acerca dos/as utentes em atendimento.

<sup>33</sup> <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

UTENTES COM E SEM MÉDICO OU MÉDICA DE FAMÍLIA NO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE PORTO ORIENTAL (ACES PORTO ORIENTAL), POR UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR (USF) E UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS (UCSP) NO CONCELHO DO PORTO, EM 2018

Da análise da Figura D.4. constata-se que as USF com maior percentagem de utentes inscritos/as sem médico/a de família eram a USF Porto Centro (Bonfim) com 12.1% de utentes nessas condições e a USF de Covelo (Paranhos), com 11.8%. Nas UCSP, a UCSP Vale Formoso (Paranhos) tinha 5,58% de utentes inscritos/as sem médico/a de família e a UCSP de Azevedo (Campanhã) apresentava 2,73%. Nas restantes USF e UCSP a percentagem de utentes inscritos/as sem médico/a de família era residual (abaixo de 1%).

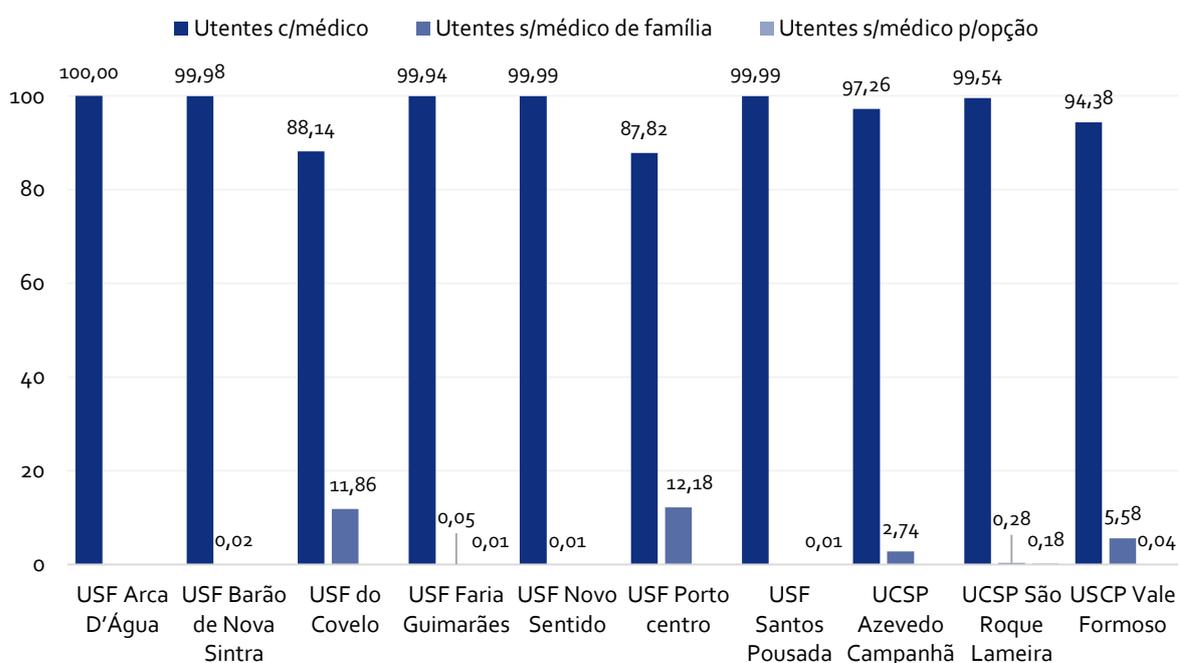


Figura D.4. Utentes com/sem médico/a de família no ACeS Porto Oriental, por USF e UCSP, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS<sup>34</sup>)

<sup>34</sup> <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

UTENTES INSCRITOS/AS NO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE PORTO OCIDENTAL (ACES PORTO OCIDENTAL), POR UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR (USF) E UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS (UCSP) NO CONCELHO DO PORTO, EM 2018

No ACES Porto Ocidental, existiam, em 2018, 168 294 utentes inscritos/as. A Figura D.5. revela que a UCSP Carvalhosa (na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) tinha uma taxa de inscritos/as de 9.45%, enquanto a UCSP Foz do Douro (na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) possuía uma taxa de utentes inscritos/as de 5.29%.

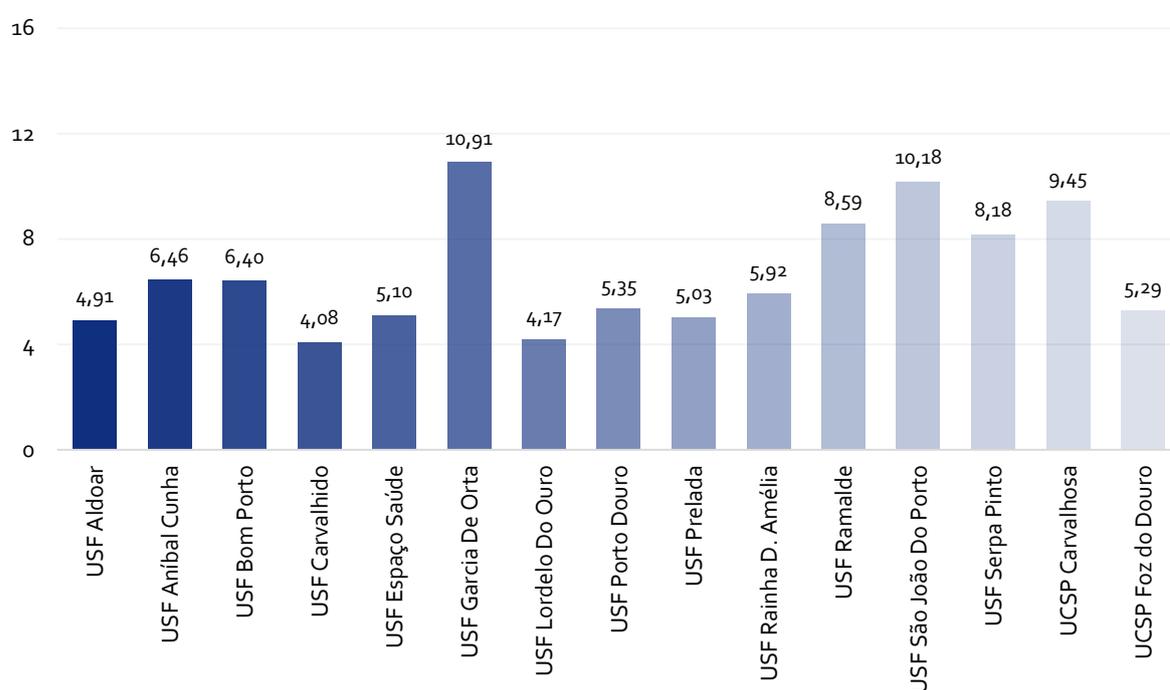


Figura D.5. Uteses inscritos/as no ACeS Porto Ocidental, por USF e UCSP, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS<sup>35</sup>)

Das 13 USF existentes neste ACES, as USF com maior percentagem de utentes inscritos/as eram as USF Garcia da Orta (União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde), com 10.91% (18 354 utentes), seguida da USF S. João do Porto (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória), com 10.18% (17 136 utentes) e da USF de Ramalde (Ramalde), com 8.59% (14 458). A USF com menor percentagem de utentes inscritos/as era a USF do Carvalhido (Ramalde), com 4.08% (6 867 utentes).

<sup>35</sup> <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

UTENTES COM E SEM MÉDICO OU MÉDICA DE FAMÍLIA NO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE PORTO OCIDENTAL (ACES PORTO OCIDENTAL), POR UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR (USF) E UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS (UCSP) NO CONCELHO DO PORTO, EM 2018

Como se pode observar na Figura D.6. constata-se que as USF com maior percentagem de utentes inscritos/as sem médico/a de família eram a USF Rainha D. Amélia, com 16.77% de utentes (que correspondiam a 1 670 utentes) e a USF S. João do Porto, com 10.82% (1 854), ambas localizadas na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória. Nas UCSP, a UCSP Foz do Douro (União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) tinha 12.91% de utentes inscritos/as sem médico/a de família (1 148) e a UCSP da Carvalhosa (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) apresentava 3.14% (499 utentes). Nas restantes USF e UCSP, a percentagem de utentes inscritos/as sem médico/a de família era residual (abaixo de 1%).

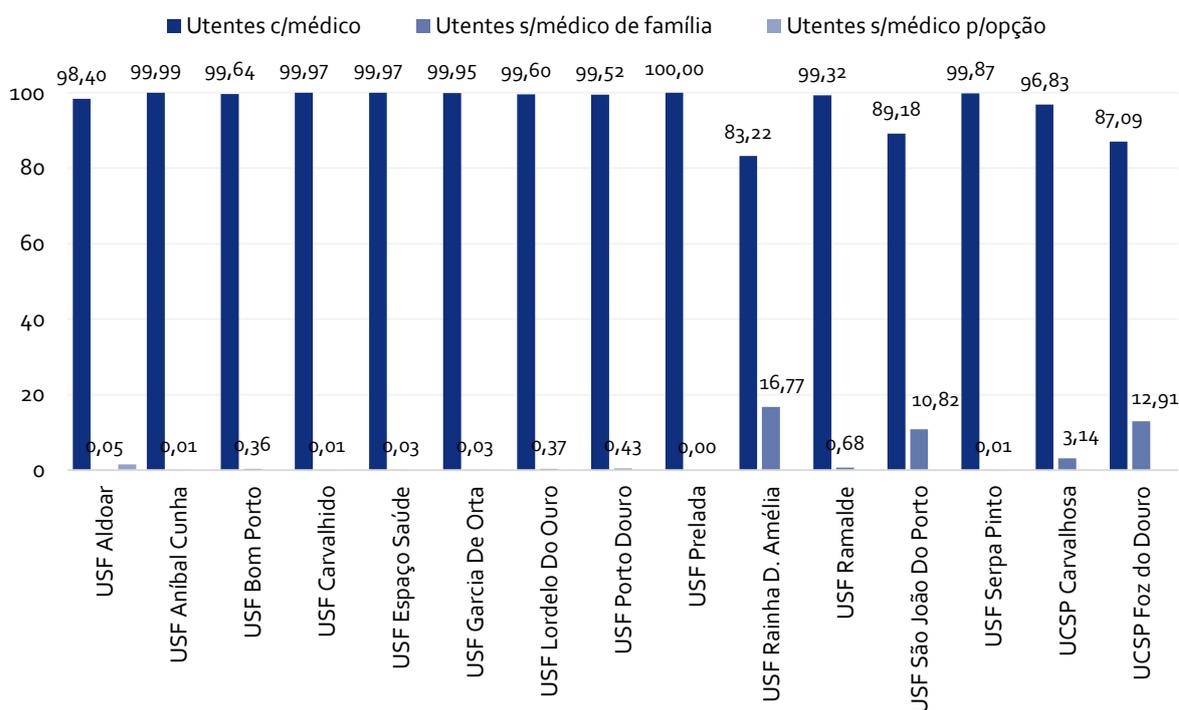
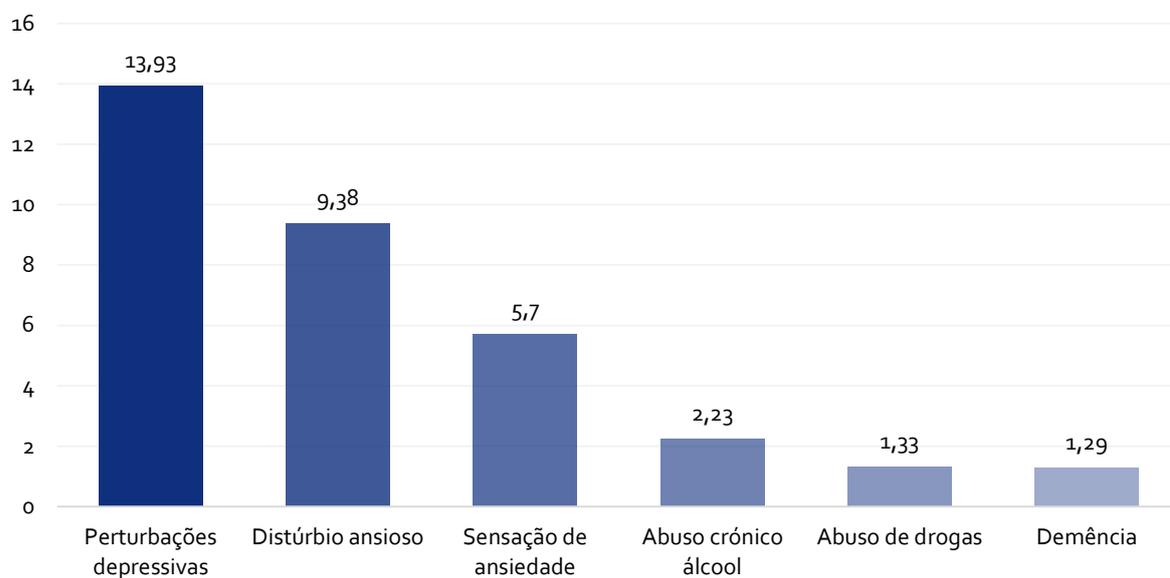


Figura D.6. Utentes com/sem médico/a de família, no ACeS Porto Ocidental, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS<sup>36</sup>)

<sup>36</sup> <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

## PRINCIPAIS DIAGNÓSTICOS ATIVOS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS (ICPC-2) NO DOMÍNIO DA SAÚDE MENTAL NOS/AS UTENTES INSCRITOS/AS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2016

Na Figura D.7. constata-se que, em 2016, do total de 73 898 diagnósticos ativos no domínio da saúde mental, as perturbações depressivas foram as situações clínicas com maior prevalência de diagnósticos ativos (13.93%), seguidas dos distúrbios ansiosos (9.38%) e da sensação de ansiedade (5.7%). Foram ainda significativas as situações ligadas ao abuso crónico do álcool (2.23%), o abuso de drogas (1.33%) e a demência (1.29%). Estes dados parecem realçar a importância das situações ligadas ao stress na emergência de problemas de saúde mental.



72

Figura D.7. Utentes inscritos/as, por principais diagnósticos ativos (ICPC-2), Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

## A.4.E. HABITAÇÃO

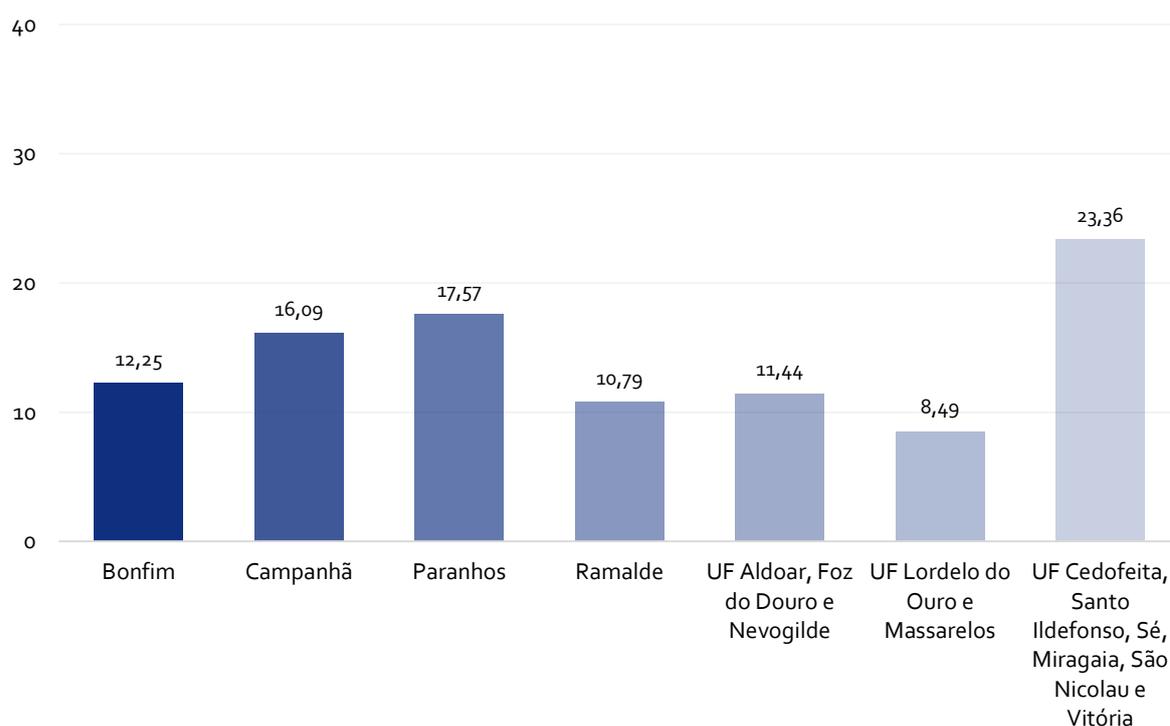
### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- A maioria dos edifícios eram residenciais (excetuando Bonfim e na União de Freguesias do Centro Histórico).
- Aproximadamente 60% dos edifícios estavam sublotados.
- A maioria dos edifícios da cidade não tinha condições de acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida, tanto ao nível do elevador, como da entrada acessível a pessoas de mobilidade reduzida.
- Os preços para venda e arrendamento têm vindo a aumentar de forma muito significativa.
- Residem em habitação social municipal 28 972 pessoas.
- Mais de metade da população residente em habitação social municipal eram pessoas com mais de 44 anos de idade. A percentagem de pessoas com 66 ou mais anos de idade era de cerca de um quarto dos/as residentes em habitação social municipal.
- Dos/as 28 972 residentes em habitação social municipal, apenas cerca de um quinto eram ativos/as e quase 60% estavam desempregados/as ou reformados/as e dos/as cerca de 18 000 residentes em idade ativa, quase metade estava em situação de desemprego.
- Nas crianças e jovens residentes em habitação social municipal predominavam as tipologias familiares monoparental feminina (mais de 40%) e nuclear com filhos.
- Nos/as residentes em habitação social municipal seniores predominavam as tipologias familiares nuclear sem filhos e pessoa isolada, que no seu conjunto englobavam mais de metade dos/as residentes com 66 ou mais anos de idade (≈56%).

## EDIFÍCIOS CLÁSSICOS POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2011

No concelho do Porto, contabilizavam-se, em 2011, 44 324 edifícios clássicos.

Da observação da Figura E.1. verifica-se que existia uma maior concentração de edifícios clássicos na União de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (23.36%), em Paranhos (17.57%) e em Campanhã (16.09%), totalizando 57.03% dos edifícios da cidade. Como se pode verificar, a freguesia do Bonfim concentrava 12.25% dos edifícios, a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde 11.44%, Ramalde 10.79% e, por último, a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos com 8.49%.



74

Figura E.1. Edifícios clássicos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE<sup>37</sup>)

<sup>37</sup> [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_ficheirosintese](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese) (acedido a 22 de março de 2018).

## EDIFÍCIOS COM E SEM ENTRADA ACESSÍVEL A CADEIRA DE RODAS E COM E SEM ELEVADOR, POR FREGUESIA OU UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2011

Dos edifícios com acessibilidade a cadeira de rodas, as freguesias com maiores fragilidades em termos de elevador eram Campanhã (41.11%) e Paranhos (46.86%). Nas restantes freguesias/uniões de freguesia, ainda que estes não apresentassem uma elevada proporção de edifícios com elevador, os valores eram ligeiramente superiores, a saber: Bonfim (60.53%), Ramalde (56.88%), União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (59.08%), União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (68.51%) e União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (50%).

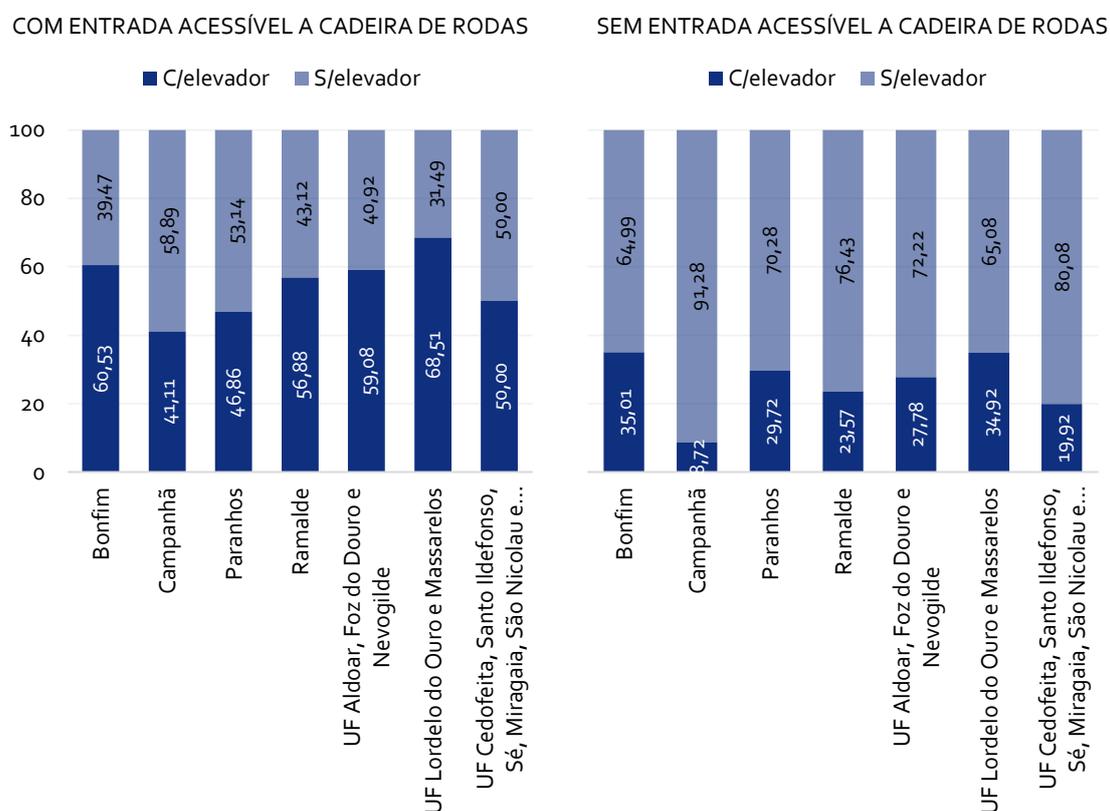


Figura E.2. Edifícios com e sem entrada acessível a cadeira de rodas e com/sem elevador, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE<sup>38</sup>)

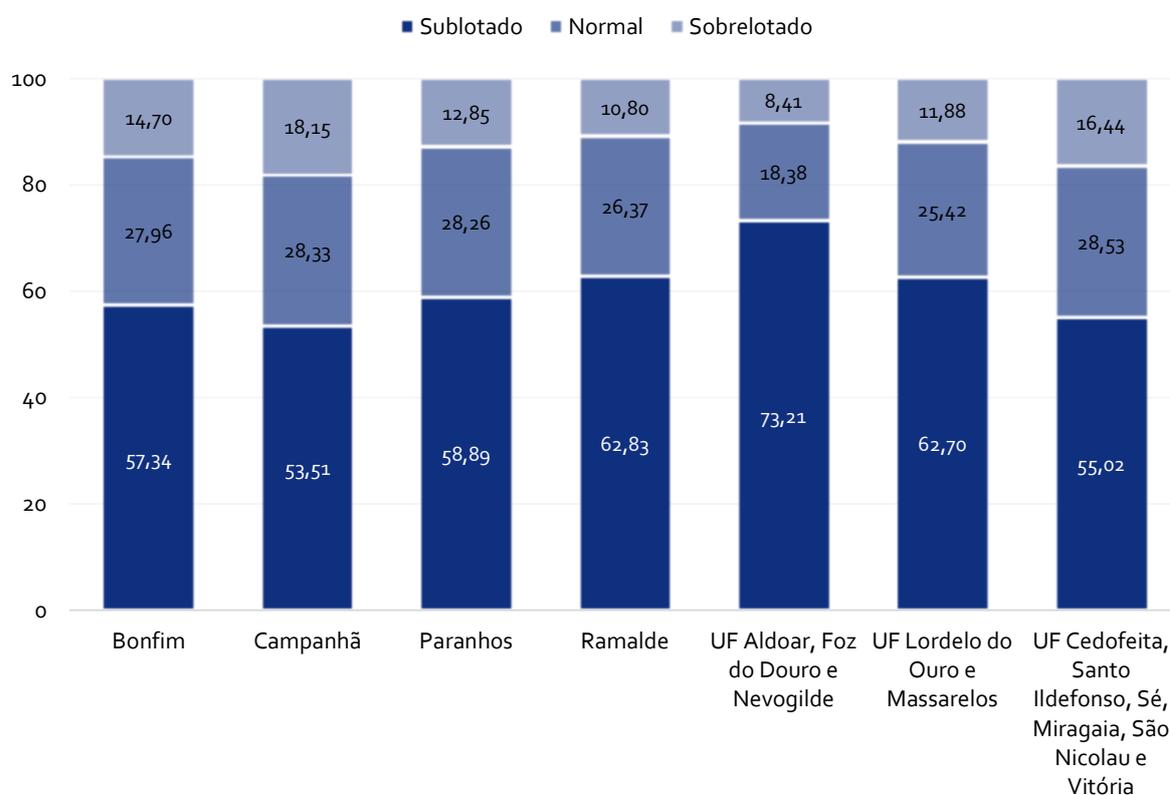
<sup>38</sup> [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_ficheirosintese](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese) (acedido a 22 de março de 2018).

Destaca-se Aldoar (36.19%), Miragaia (37.50%), São Nicolau (0%), Sé (36.84%) e Vitória (27.78%), como aqueles territórios que apresentavam maiores fragilidades ainda que, por vezes, o número absoluto de edifícios fosse bastante inferior. Importa também destacar que, ainda que se criem as condições de acessibilidade para as cadeiras de rodas, sem elevador disponível apenas os alojamentos térreos serão acessíveis a essas pessoas. Salienta-se, assim a importância da existência de elevador para permitir o acesso aos vários pisos dos edifícios (cf. Figura E.2.).

Dos edifícios não acessíveis a cadeira de rodas, verifica-se que aqueles que tinham elevador eram bastante reduzidos, com valores que variavam entre os 19.92% na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e os 35.01% no Bonfim, excetuando Campanhã com apenas 8.72%. No entanto, importa realçar que os edifícios dotados de elevador e não acessíveis a cadeira de rodas, surgem como uma boa possibilidade de intervenção ao nível das acessibilidades e de aumento da oferta deste tipo de condições na cidade (cf. Figura E.2.).

## LOTAÇÃO DOS ALOJAMENTOS POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2011

No que concerne à lotação dos alojamentos do concelho, através da Figura E.3., pode-se observar que existia maior sublotação dos alojamentos ou lotação normal, do que sobrelotação. De facto, no concelho, cerca de 60% dos edifícios estavam sublotados, 26.52% estavam dentro da lotação e apenas 13.46% estavam sobrelotados.



77

Figura E.3. Lotação dos alojamentos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE<sup>39</sup>)

As freguesias/uniões de freguesia onde existia maior sobrelotação e menor sublotação eram Campanhã, com 53.51% e 18.15%, respetivamente; assim como, a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com 55.02% e 16.44%,

<sup>39</sup> [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros\\_aloj](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_aloj) (Q3.17 – acedido em 26 de março de 2018).

respetivamente. Em sentido inverso, na União de Freguesas de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde era onde se verificava a maior sublotação, com 73.21%, e a menor sobrelotação, com 8.41%.

VALOR MEDIANO DAS VENDAS POR METRO QUADRADO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES EM APARTAMENTOS, POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2016 E 2017

Como se pode observar pela Quadro E.4., o preço mediano das vendas por metro quadrado de alojamentos familiares tem vindo a aumentar gradualmente, tendo atingido valores máximos para a cidade.

	1.º Trimestre 2016	2.º Trimestre 2016	3.º Trimestre 2016	4.º Trimestre 2016	1.º Trimestre 2017	2.º Trimestre 2017	3.º Trimestre 2017	4.º Trimestre 2017
Bonfim	852€	901€	965€	944€	990€	1032€	1057€	1053€
Campanhã	778€	814€	769€	750€	794€	786€	786€	822€
Paranhos	993€	980€	979€	979€	1022€	1071€	1155€	1221€
Ramalde	1074€	1046€	1059€	1057€	1075€	1090€	1125€	1178€
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	1630€	1656€	1660€	1627€	1706€	1743€	1801€	1955€
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	1462€	1499€	1471€	1474€	1476€	1426€	1455€	1503€
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	990€	1016€	1025€	1114€	1127€	1237€	1445€	1512€
<b>Porto (€)</b>	<b>1088€</b>	<b>1099€</b>	<b>1099€</b>	<b>1111€</b>	<b>1124€</b>	<b>1171€</b>	<b>1254€</b>	<b>1307€</b>

79

Quadro E.4. Valor mediano das vendas por metro quadrado de alojamentos familiares em apartamentos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2016-2017 (em euros; Fonte: INE<sup>40</sup>)

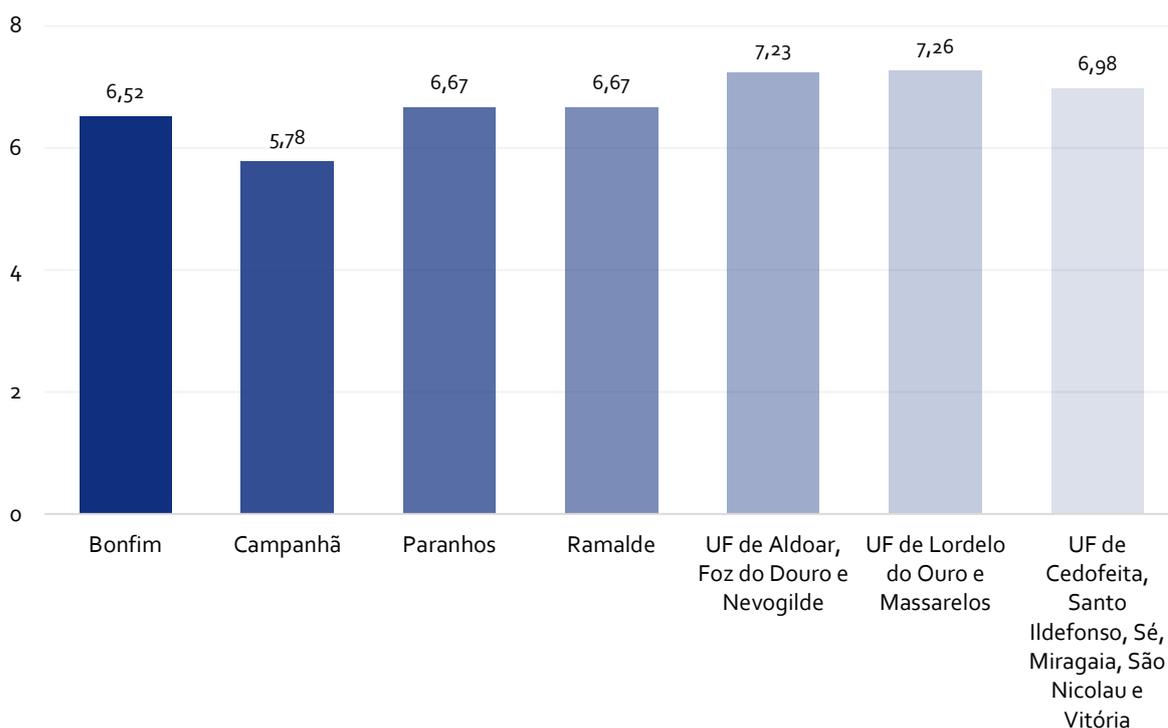
Segundo as médias das vendas, as zonas onde era mais caro comprar um alojamento por metro quadrado eram a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (1 643€/m<sup>2</sup>), a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (1 460€/m<sup>2</sup>) e a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (1 429€/m<sup>2</sup>). Para as restantes freguesias os valores eram inferiores, ou seja, em Paranhos 1 255€/m<sup>2</sup>, no Bonfim 1 197€/m<sup>2</sup>, em Ramalde 1 162€/m<sup>2</sup> e em Campanhã 963€/m<sup>2</sup>.

<sup>40</sup>[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0009486&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009486&contexto=bd&selTab=tab2) (acedido em 27 de março de 2018).

## VALOR MEDIANO DAS RENDAS POR METRO QUADRADO DE NOVOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017

Na Figura E.5., observa-se que o padrão de preços por metro quadrado nas freguesias/uniões de freguesia era relativamente similar ao padrão de preços para venda, sendo mais caro arrendar casa na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (7.26€/m<sup>2</sup>), na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (7.23€/m<sup>2</sup>) e na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (6.98€/m<sup>2</sup>).

Por outro lado, em Paranhos (6.67€/m<sup>2</sup>), em Ramalde (6.67€/m<sup>2</sup>), no Bonfim (6.52€/m<sup>2</sup>) e em Campanhã (5.78€/m<sup>2</sup>), o preço de arrendamento por metro quadrado era mais barato.



80

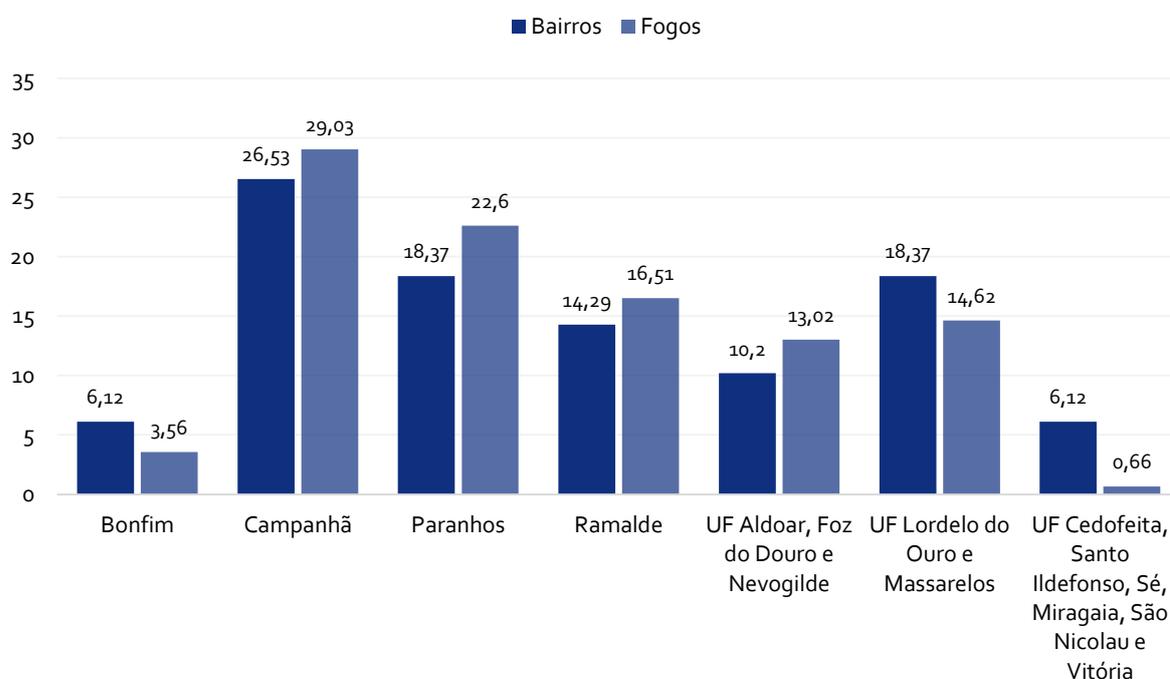
Figura E.5. Valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em euros; Fonte: INE<sup>41</sup>)

<sup>41</sup>[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=314753314&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=314753314&DESTAQUESmodo=2) (acedido a 27 de março de 2018).

## BAIRROS E FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2018

No concelho do Porto contabilizam-se, em março de 2018, 49 bairros de habitação social municipal.

Em Campanhã existia um número maior de bairros, 13 (26.53%). Na freguesia do Bonfim encontravam-se três bairros (6.12%), em Paranhos nove (18.37%), em Ramalde sete (14.29%), na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde cinco (10.20%), na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos nove (18.37%) e na União de Freguesias de Cedofeita, Miragaia, Sé, Santo Ildefonso, São Nicolau e Vitória três (6.12%) (cf. Figura E.6.).



81

Figura E.6. Bairros e fogos de habitação social municipal, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Domus Social<sup>42</sup>)

Nestes bairros contabilizavam-se 12 631 fogos de habitação social: 3 667 fogos (29.03%) em Campanhã, 2 854 fogos (22.60%) em Paranhos, 2 085 fogos (16.51%) em Ramalde, 1 846 fogos (14.62%) na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, 645 fogos (13.02%) na União

<sup>42</sup> <http://www.domussocial.pt/domussocial/caracterizacao-sociodemografica> (acedido a 28 de março de 2018).

de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, 450 fogos (3.56%) no Bonfim e 83 fogos (0.66%) na União de Freguesias de Cedofeita, Miragaia, Sé, Santo Ildefonso, São Nicolau e Vitória.

## RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL, POR FAIXA ETÁRIA E POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2018

Da análise da Figura E.7. constata-se que as faixas etárias com o número mais elevado de residentes eram, em primeiro lugar, a faixa etária dos 44-66 anos, com 9 508 residentes, que se distribuíam pelas diversas freguesias/uniões de freguesia entre o mínimo de 30.35% (Ramalde) e o máximo de 39.3% (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

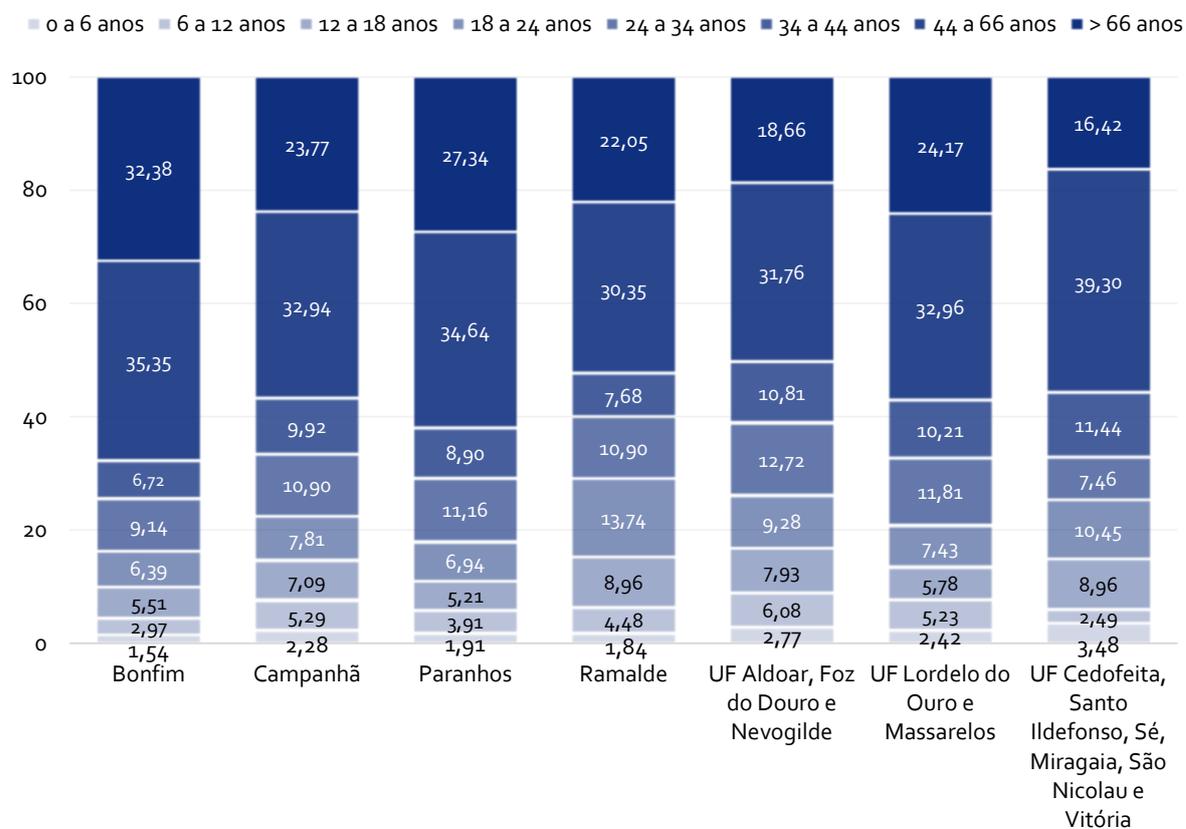


Figura E.7. Residentes em habitação social municipal, por faixa etária e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Seguia-se-lhe a faixa etária das pessoas com 66 anos ou mais anos de idade, com um total de 6 911 residentes, que se distribuíam entre um mínimo de 16.42% (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e um máximo de 32.38% (Bonfim) e a faixa

etária dos 24-34 anos, com um total de 3 259 residentes, com percentagens a variarem entre os 7.46% (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e os 12.72% (União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde).

Por outro lado, as faixas etárias com os menores números de residentes eram a dos 0-6 anos, com 636 residentes e percentagens a variarem entre o mínimo de 1.54% (Bonfim) e o máximo de 3.48% (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória). Segue-se a faixa etária dos 6-12 anos, com um total de 1 406 residentes e uma distribuição que oscilava entre os 2.49% (União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e os 6.08% (União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e ainda a faixa etária dos 12-18 anos, com 1 995 residentes a distribuírem-se entre os 5.21% (Paranhos) e os 8.96% (Ramalde).

## RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL, POR FAIXA ETÁRIA E POR TIPOLOGIA FAMILIAR NO CONCELHO DO PORTO, EM 2018

Analisando a Figura E.8. verifica-se que a família nuclear com filhos era a tipologia familiar predominante para todas as faixas etárias (exceto as faixas etárias dos 12-18 anos e a faixa etária com 66 ou mais anos de idade), com percentagens a variarem entre o mínimo de 34.29% (44-66 anos) e o máximo de 54.09% (0-6 anos). A segunda tipologia familiar mais prevalente era a monoparental feminina, também para todas as faixas etárias, exceto as faixas etárias dos 12-18 anos e 66 ou mais anos de idade, com percentagens a variarem entre os 18.49% (44-66 anos) e os 36% (18-24 anos).

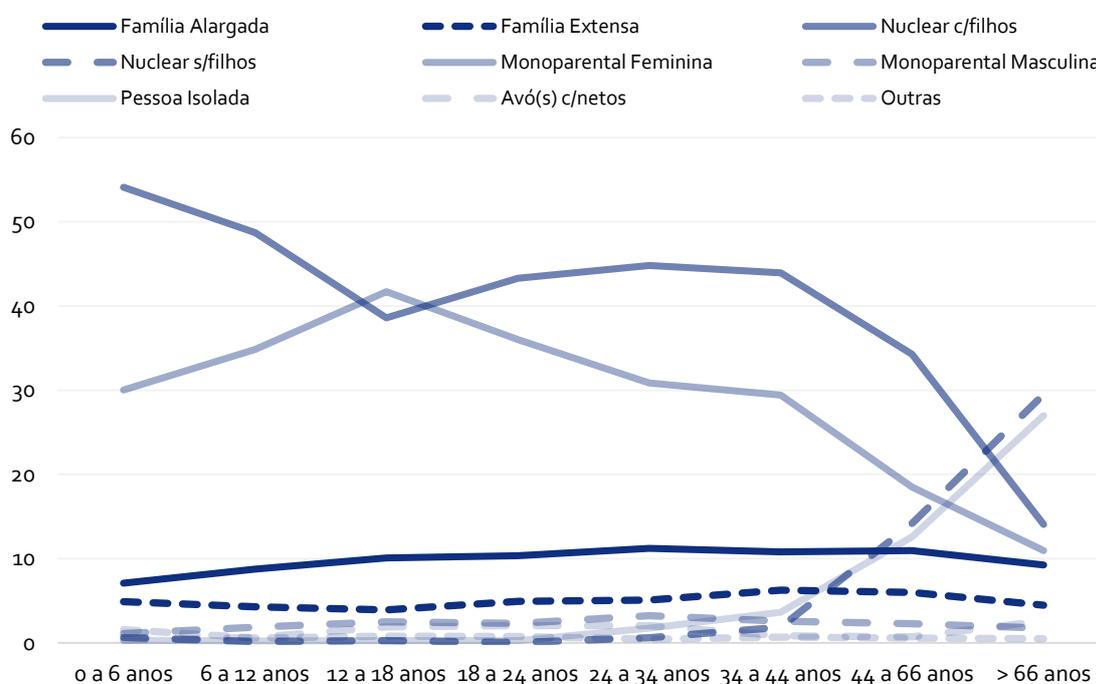
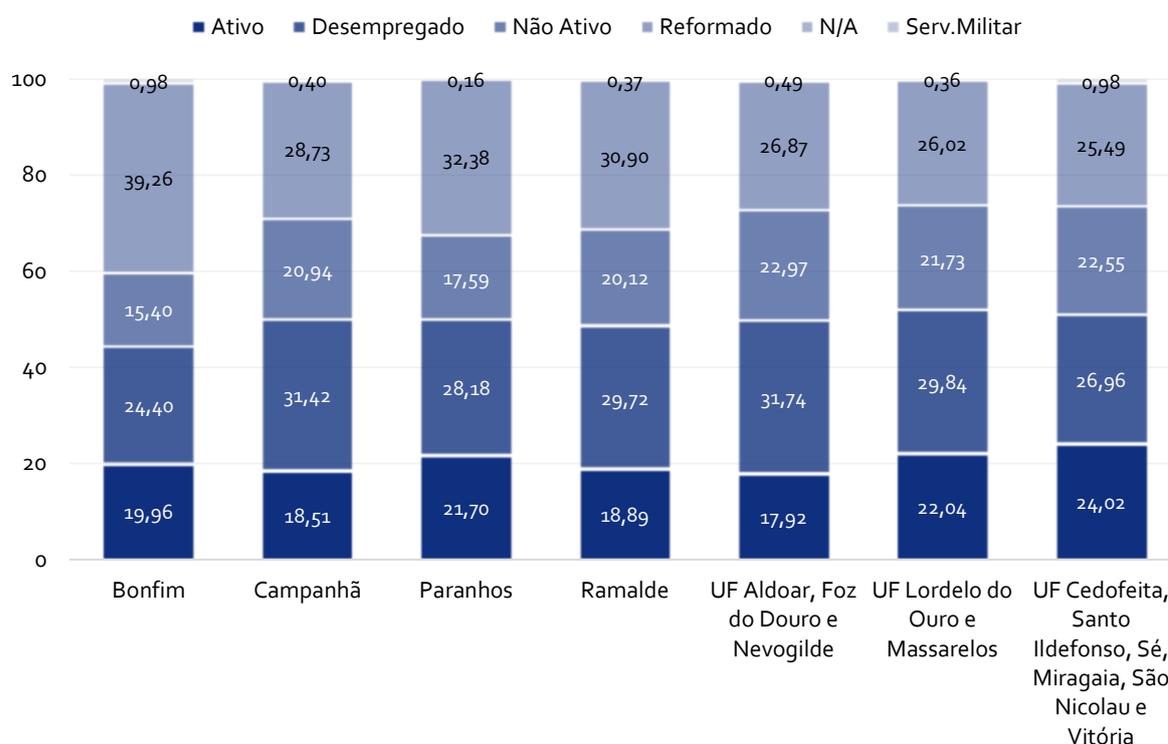


Figura E.8. Residentes em habitação social municipal, por faixa etária e por tipologia familiar, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Na faixa etária dos 12-18 anos a tipologia predominante era a monoparental feminina (41.7%), seguida da nuclear com filhos (38.6%). Na faixa etária com 66 ou mais anos de idade, a tipologia familiar predominante era a nuclear sem filhos (29.49%), seguida da pessoa isolada (26.97%).

## RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL E POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2018

Como se pode observar na Figura E.9., 5 781 pessoas (19.97%) encontravam-se ativas ou empregadas, 8 658 (29.91%) pessoas estavam desempregadas, 5 864 (20.26%) pessoas eram não ativas, 8 533 (29.48%) pessoas estavam reformadas, uma pessoa estava a cumprir serviço militar e 106 (0.37%) pessoas tinham uma situação não identificada.<sup>43</sup>



86

Figura E.9. Residentes em habitação social municipal, por situação profissional e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Domus Social<sup>44</sup>)

Além disso, também se constata que existia pouca variação entre freguesias, destacando-se a freguesia do Bonfim, com uma percentagem de reformados/as superior às restantes freguesias/uniões de freguesias, com 39.26% de residentes reformados/as, o que estava relacionado com uma maior percentagem de residentes com idade superior a 66 anos.

<sup>43</sup> Poderão existir ligeiras diferenças em termos de valores dos dados apresentados na Figura E.32. e os apresentados na Figura E.33. que se deve ao acesso aos mesmos em datas distintas.

<sup>44</sup> <http://www.domussocial.pt/domussocial/caracterizacao-sociodemografica> (acedido a 28 de março de 2018). N/A = não aplicável

### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

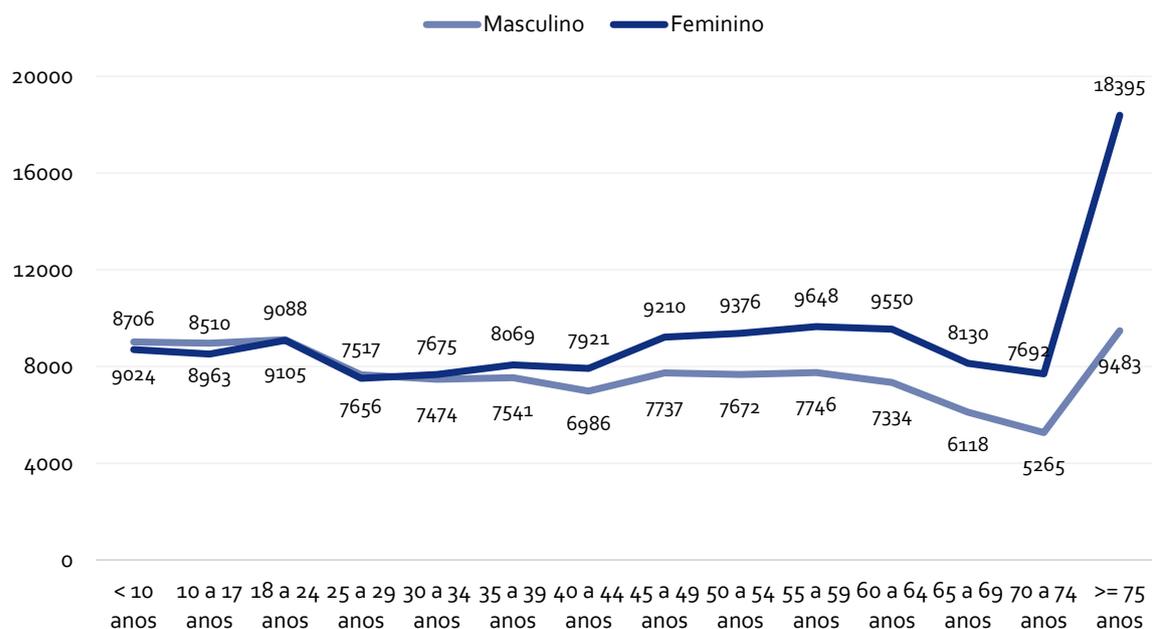
- A partir dos 30 anos de idade existem mais residentes do sexo feminino, do que do sexo masculino, sendo essa diferença especialmente acentuada na população sénior do concelho. De facto, à medida que aumentava a faixa etária progredia a diferença, atingindo o valor máximo na faixa etária dos 85 ou mais anos de idade, onde quase  $\frac{3}{4}$  da população sénior era do sexo feminino.
- Existência de disparidades salariais a rondarem, em média, os 30%, sempre desfavoráveis às mulheres e que eram particularmente acentuadas nos extremos das qualificações, isto é, nas profissões não qualificadas, por um lado, e nos quadros superiores e profissões altamente qualificadas, por outro.
- Taxa de desemprego masculina ligeiramente superior à feminina.
- Mais mulheres beneficiárias do RSI.
- A maioria dos núcleos familiares monoparentais do concelho do Porto correspondiam a núcleos de mães com filhos.

---

<sup>45</sup> Optou-se por manter a designação original em termos de nomenclatura do Diagnóstico Macrossocial do Porto, pelo que se passa da letra "E" (capítulo da Habitação) para a "G" (capítulo da Igualdade de Género)

## POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO E GRUPO ETÁRIO NO CONCELHO DO PORTO, EM 2011

Conforme se pode constatar pela análise da Figura G.1., em 2011, nas faixas etárias até aos 29 anos de idade residiam no concelho do Porto, mais homens do que mulheres e nas faixas etárias a partir dos 30 anos residiam mais mulheres do que homens.



88

Figura G.1. População residente, por sexo e grupo etário, Porto, 2011 (em número; Fonte: INE<sup>46</sup>)

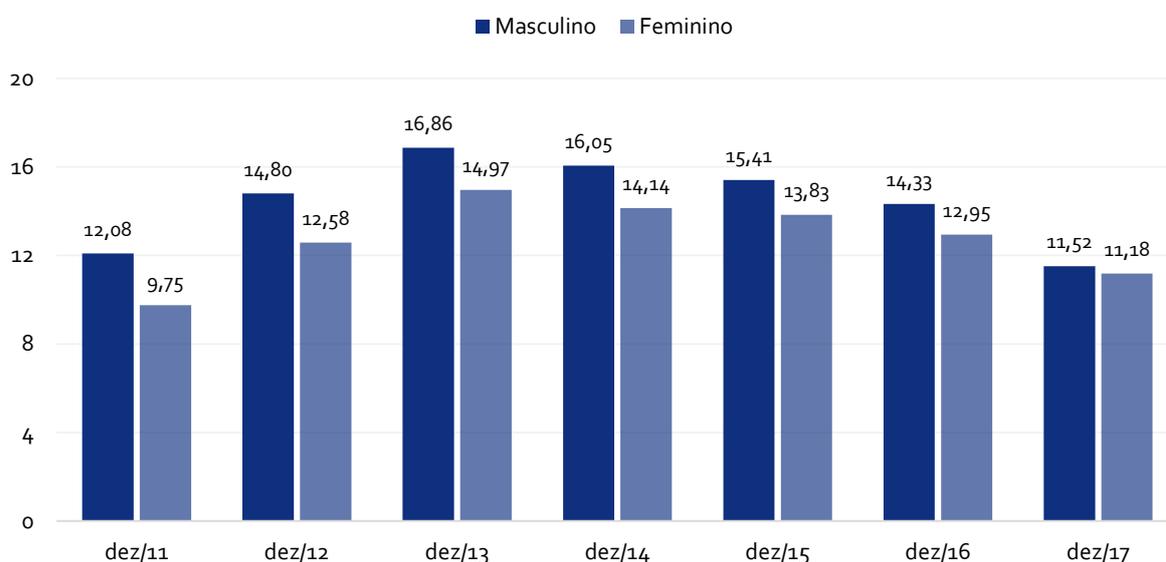
Especificamente no que se refere à população sénior, regista-se que para todas as faixas etárias de seniores, existiam sempre mais mulheres do que homens. Essa supremacia, em número, das residentes do sexo feminino ia aumentando, à medida que se progredia na faixa etária, atingindo-se as maiores diferenças entre efetivos na faixa etária dos 75 ou mais anos de idade, onde o número de residentes do sexo feminino (18 395) era quase o dobro do dos residentes do sexo masculino (9 483) e, especialmente, na faixa etária dos 85 ou mais anos de idade, onde quase  $\frac{3}{4}$  da população sénior era sexo feminino.

<sup>46</sup>[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros\\_populacao](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao) (acedido em 4 de julho de 2018).

## TAXA DE DESEMPREGO, POR SEXO NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE DEZEMBRO 2011 – DEZEMBRO 2017

Pela análise da Figura G.2. verifica-se que, em dezembro de 2017, as taxas de desemprego das mulheres e dos homens eram bastante próximas, embora a taxa de desemprego dos homens fosse ligeiramente superior (11.52% e 11.18%, para homens e mulheres, respetivamente).

Entre dezembro de 2011 e dezembro de 2017, a taxa de desemprego dos homens, era sempre superior à taxa de desemprego das mulheres e a diferença entre essas duas taxas variou entre o mínimo de 0.34%, em dezembro de 2017 e o máximo de 2.33%, em dezembro de 2011, tendo o valor dessa diferença diminuído de forma progressiva.



89

Figura G.2. Taxa de desemprego, por sexo, Porto, dezembro 2011 – dezembro 2017 (em percentagem; Fonte: INE<sup>47</sup>)

Entre dezembro de 2011 e dezembro de 2013 aumentaram, de forma progressiva, as taxas de desemprego para ambos os sexos e a partir daí diminuíram paulatinamente, até atingirem os valores mais baixos em dezembro de 2017.

<sup>47</sup>[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0008866&selTab=tab10](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0008866&selTab=tab10) (acedido a 26 de junho de 2018).

Em 2016, o valor médio anual do subsídio de desemprego para os homens era 10.7% superior ao valor médio anual do subsídio de desemprego das mulheres, cifrando-se nos 3 425€/ano, isto é, um rendimento superior para os homens que correspondia a mais de um mês de valor médio mensal (+332€).

## DISPARIDADE SALARIAL ENTRE SEXOS NO GANHO MÉDIO MENSAL, POR CATEGORIA PROFISSIONAL E NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO NO CONCELHO DO PORTO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2002 E 2013

A Figura G.3. reporta-se à análise da disparidade salarial. Esta foi sempre favorável aos homens, em todos os anos em análise e em todas as categorias e qualificações profissionais, sendo a disparidade salarial média, em 2013 de 24% (1144.5€ de rendimento mensal médio para as mulheres, contra 1498.9€ de rendimento médio mensal para os homens, em 2013).

Analisando a disparidade salarial consoante a categoria profissional constata-se que, em 2013, a diferença salarial favorável aos homens foi tanto mais acentuada, quanto mais alta a categoria profissional (de 25% para os quadros superiores aos 11% para os encarregados, contramestres e chefes de equipa).

Relativamente à evolução ocorrida na disparidade salarial consoante a categoria profissional, entre 1985 e 2013, verifica-se que nos quadros superiores ocorreu um aumento na desigualdade salarial até 2002 (passando de 24%, em 1985 para 31%, em 2002). A partir de 2002 baixou progressivamente, até atingir os 25% em 2013. Nos quadros médios a disparidade salarial diminuiu até 2010 (17%), subindo de seguida até aos 21%, em 2013. Nos/as praticantes e aprendizes cresceu ligeiramente desde 2009 (8%) até atingir os 11% em 2013. Finalmente, nos/nas encarregados/as, contramestres e chefes de equipa aumentou de forma pouco acentuada desde 2009 (8%) até aos 13%, em 2013.

Centrando a análise em função da qualificação profissional, constata-se que, em 2013, a disparidade salarial foi mais elevada nos/as profissionais altamente qualificados/as (37%), seguindo-se os/as profissionais não qualificados/as (20%). A diferença salarial foi menor nos/as profissionais qualificados/as (11%) e semiquificados/as (10%).

Em relação à evolução ocorrida nos/as profissionais altamente qualificados/as, a disparidade salarial aumentou sempre, entre 1985 (5%) e 2013, ano em que atingiu o valor máximo de 37%. Nos/as profissionais qualificados/as ocorreu uma diminuição entre 2002 (16%), 2009 (10%) e depois manteve-se relativamente constante (era de 11% em 2013). Nos/as profissionais semiquificados/as baixou significativamente entre 2002 (23%) e 2013 (10%). Por último, nos/as profissionais não qualificados/as a desigualdade salarial aumentou entre 1985 (9%) e 2002 (26%). Entre 2002 e 2012 baixou, passando para os 16% em 2012 e, de seguida, aumentou até aos 20%, em 2013.

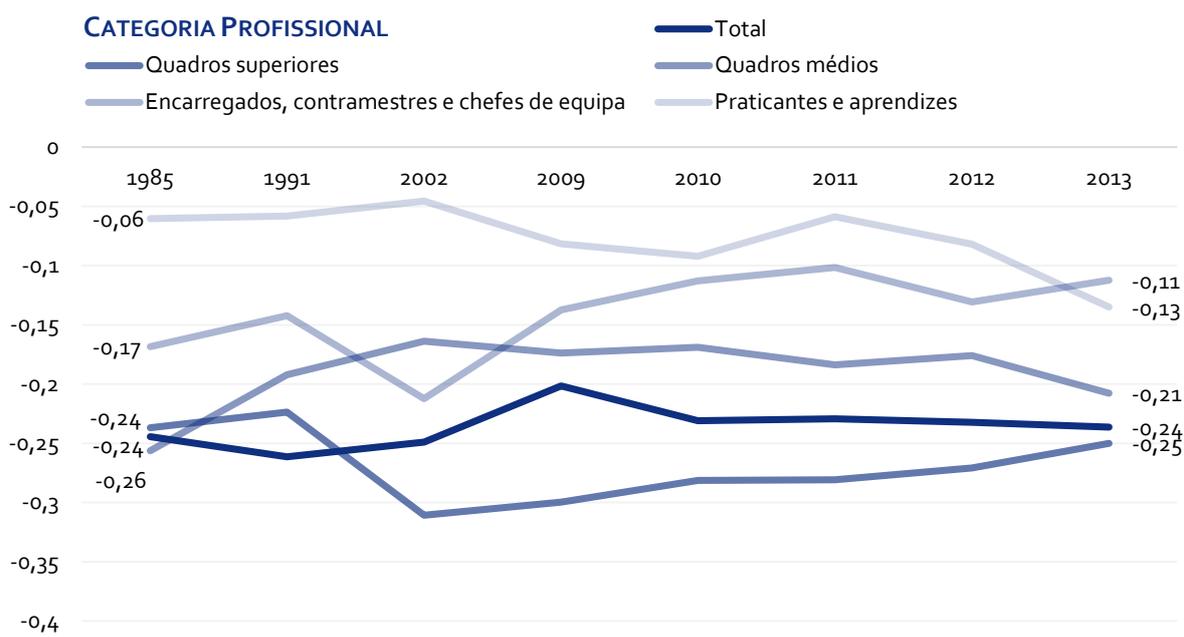


Figura G.3. Disparidade salarial entre sexos no ganho médio mensal, por categoria profissional e por nível de qualificação Porto, 2002-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata<sup>48</sup>)

<sup>48</sup><https://www.pordata.pt/Portugal/Disparidade+entre+sexos+no+ganho+m%C3%A9dio+mensual+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+n%C3%ADvel+de+qualifica%C3%A7%C3%A3o-3023> (acedido em 11 de maio de 2018).

## BENEFICIÁRIOS/AS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, POR SEXO NO CONCELHO DO PORTO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2003 E 2017

Analisando a Figura G.4. observa-se que, entre 2003 e 2017, o número de mulheres beneficiárias do RSI foi sempre superior ao número de homens.

Também se constata que, no período compreendido entre 2009 e 2012, houve um pico no número de homens a beneficiarem do RSI, muito embora o número de homens beneficiários tenha descido em todos os anos nesse período de tempo. A partir de 2013 ficou abaixo dos 10 000 beneficiários, mantendo-se, desde então, relativamente constante e na casa dos 9 000 beneficiários.

Nas mulheres beneficiárias o padrão evolutivo foi idêntico, com a ressalva de que apenas a partir de 2014 é que o número de beneficiárias desceu abaixo das 10 000, tendo-se mantido desde então um registo estável, também na ordem das 9 000 beneficiárias.

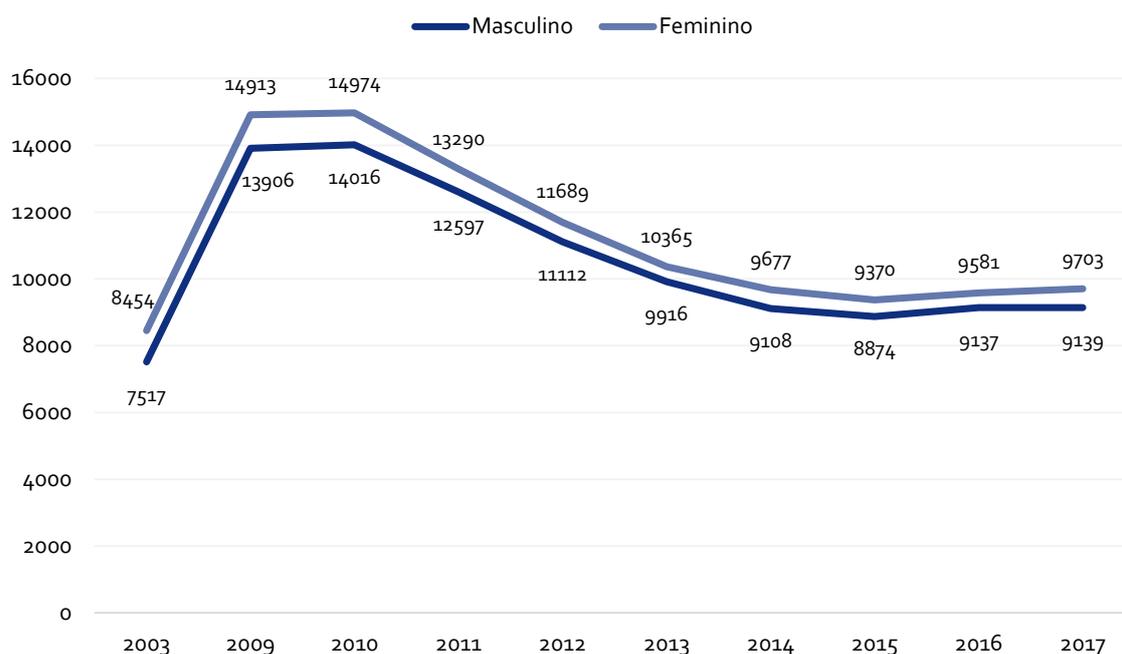


Figura G.4. Beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção, por sexo, Porto, 2003-2017 (em número; Fonte: Pordata<sup>49</sup>)

<sup>49</sup><https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela> (acedido em 4 de junho de 2018).

## NÚCLEOS FAMILIARES MONOPARENTAIS, POR TIPO DE NÚCLEO NO CONCELHO DO PORTO, EM 2011

No concelho do Porto existiam, em 2011, 15 477 famílias monoparentais.

Do total de 15 477 núcleos familiares monoparentais do concelho, 87.62% (13 561) correspondiam a núcleos de mães com filhos (valores a variarem entre o mínimo de 85.53% na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e o máximo de 88.92% na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória).

Os núcleos monoparentais de pais com filhos correspondiam a 12.38% (1 916) e variavam entre o mínimo de 11.08% na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória e o máximo de 14.47% na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.

Estes dados refletem, também, aqueles já apresentados respeitantes aos/as residentes em habitação social municipal, em que, em termos globais, quase  $\frac{1}{4}$  dos/as residentes viviam em famílias monoparentais femininas. Mais concretamente, 37.48% dos/as residentes com idade inferior a 18 anos viviam em famílias monoparentais femininas e 41.7% dos/as residentes na faixa etária dos 12-18 anos integravam essa tipologia familiar.

## A.4.H. GRUPOS HUMANOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS

### A.4.H.1. CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

#### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- Em 2017 deram entrada nas CPCJs do concelho 2 126 processos, saíram 1 273 processos e transitaram, para o ano de 2018, 853 processos. Ou seja, perto de 6% das crianças e jovens do concelho estavam a ser acompanhadas pelas CPCJs do concelho.
- Globalmente, as problemáticas mais sinalizadas foram as situações de violência doméstica, o absentismo/abandono escolar, as situações em que a criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada (CJACABED) e as situações de negligência.
- Nas faixas etárias até aos 10 anos de idade as problemáticas mais sinalizadas foram a violência doméstica e a negligência. E nas faixas etárias com mais idade, as problemáticas mais sinalizadas foram as situações CJACABEB, a violência doméstica e o absentismo/abandono escolar.
- As faixas etárias com o número mais elevado de processos acompanhados nas CPCJs foram as faixas etárias dos 11-14 anos, dos 15-17 anos e dos 6-8 anos.
- A medida de promoção e proteção mais executada foi o “apoio junto dos pais”.
- Uma grande parte das crianças e jovens acompanhados tinha níveis de escolaridade inferiores ao habitual para a sua faixa etária.
- Ocorreu uma diminuição no número de crianças e jovens acompanhados na Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.
- Mais de dois terços das crianças e jovens em risco acompanhados na DICAD não tinham consumo de substâncias psicoativas e, entre as que tinham, três quartos faziam consumos “sem droga principal”.
- Quanto ao perfil das crianças e jovens em risco acompanhados, a maioria estavam na faixa etária dos 15-19 anos e residiam em alojamentos familiares clássicos.

## CARACTERIZAÇÃO PROCESSUAL DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADOS, POR CPCJ NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017

Da análise da Figura H.1.1. verifica-se que, em 2017, de um total de 2 126 processos, entraram 774 processos na CPCJ Oriental, 720 na CPCJ Central e 632 na CPCJ Ocidental.

Nesse ano, do conjunto de 1 273 saídas, registaram-se 478 saídas de processos da CPCJ Central, 434 da CPCJ Oriental e 361 da CPCJ Ocidental.

Do total de 853 processos transitados, passaram para o ano de 2018, 340 processos na CPCJ Oriental, 271 processos na CPCJ Ocidental e 242 processos na CPCJ Central.

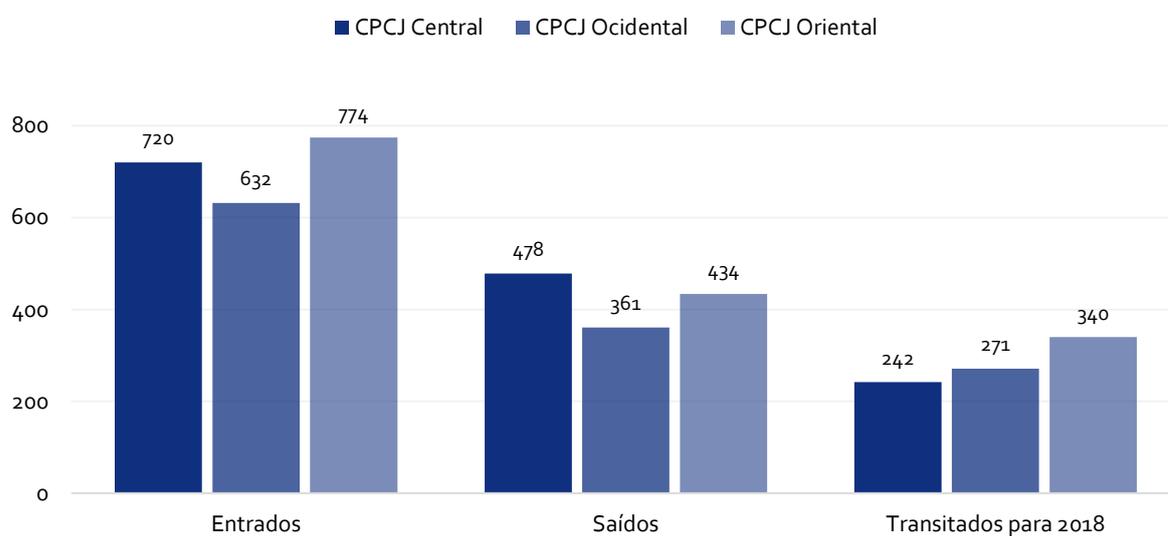


Figura H.1.1. Caracterização processual, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017).

PROCESSOS ACOMPANHADOS POR PROBLEMÁTICA SINALIZADA, POR CPCJ NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017<sup>50</sup>

Na análise por CPCJ (cf. Figura H.1.2.), na CPCJ Ocidental, nos 367 processos em 2017, as problemáticas mais sinalizadas foram a violência doméstica (135), a negligência (78), as situações CJACABED (62) e o absentismo/abandono escolar (53).

Na CPCJ Central, nos 402 processos em 2017, as problemáticas mais sinalizadas diziam respeito a violência doméstica (135), o absentismo/abandono escolar (67), as situações CJACABED (55) e a negligência (29).

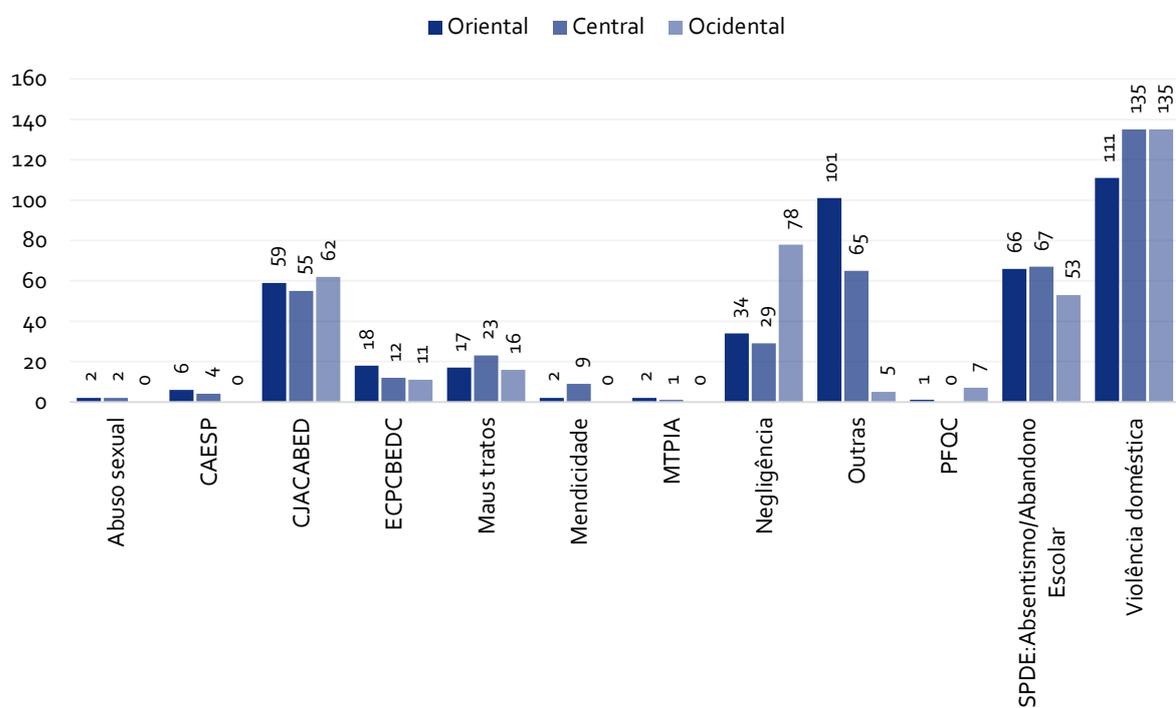


Figura H.1.2. Processos acompanhados por problemática sinalizada, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPC J Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)<sup>51</sup>

<sup>50</sup> Nos dados relativos à CPCJ Ocidental, que estão também incluídos nos dados globais, as faixas etárias em análise não incluem a faixa etária dos 18-21 anos.

<sup>51</sup> CJACABED = A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada; ECPCBEDC = Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (consumos de álcool e de estupefacientes);

Por fim, na CPCJ Oriental, nos 419 processos em 2017, registou-se a violência doméstica (111), o absentismo/abandono escolar (66), as situações CJACABED (59) e a negligência (34) como as problemáticas mais sinalizadas.

PROCESSOS ACOMPANHADOS, POR PROBLEMÁTICA SINALIZADA E POR GRUPO ETÁRIO NAS CPCJS DO CONCELHO DO PORTO, EM 2017

Da observação da Quadro H.1.3. verifica-se que, globalmente, nas faixas etárias até aos 10 anos de idade as problemáticas mais sinalizadas foram, em primeiro lugar, a violência doméstica, com o número de processos a variarem entre o mínimo de 35 processos (na faixa etária dos 9-10 anos) e o máximo de 80 processos (6-8 anos).

	0 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 21 anos
Abuso sexual	-	-	1	1	1	1	-
CAESP	-	-	5	4	-	-	1
CJACABED	-	1	2	3	95	71	4
ECPCBEDC	6	6	3	4	10	10	2
Maus tratos	4	7	10	4	14	14	3
Mendicidade	1	-	1	-	3	6	-
MTPIA	-	-	-	-	2	1	-
Negligência	28	36	22	18	26	11	-
Outras	20	21	17	20	50	35	8
PFQC	-	-	4	3	1	-	-
SPDE: Absentismo/Abandono Escolar	1	2	13	2	57	90	21
Violência doméstica	67	79	80	35	72	45	3
Total (N)	127	152	158	94	331	284	42

99

Quadro H.1.3. Processos acompanhados, por problemática sinalizada e por grupo etário, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)<sup>52</sup>

<sup>52</sup> CJACABED = A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada; ECPCBEDC = Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (consumos de álcool e de estupefacientes);

A segunda problemática mais sinalizada foi a negligência (número de processos a variarem entre o mínimo de 18, na faixa etária dos 9-10 anos e o máximo de 36 processos na faixa etária dos 3 aos 5 anos).

Na faixa etária dos 11-14 anos a problemática mais sinalizada foram as situações CJACABEB (95 processos), seguida da violência doméstica (72 processos) e do absentismo/abandono escolar (57 processos).

Na faixa etária dos 15-17 anos a problemática mais sinalizada foi absentismo/abandono escolar (90 processos), seguida das situações CJACABEB (71 processos) e da violência doméstica (45 processos). E na faixa etária dos 18-21 anos a problemática mais sinalizada foi o absentismo/abandono escolar (21 processos) seguida da negligência (8 processos).

## MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO, POR CPCJ NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017

Na análise por CPCJ, apresentada na Figura H.1.4. constata-se que a medida de promoção e proteção mais utilizada nas três CPCJs foi o “apoio junto dos pais” (193 vezes na CPCJ Central; 234 vezes na CPCJ Oriental; 271 vezes na CPCJ Ocidental).

Na CPCJ Central e Oriental a segunda medida mais utilizada foi o “acolhimento residencial” (25 na CPCJ Central e 29 na CPCJ Oriental) e a terceira foi o “apoio junto de outro familiar” (23 na CPCJ Central e 24 na CPCJ Oriental).

Na CPCJ Ocidental a segunda medida mais executada foi o “apoio junto de outro familiar” (23 vezes) e a terceira medida foi o “apoio para a autonomia de vida” (três vezes).

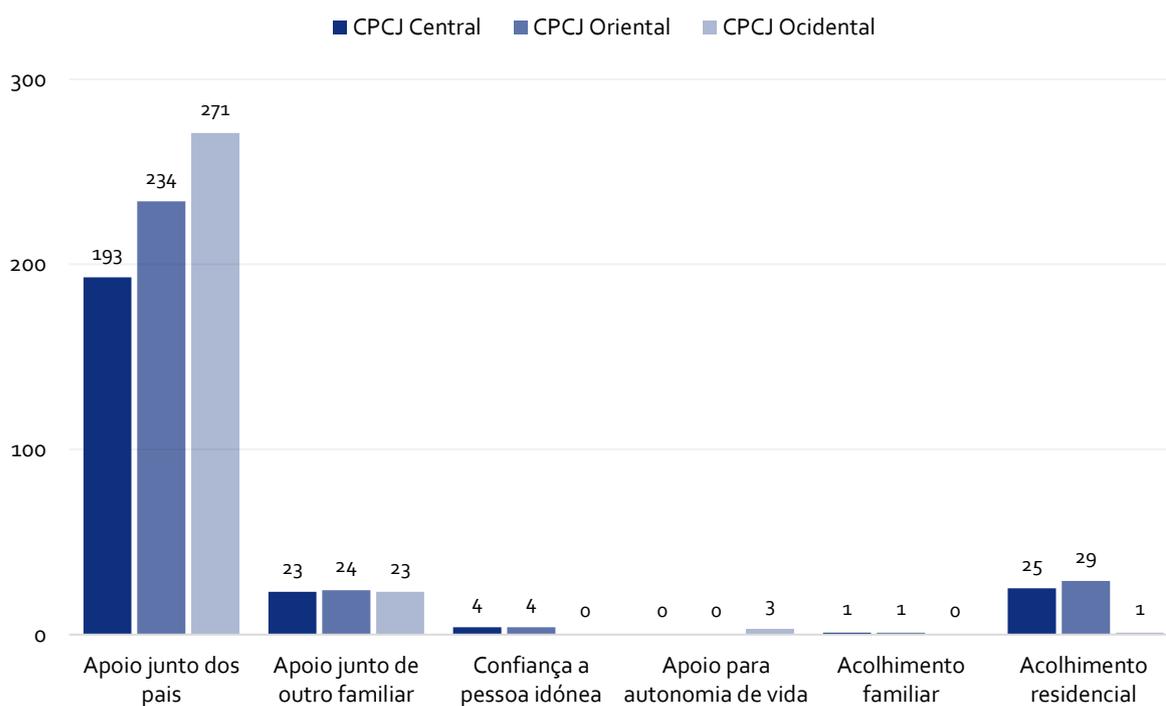


Figura H.1.4. Medidas de promoção e proteção, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO ACOMPANHADOS DOS 6 AOS 21 ANOS, POR GRUPO ETÁRIO E POR ESCOLARIDADE, NA CPCJ ORIENTAL E CENTRAL NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017

Da análise da Quadro H.1.5. constata-se que das 147 crianças e jovens acompanhados pela CPCJ Oriental, que tinham a sua situação escolar caracterizada, uma considerável proporção não tinha os níveis de escolaridade habituais para a sua faixa etária.

	6 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 21 anos
Ensino Pré-escolar	11	1	-	-	-
1º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	12	13	9	2	-
1º Ciclo do Ensino Básico Completo	-	2	2	-	-
2º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	-	3	19	9	1
2º Ciclo do Ensino Básico Completo	-	-	1	4	-
3º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	-	-	5	16	7
3º Ciclo do Ensino Básico Completo	-	-	-	1	1
Ensino Secundário Incompleto	-	-	-	10	7
Ensino Secundário Completo	-	-	-	-	2
Curso Profissional Nível 2	-	-	-	3	-
Curso Profissional Nível 3	-	-	1	1	1
Ensino Superior	-	-	-	-	-
Outro. Qual?	-	-	-	2	1
<b>Total (N)</b>	<b>23</b>	<b>19</b>	<b>37</b>	<b>48</b>	<b>20</b>

Quadro H.1.5. Crianças e jovens em risco acompanhados dos 6 aos 21 anos, por grupo etário e por escolaridade, CPCJ Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

De facto, e analisando por faixa etária, constata-se que no grupo dos 6-8 anos, do total de 23 crianças e jovens acompanhados, 11 estavam no ensino pré-escolar e 12 tinham o 1º ciclo de escolaridade incompleto.

Na faixa etária dos 9-10 anos (19 crianças e jovens acompanhados), apenas duas crianças tinham o 1º ciclo de escolaridade completo, tendo a grande maioria (13) o 1º ciclo incompleto. Três crianças e jovens tinham o 2º ciclo incompleto.

Na faixa etária dos 11-14 anos o cenário agravava-se, constatando-se que das 37 crianças e jovens acompanhados, apenas cinco tinham o 3º ciclo incompleto, existindo 19 crianças e jovens com o 2º ciclo incompleto e nove com o 1º ciclo incompleto.

Dos 15-17 anos, eram acompanhadas 48 crianças e jovens, dos quais apenas 10 tinham o ensino secundário incompleto. A maioria das restantes (16) tinham o 3º ciclo incompleto, nove tinham o 2º ciclo incompleto e quatro tinham o 2º ciclo de escolaridade completo.

Finalmente, na faixa etária dos 18-21 anos o padrão era similar. Dos/as 20 jovens acompanhados/as, apenas dois/duas tinham o ensino secundário completo, sete tinham o ensino secundário incompleto e outros/as sete tinham o 3º ciclo incompleto.

103

O padrão de resultados para as crianças e jovens acompanhados pela CPCJ Central era semelhante ao encontrado para a CPCJ Oriental. Também neste caso se verificava que das 276 crianças e jovens acompanhados pela CPCJ Central, que tinham a sua situação escolar caracterizada, uma considerável proporção não tinha os níveis de escolaridade habituais para a sua faixa etária (cf. Quadro H.1.6.).

A análise por faixa etária mostra que dos 6-8 anos, do total de 35 crianças e jovens acompanhados, 11 estavam no ensino pré-escolar e 24 tinham o 1º ciclo de escolaridade incompleto.

Na faixa etária dos 9-10 anos (22 crianças e jovens acompanhados), apenas uma criança ou jovem tinha o 1º ciclo de escolaridade completo, tendo a grande maioria (18) o 1º ciclo incompleto. Três crianças e jovens tinham o 2º ciclo incompleto.

Dos 11-14 anos o cenário era idêntico, constatando-se que das 79 crianças e jovens acompanhados, 26 tinham o 3º ciclo incompleto, existindo 33 crianças e jovens com o 2º ciclo incompleto e 13 com o 1º ciclo incompleto.

Relativamente aos 15-17 anos, foram acompanhadas 107 crianças e jovens, dos quais apenas 14 tinham o ensino secundário incompleto. Quase metade (50) tinham o 3º ciclo incompleto, 15 tinham o 2º ciclo incompleto e sete tinham o 2º ciclo de escolaridade completo.

Por fim, na faixa etária dos 18-21 anos o padrão era idêntico. Dos/as 33 jovens acompanhados/as, 14 tinham o ensino secundário incompleto, 10 tinham o 3º ciclo incompleto e apenas um/a tinha formação superior.

	6 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 21 anos
Ensino Pré-escolar	11	-	-	0	-
1º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	24	18	13	1	-
1º Ciclo do Ensino Básico Completo	-	1	2	1	-
2º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	-	3	33	15	1
2º Ciclo do Ensino Básico Completo	-	-	3	7	1
3º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	-	-	26	50	10
3º Ciclo do Ensino Básico Completo	-	-	2	11	2
Ensino Secundário Incompleto	-	-	-	14	14
Ensino Secundário Completo	-	-	-	-	-
Curso Profissional Nível 2	-	-	-	6	2
Curso Profissional Nível 3	-	-	-	2	2
Ensino Superior	-	-	-	-	1
<b>Total (N)</b>	<b>35</b>	<b>22</b>	<b>79</b>	<b>107</b>	<b>33</b>

104

Quadro H.1.6. Crianças e jovens em risco acompanhados dos 6 aos 21 anos, por grupo etário e por escolaridade, CPCJ Central, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017)

## CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO ACOMPANHADOS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS (DICAD) NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2012 E 2017

Na Figura H.1.7. observa-se que, no período compreendido entre 2012 e 2017, ocorreu um decréscimo de cerca de 6% no número de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, que passou de 316 crianças e jovens em 2012, para 300 em 2017 (tendo ocorrido um pico de mais 10% em 2014).

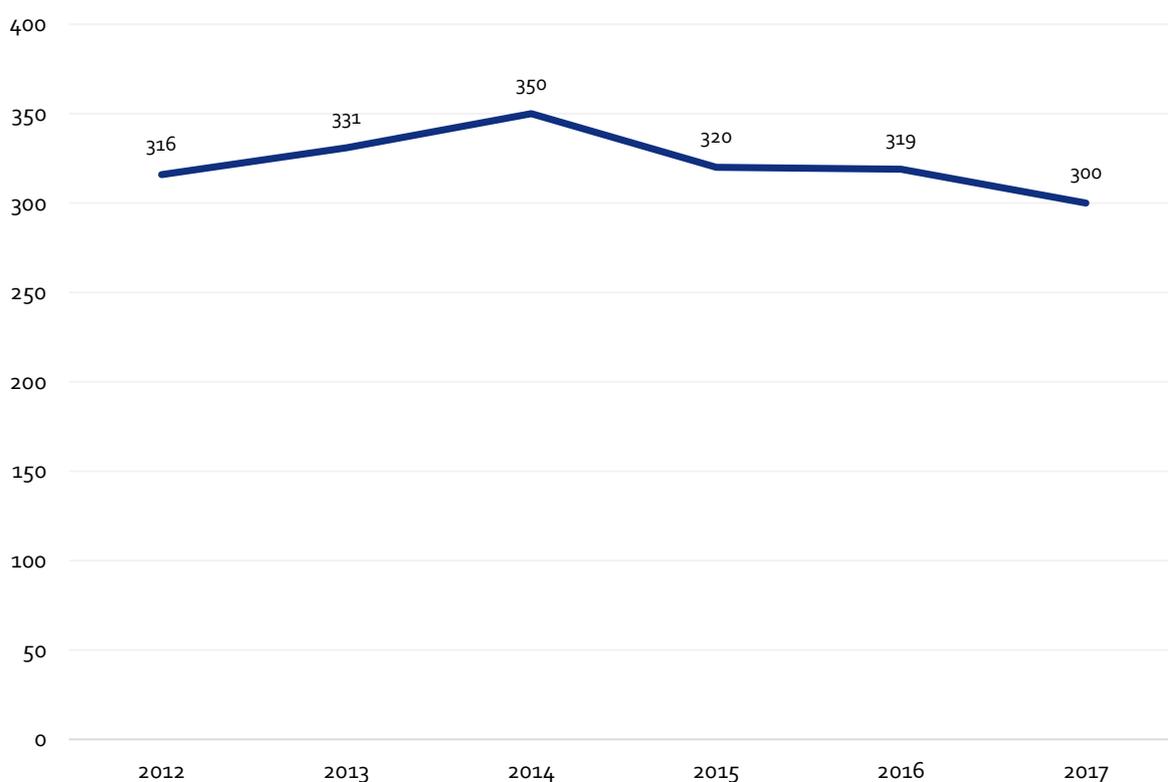
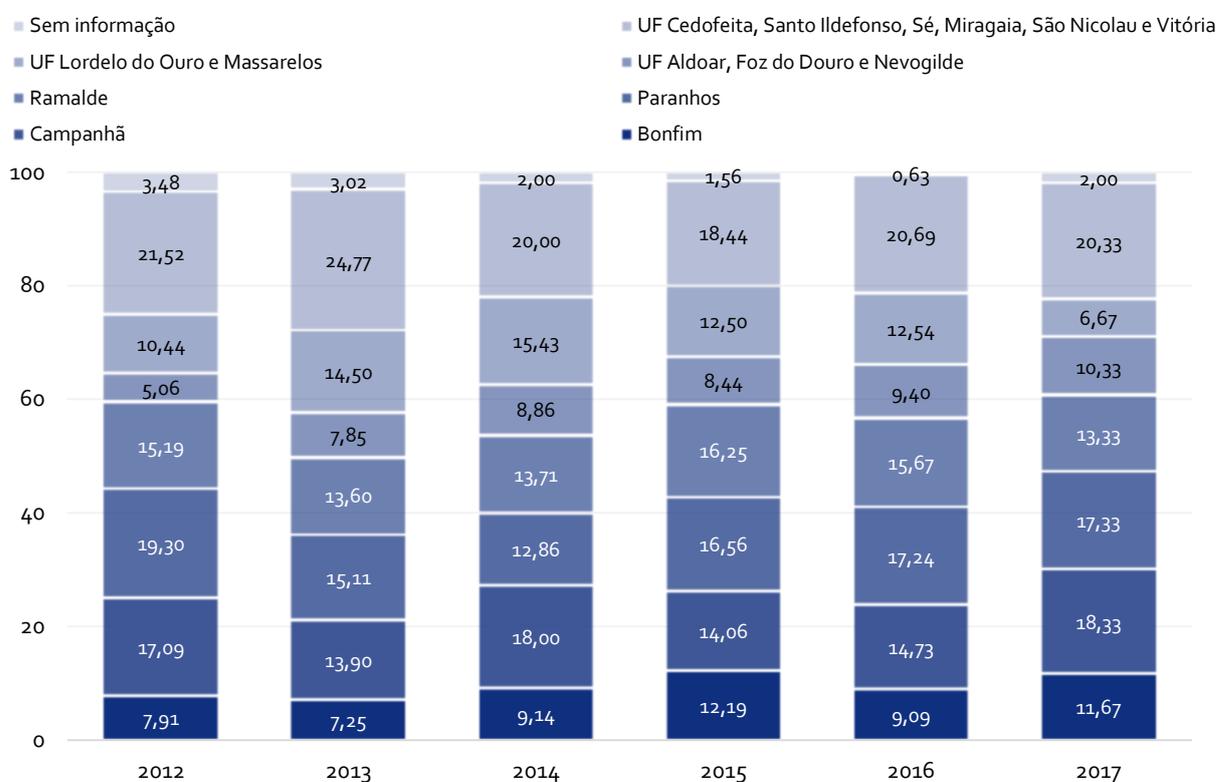


Figura H.1.7. Crianças e jovens em risco acompanhados, Porto, 2012 - 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

## CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO ACOMPANHADOS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS (DICAD) POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2012 E 2017

Na análise por freguesia/união de freguesias, no período compreendido entre 2012 e 2017, constata-se, tal como se pode observar pela análise da Figura H.1.8., que a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória foi o território que em todos os anos teve maior percentagem de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, com percentagens a variarem entre o mínimo de 18.44% (59 casos, em 2015) e 24.77% (82 casos em 2013).



106

Figura H.1.8. Crianças e jovens em risco acompanhados, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Em segunda posição surgiu Paranhos em 2012, 2013, 2015 e 2016 (mínimo de 15.11% em 2013 e máximo de 19.3% em 2013) e Campanhã em 2014 (18%, 63 casos) e 2017 (18.33%, 55 casos).

O terceiro lugar foi ocupado por Campanhã em 2012 (17.09%, 54 casos), pela União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos em 2013 (14.5%, 48 casos) e 2014 (15.43%, 54 casos), por Ramalde em 2015 (16.25%, 52 casos) e 2016 (16.67%, 50 casos) e por Paranhos em 2017 (17.33%, 52 casos).

SUBSTÂNCIAS CONSUMIDAS PELAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO ACOMPANHADOS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS (DICAD) NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2012 E 2017

Quanto ao consumo de substâncias por crianças e jovens em risco, e tal como se pode observar na Quadro H.1.9., constata-se que das 300 crianças e jovens em risco acompanhados em 2017, 24% (72) não tinham droga principal, 6% (18) consumiam cannabis, 1.67% (cinco) consumiam tabaco e 0.33% (um/a) consumiam álcool de forma moderada. Em 67.67% dos casos (203) não existia informação.<sup>53</sup>

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Álcool - Uso moderado	0.32	0.30				0.33
Cannabis	2.85	2.42	10.00	7.50	7.84	6.33
Heroína				0.31		
Sem Droga Principal	0.63	0.91	32.57	28.13	28.21	24.00
Sem Informação	96.20	96.37	56.29	63.75	63.64	67.67
Tabaco	0.32	0.30	1.14	0.31		1.67
<b>Total (N)</b>	<b>316</b>	<b>331</b>	<b>350</b>	<b>320</b>	<b>319</b>	<b>300</b>

108

Quadro H.1.9. Substâncias consumidas pelas crianças e jovens em risco acompanhados, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Entre 2012 e 2017, na maioria dos casos não existia informação sobre consumo de substâncias<sup>54</sup>, muito embora a percentagem dos casos sem informação sobre consumo de substâncias tenha diminuído entre 2012 e 2017, tendo passado de 96.2% dos casos de crianças e jovens em risco

<sup>53</sup> Na categoria "sem informação", a maioria dos casos referia-se a casos de crianças e jovens sem consumo de substâncias.

<sup>54</sup> Ver nota de rodapé anterior.

acompanhados em 2012, para 67.67% dos casos de crianças e jovens nessas circunstâncias em 2017.

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO ACOMPANHADOS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS (DICAD) POR GRUPO ETÁRIO E POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017 E ENTRE 2012 E 2017

Da análise dos Quadros H.1.10. e H.1.11. constata-se que, na análise por freguesia/união de freguesias, a faixa etária com maior percentagem de crianças e jovens em risco era, em 2017, a faixa etária dos 15-19 anos, com percentagens que variavam entre os 4,5% (nove casos na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e os 72,5% (29 casos em Ramalde), seguida da faixa etária dos 0-14 anos, com percentagens que variavam entre os 17,5% (sete casos em Ramalde) e os 4,0% (oito casos na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos).

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Dos 0 aos 14 anos	28.57	25.45	19.23	17.50	25.81	40.00	27.87
Dos 15 aos 19 anos	57.14	58.18	59.62	72.50	45.16	45.00	50.82
Dos 20 aos 24 anos	11.43	14.55	11.54	7.50	22.58	15.00	19.67
Dos 25 aos 29 anos	-	1.82	7.69	-	3.23	-	-
Dos 30 aos 34 anos	2.86	-	-	-	3.23	-	1.64
Dos 35 aos 39 anos	-	-	-	-	-	-	-
Dos 40 aos 44 anos	-	-	-	2.50	-	-	-
>= 45 anos	-	-	1.92	-	-	-	-
Total (N)	35	55	52	40	31	20	61

110

Quadro H.1.10. Crianças e jovens em risco acompanhados, por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)<sup>55</sup>

<sup>55</sup> Foram excluídos da análise 6 casos por serem categorizados como "Sem informação"

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dos 0 aos 14 anos	41.14	36.25	32.86	31.56	28.53	25.67
Dos 15 aos 19 anos	46.84	47.13	52.00	50.63	46.39	55.67
Dos 20 aos 24 anos	7.59	10.27	10.00	13.13	16.61	14.67
Dos 25 aos 29 anos	2.53	3.02	3.43	3.13	4.70	2.33
Dos 30 aos 34 anos	0.95	2.42	1.14	0.94	2.51	1.00
Dos 35 aos 39 anos	0.32	0.60	0.29	0.31	0.63	-
Dos 40 aos 44 anos	0.32	-	-	0.31	0.31	0.33
>= 45 anos	0.32	0.30	0.29	-	0.31	0.33
Total (N)	316	331	350	320	319	300

Quadro H.1.11. Crianças e jovens em risco acompanhados, por grupo etário, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

111

Na análise longitudinal, entre 2012 e 2017, verifica-se que o padrão etário era semelhante, sendo na faixa etária dos 15-19 anos onde existiam mais crianças e jovens em risco acompanhados, com percentagens que variavam entre o mínimo de 46.39%, ou 148 casos, no ano de 2016 e os 55.67%, aos quais corresponderam 167 casos, no ano de 2017. Seguiu-se a faixa etária dos 0-14 anos, com percentagens que variavam entre os 25.67% (77 casos, em 2017) e os 41.14% (130 casos, em 2012).

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO ACOMPANHADOS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS (DICAD), POR SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO E POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017 E ENTRE 2012 E 2017

Nos Quadros H.1.12. e H.1.13. regista-se que, em 2017, na análise por freguesia/união de freguesias, a situação de alojamento das crianças e jovens em risco mais frequente era o alojamento familiar clássico, cujas percentagens variavam entre o mínimo de 34.29% no Bonfim (12 casos) e o máximo de 90% na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (18 casos), embora os valores, em geral, tenham variado aproximadamente entre os 45% e os 60%.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Centro de abrigo	2.86	-	1.92	-	-	-	-
Desconhecido	20.00	27.27	19.23	27.50	25.81	5.00	29.51
Familiar clássico	34.29	58.18	46.15	45.00	74.19	90.00	44.26
Familiar não clássico	2.86	-	3.85	-	-	-	6.56
Hotéis, pensões e similares	0.00	-	-	2.50	-	5.00	-
Outras situações	2.86	-	7.69	5.00	-	-	9.84
Outro alojamento coletivo de convivência	37.14	14.55	21.15	20.00	-	-	9.84
<b>Total (N)</b>	<b>35</b>	<b>55</b>	<b>52</b>	<b>40</b>	<b>31</b>	<b>20</b>	<b>61</b>

112

Quadro H.1.12. Crianças e jovens em risco acompanhados, por situação de alojamento e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)<sup>56</sup>

<sup>56</sup> Foram excluídos da análise 6 casos por serem categorizados como "Sem informação"

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Centro de abrigo	0.95	0.91	0.86	0.94	0.63	0.67
Desconhecido	4.75	11.78	10.57	16.56	18.50	23.33
Familiar clássico	77.22	72.51	71.71	58.75	61.13	53.00
Familiar não clássico	2.85	1.81	2.86	3.44	2.51	2.33
Hotéis, pensões e similares	0.32	0.30	0.57	0.63	0.63	0.67
Outras situações	2.85	1.81	1.71	4.06	4.70	4.67
Outro alojamento coletivo de convivência	11.08	10.88	11.71	15.63	11.91	15.33
Total (N)	316	331	350	320	319	300

Quadro H.1.13. Crianças e jovens em risco acompanhados, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

113

A segunda situação de alojamento mais referida era (exceto a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos), outro alojamento coletivo de convivência, cujas percentagens variavam entre os 9.84% na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (seis casos) e os 37.14% no Bonfim (13 casos). Na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, uma criança ou jovem em risco residia em hotéis, pensões e similares (5%).

Na análise longitudinal, entre 2012 e 2017, verifica-se que a principal situação de alojamento das crianças e jovens em risco era o alojamento familiar clássico, com percentagens que variavam entre os 53%, em 2017 (159 casos) e os 77.22%, em 2012 (244 casos).

A segunda situação de alojamento mais referenciada era outro alojamento coletivo de convivência, com percentagens a variarem entre os 10.88%, em 2013 (36 casos) e os 15.63%, em 2015 (50 casos).

Relativamente à evolução ocorrida entre 2012 e 2017, regista-se que houve uma diminuição percentual nas crianças e jovens em risco a residirem em alojamento familiar clássico, de 34.84%

(de 244 casos, em 2012 para 159 casos, em 2017) e houve aumento das crianças e jovens em risco a residirem noutro alojamento coletivo de convivência, de 31.43% (35 para 46 casos) e a residirem noutro tipo de situações, de 55.56% (de nove para 14 casos).

## A.4.H.2. POPULAÇÃO SÉNIOR

### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

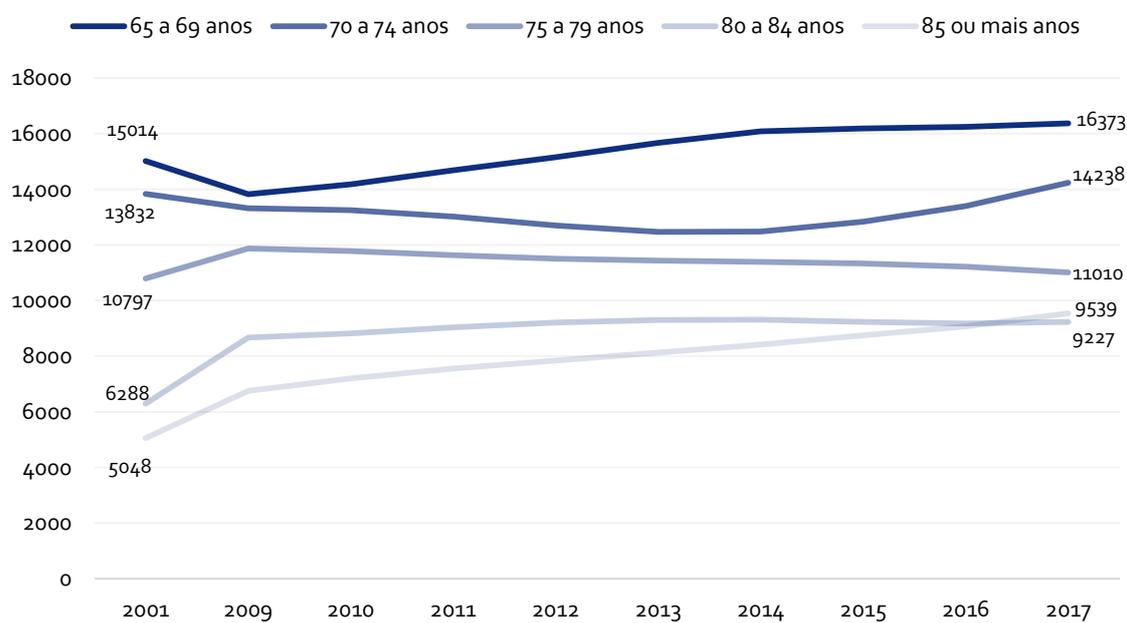
- O cenário relativo à população sénior apresentava-se como um dos mais importantes desafios sociodemográficos no concelho.
- A população muito idosa, com 75 ou mais anos de idade tem vindo a aumentar progressivamente, representando mais de 50% da população sénior do concelho e a população com 85 ou mais anos aumentou quase 20%.
- Ocorreu um aumento de quase 10% no índice de dependência da população idosa.
- Cerca de  $\frac{1}{4}$  da população de residentes no concelho do Porto com 65 ou mais anos de idade viviam sozinhos/as.

## EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 65 ANOS, POR ESCALÃO ETÁRIO NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2001 E 2017

Da observação da Figura H.2.1. é possível constatar que, em todos os anos em análise, o número de pessoas seniores em cada faixa etária foi diminuindo, à medida que aumentava o escalão etário.

Também se regista que, e centrando a análise a partir de 2011, o número de pessoas seniores manteve-se relativamente constante em todas as faixas etárias, com exceção da faixa dos 65 aos 69 anos de idade, em que passou de 14 688 indivíduos, em 2011 para 16 373 indivíduos, em 2017 e da faixa etária dos/as seniores com 85 ou mais anos de idade, que passou de 7 558 pessoas, em 2011 para 9 539 pessoas, em 2017, ultrapassando o número de pessoas seniores com idades compreendidas entre os 80 e os 84 anos, que era de 9 227 pessoas.

Entre 2011 e 2016, ocorreu uma diminuição progressiva no índice de longevidade no concelho do Porto, sendo o seu valor, em 2016 (49.6%), inferior em quase 1% ao de 2011 (50.5%).



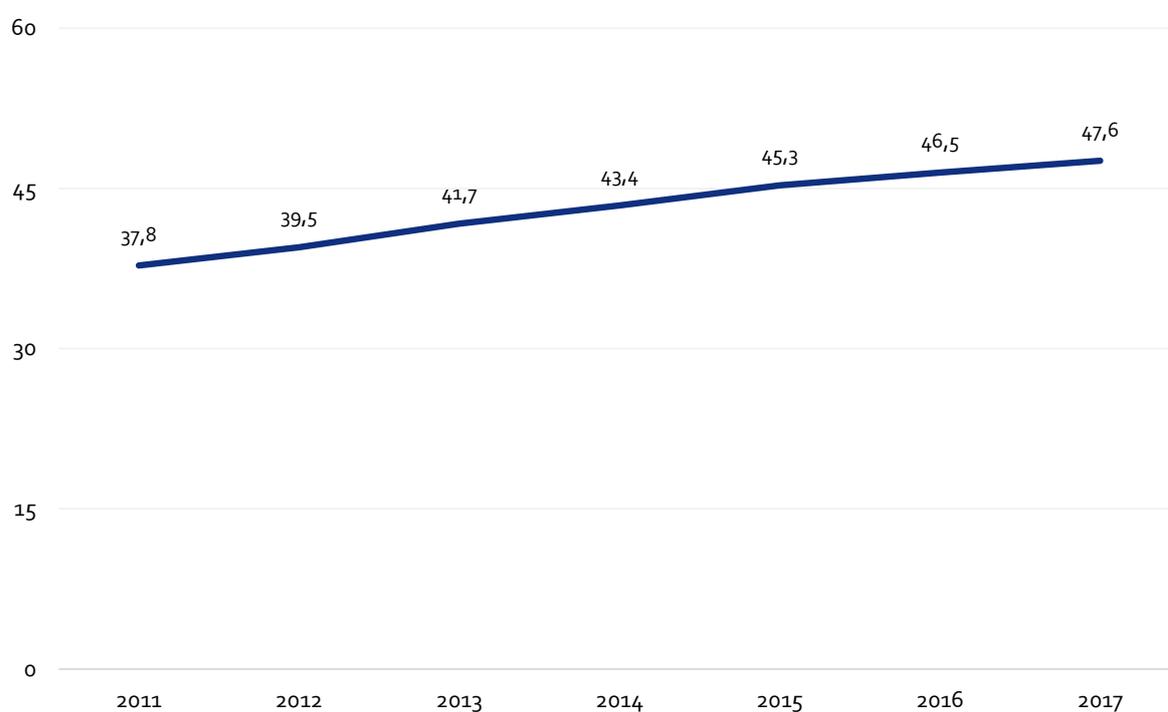
116

Figura H.2.1. População residente com mais de 65 anos, por escalão etário, Porto, 2001-2017 (em número; Fonte: Pordata<sup>57</sup>)

<sup>57</sup><https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-358> (acedido em 8 de maio de 2018).

## ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2011 E 2017

Como se pode verificar na Figura H.2.2. houve um incremento de 9.7% no índice de dependência da população idosa, no período compreendido entre 2011 e 2017, o que revela que aumentou a proporção de população com 65 ou mais anos de idade, em relação à população com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos. Especificamente, em 2017, existia aproximadamente uma pessoa com 65 ou mais anos de idade, por cada duas pessoas com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos de idade.



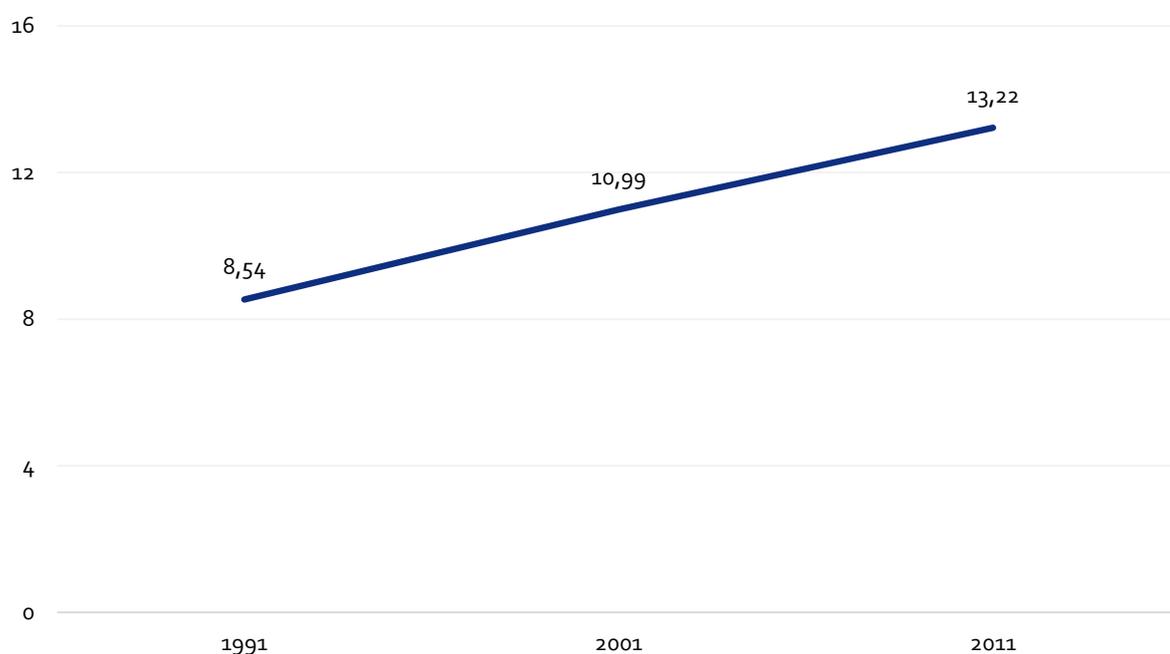
117

Figura H.2.2. Índice de dependência de idosos, Porto, 2011-2017 (em percentagem; Fonte: INE<sup>58</sup>)

<sup>58</sup>[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008259&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008259&contexto=bd&selTab=tab2) (acedido em 12 de março de 2018).

## EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS UNIPESOAIS CONSTITUÍDAS POR UMA PESSOA COM 65 OU MAIS ANOS, NO CONCELHO DO PORTO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1991 E 2011

Entre 1991 e 2011, aumentou a proporção das famílias clássicas constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos de idade, passando de 8.54% para 13.22%. Das 100 826 famílias que existiam no concelho do Porto, em 2011, 30 736 eram famílias unipessoais e, destas, 13 329, ou seja, 43.37%, eram famílias unipessoais constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos de idade (cf. Figura H.2.3.).



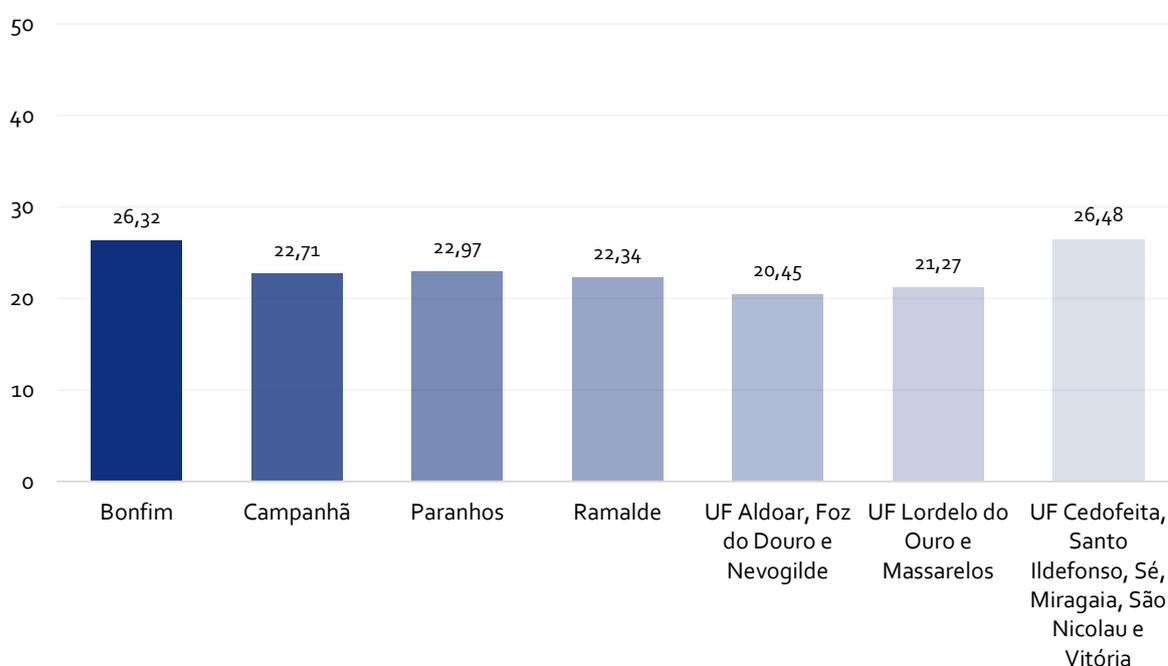
118

Figura H.2.3. Famílias clássicas unipessoais constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos, Porto, 1991-2011 (em percentagem; Fonte: INE<sup>59</sup>)

<sup>59</sup>[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0001049&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001049&contexto=bd&selTab=tab2) e [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0006973&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006973&contexto=bd&selTab=tab2) (acedido em 29 de maio de 2018).

## IDOSOS/AS A VIVER SÓS NO CONJUNTO DAS PESSOAS COM MAIS DE 65 ANOS, POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2011

A União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória era a freguesia com a maior percentagem de pessoas idosas a viverem sozinhas, com 2 874 pessoas nesta situação, o que correspondia a 26.48% das famílias unipessoais a serem constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos de idade. Depois o Bonfim, com 1 733 indivíduos (26.32%) e Paranhos com 2 411 indivíduos (22.97%). Em última posição surgia a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com 1 266 pessoas (20.45%), (cf. Figura H.2.4.).



119

Figura H.2.4. Idosos/as a viver sós no conjunto das pessoas com mais de 65 anos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE<sup>60</sup>)

Em relação aos rendimentos da população sénior, em dezembro de 2017, existiam 52 553 pensionistas ativos/as do regime contributivo, com um valor de pensão de velhice médio anual de 7 737 € e 610 pensionistas ativos/as do regime não contributivo, cuja pensão de velhice tinha o valor

<sup>60</sup>[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros) (acedido em 11 de abril de 2018).

médio anual de 3 536 €, o que correspondia a valores médios mensais de rendimento baixos e muito baixos ( $\approx 644\text{€}$  no regime contributivo) ou muito baixos ( $\approx 295\text{€}$  no regime não contributivo).

### A.4.H.3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

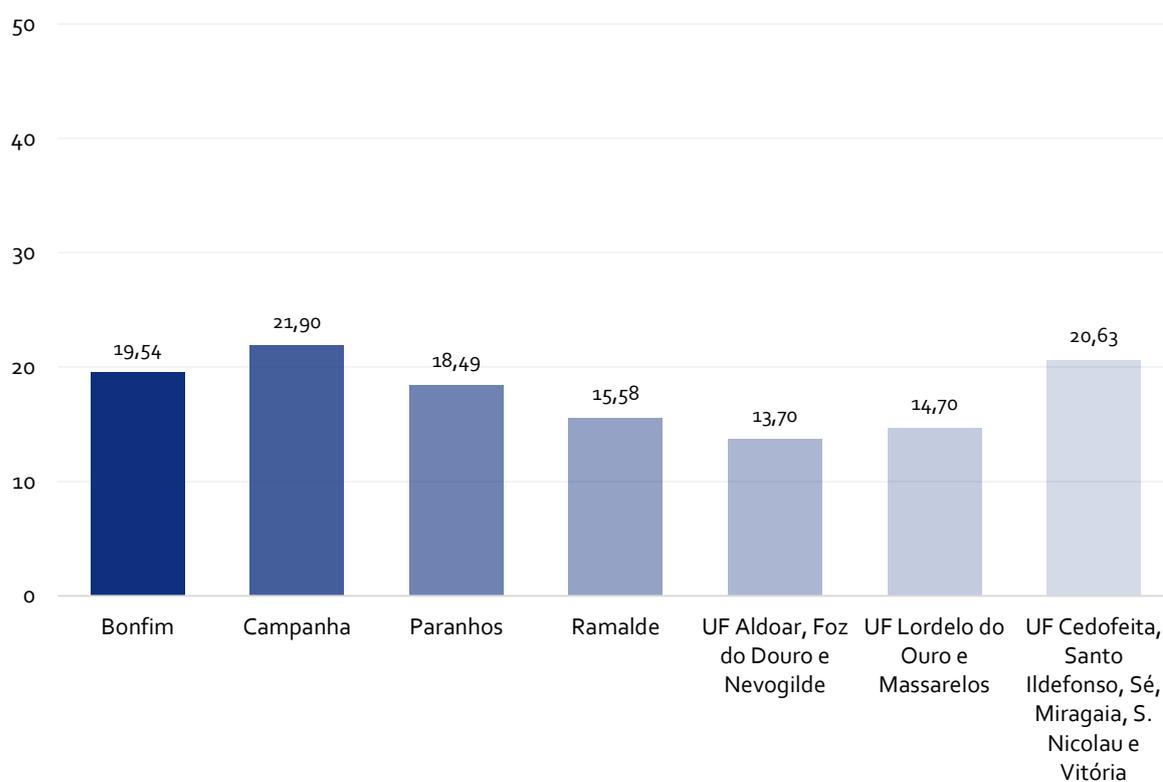
#### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- Existia uma elevada percentagem de residentes no concelho do Porto que apresentavam deficiência ou incapacidade (cerca de um quinto da população, ≈17%). Campanhã e a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória eram os territórios que registavam os percentuais mais elevados.
- A maioria das pessoas com deficiência ou incapacidade eram pessoas com 65 ou mais anos de idade.
- A dificuldade mais sentida era a dificuldade em andar ou subir degraus, diretamente ligada às questões da locomoção e mobilidade que, por sua vez, era agravada pelo facto da maioria dos edifícios concelhios não estarem adaptados para as pessoas com mobilidade reduzida.
- Trata-se de um segmento populacional com dificuldades acrescidas em conseguir inserção no mercado de trabalho, uma vez que da população com deficiência ou incapacidade ativa, quase 30% das pessoas estavam desempregadas.

## POPULAÇÃO RESIDENTE COM DIFICULDADE, POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2011

Constata-se que Campanhã e a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória eram os territórios que apresentavam as taxas mais elevadas de população residente com dificuldade, ou seja, de 21.9% e 20.63%, respetivamente.

Por outro lado, Ramalde e a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde apresentavam as taxas mais baixas (15.58% e 13.7%, respetivamente; cf. Figura H.3.2.).



122

Figura H.3.1. População residente com dificuldade, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE<sup>61</sup>)

<sup>61</sup> [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros\\_populacao](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao) (acedido em 2 de maio de 2018).

## POPULAÇÃO RESIDENTE COM DIFICULDADE, POR GRUPO ETÁRIO E POR TIPO DE DIFICULDADE NO CONCELHO DO PORTO, EM 2011

Como seria expectável, a maioria das pessoas com dificuldade pertencia ao grupo etário dos 65 ou mais anos (64.97%) e depois ao grupo etário dos 25 aos 64 anos de idade (30.22%). Estes dois grupos englobavam 95.19% da população de residentes com dificuldade.

A “dificuldade em andar ou subir degraus” era a dificuldade predominante, com mais de 25% da população com dificuldade a apresentar esta limitação (nos seus dois graus de intensidade<sup>62</sup>). Seguia-se a “dificuldade em ver”, com uma percentagem de 22.2% e depois “dificuldade de memória ou concentração” com 17.5%. A dificuldade com menor prevalência era a “dificuldade em compreender ou fazer-se compreender”, que englobava menos de 10% (9.75%) da população residente com dificuldade.

Sendo as dificuldades de locomoção tão prevalentes, relembra-se que, como já foi anteriormente referido no domínio da habitação, em termos de acessibilidade, a maioria dos edifícios da cidade não tinha elevador, nem entrada acessível a pessoas de mobilidade reduzida.

123

Menos do que 50% dos edifícios existentes em todas as freguesias/uniões de freguesia tinham elevador. O cenário era idêntico no que respeitava às entradas acessíveis a cadeiras de rodas, onde apenas Ramalde e a União de freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde se aproximavam desse valor.

---

<sup>62</sup> Apresentam-se os dados globais para os dois graus de dificuldade em conjunto, que são “tem muita dificuldade em efetuar a ação” e “não consegue efetuar a ação”.

POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS UMA DIFICULDADE, COM 15 OU MAIS ANOS DE IDADE, PERANTE A ATIVIDADE ECONÓMICA, POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2011

A grande constatação que se retira da análise da Figura H.3.2. é que, em termos médios, apenas cerca de 20% das pessoas com dificuldade eram ativas (empregadas ou desempregadas).

Nas pessoas inativas, a grande maioria eram pessoas reformadas (26 672 das 41 585 pessoas com deficiência ou incapacidade, ou seja, 64.14%).

Das 8 380 pessoas com deficiência ou incapacidade que eram ativas, 2 384 (23.45%) estavam desempregadas, ou seja, 71.55% das pessoas com deficiência ou incapacidade ativas estavam empregadas.

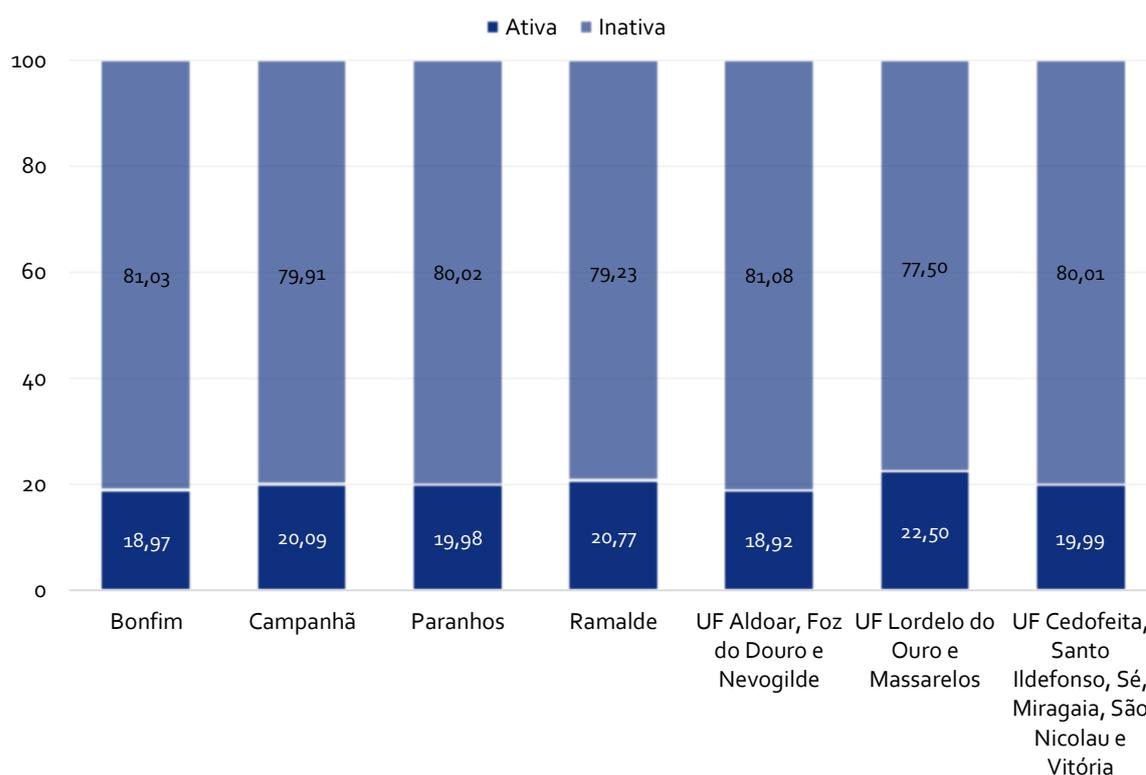


Figura H.3.2. População residente com pelo menos uma dificuldade, com 15 ou mais anos de idade, perante a atividade económica, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE<sup>63</sup>)

<sup>63</sup> [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros\\_populacao](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao) (6.24 - acedido a 2 de maio de 2018).

## A.4.H.4. PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS

### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- Ocorreu uma diminuição de mais de 10% no número de utentes ativos/as em tratamento.
- A União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória tinha quase ¼ da população de pessoas com consumos problemáticos.
- A grande maioria das pessoas com comportamentos aditivos e dependências (CAD) eram consumidoras de outras substâncias psicoativas (spa), embora o consumo deste tipo de substâncias tenha vindo a diminuir, ao contrário do consumo de álcool que tem aumentado.
- Em todas as substâncias psicoativas onde ocorreu um aumento, ele foi mais acentuado nas mulheres e a diminuição no número de utentes ativos/as em tratamento com consumo de heroína, foi menos acentuada também nas mulheres.
- A principal substância psicoativa consumida era a heroína, com quase 40% dos consumos problemáticos, seguida do álcool, da cocaína e da cannabis.
- Quanto ao perfil do/a consumidor/a, a maioria eram homens, na faixa etária dos 45 anos ou mais anos de idade e desocupados há um ano ou mais.
- Ao nível dos perfis específicos encontrados no consumo das principais substâncias psicoativas (heroína, álcool, cocaína e cannabis), replicava-se o padrão geral enunciado.

## UTENTES ATIVOS/AS EM TRATAMENTO, POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2012 E 2017

Da observação da Figura H.4.1. verifica-se que, numa análise longitudinal, no período compreendido entre 2012 e 2017, observou-se uma distribuição de utentes ativos/as em tratamento por freguesia/união de freguesias bastante similar à do ano de 2017, surgindo a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória como o território com maior número de utentes ativos/as em tratamento ( $\approx 24\%$ ), seguido das freguesias de Paranhos e Campanhã (ambas com aproximadamente  $15\%$ ). A União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde era o território com o menor número de utentes ativos/as em tratamento ( $\approx 9\%$ ).

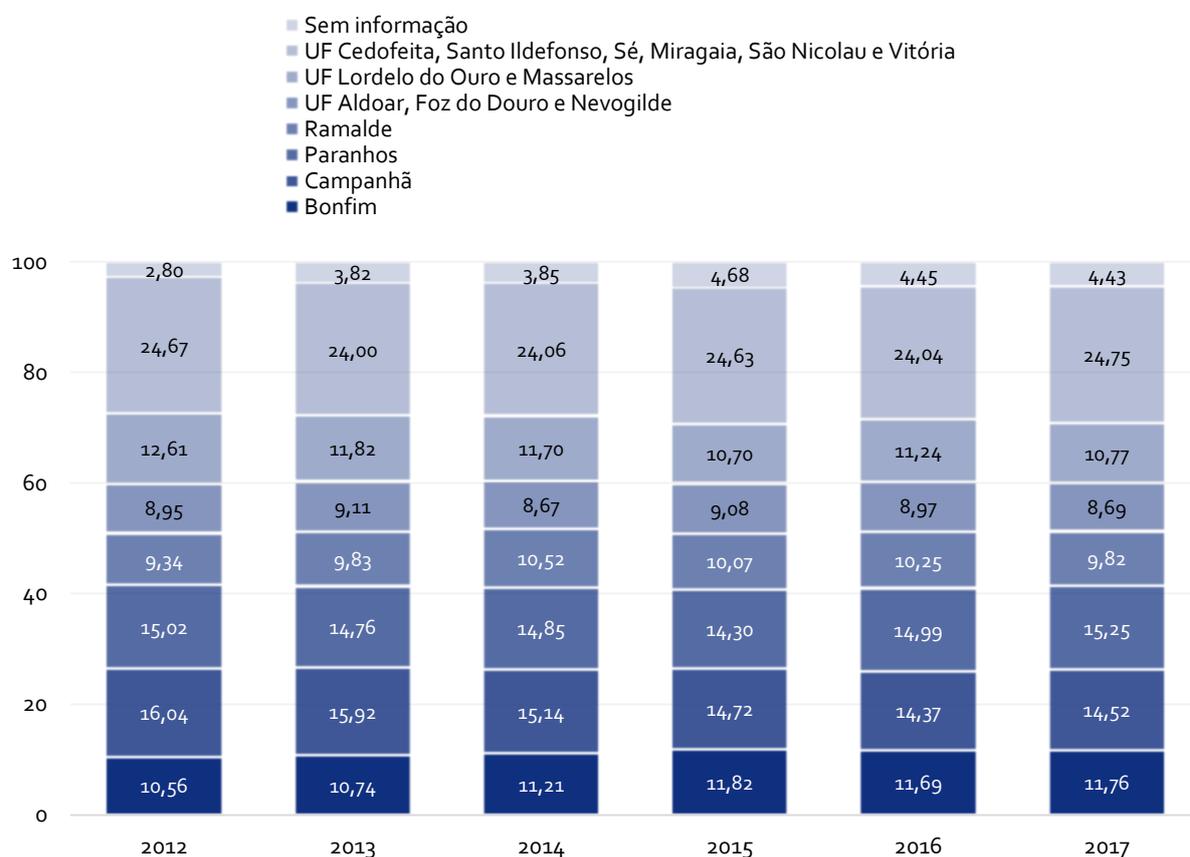


Figura H.4.1. Utentes ativos/as em tratamento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

## UTENTES ATIVOS/AS EM TRATAMENTO, POR TIPO DE CONSUMO E POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2012 E 2017

Na Figura H.4.2. constata-se que era bastante superior a proporção de utentes ativos/as em tratamento de outras substâncias psicoativas, do que a proporção de utentes ativos/as em tratamento com problemas ligados ao álcool.

Também se regista que no consumo de álcool houve um aumento na percentagem de utentes ativos/as em tratamento, em todas as freguesias/uniões de freguesia e no consumo de outras substâncias psicoativas houve uma diminuição da percentagem.

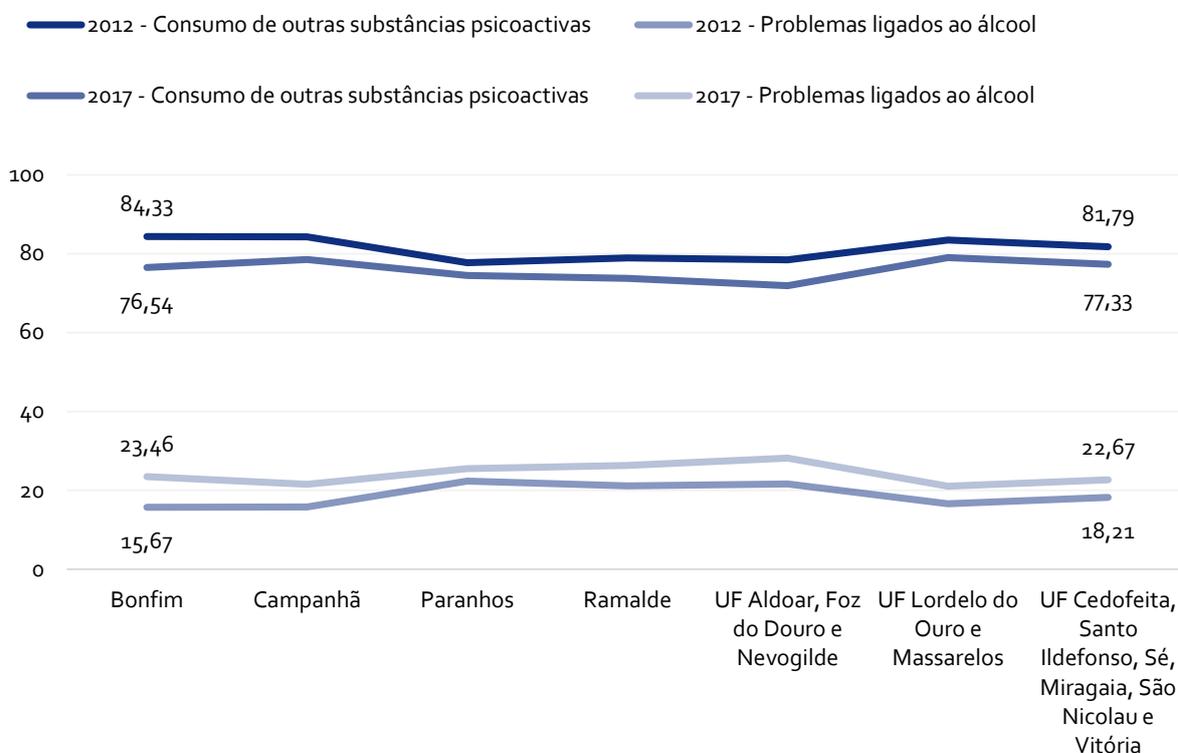


Figura H.4.2. Utentes ativos/as em tratamento, por tipo de consumo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

## EVOLUÇÃO DOS/AS UTENTES ATIVOS/AS EM TRATAMENTO, POR SEXO NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2012 E 2017

Como se pode observar na Figura H.4.3., em todos os anos em análise, foi sempre muito superior o número de utentes ativos/as em tratamento do sexo masculino, que do sexo feminino, sendo que apenas aproximadamente 20% dos/as utentes ativos/as em tratamento eram do sexo feminino.

No intervalo de tempo, entre 2012 e 2017, ocorreu um ligeiro decréscimo de 2.34% nas utentes ativas em tratamento (menos 12 utentes ativas em tratamento em 2017) e um decréscimo significativo de 15.42% nos utentes ativos em tratamento (menos 315 utentes ativos em tratamento em 2017).

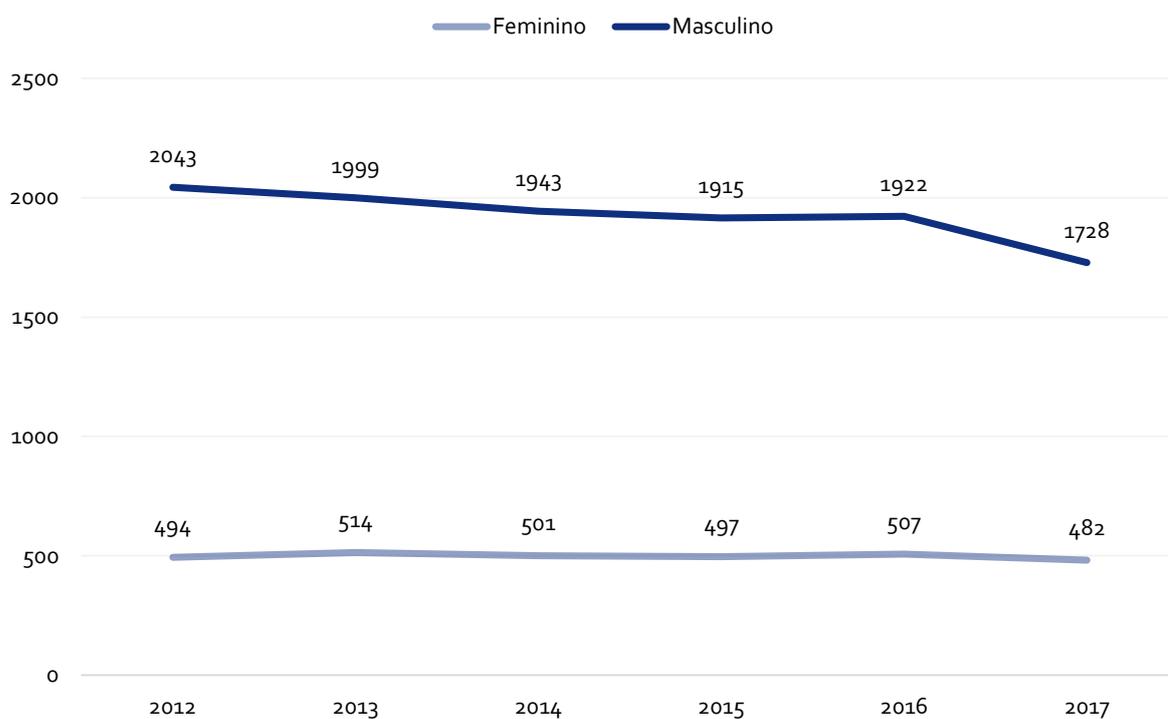


Figura H.4.3. Utentes ativos/as em tratamento, por sexo, Porto, 2012-2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

## UTENTES ATIVOS/AS EM TRATAMENTO, POR GRUPO ETÁRIO E POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017

Na análise por freguesia/união de freguesias e no que diz respeito ao padrão de distribuição por grupo etário dos/as utentes ativos/as em tratamento surgia em primeiro lugar o grupo etário com 45 ou mais anos de idade (de 63.45%, na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos a 71.35%, na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde).

Depois o grupo etário dos 40-44 anos de idade (de 19.35%, em Ramalde a 11.98%, na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e do grupo etário dos 35-39 anos (de 7.17%, em Campanhã a 9.38%, na União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde), (cf. Quadro H.4.4.).

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Dos 15 aos 19 anos	0.38	-	-	-	-	-	-
Dos 20 aos 24 anos	1.54	0.62	2.08	0.46	2.08	0.84	0.55
Dos 25 aos 29 anos	1.15	2.18	2.08	2.30	3.13	0.42	2.19
Dos 30 aos 34 anos	3.46	5.61	2.97	2.30	2.08	6.72	4.75
Dos 35 aos 39 anos	8.46	7.17	8.90	8.29	9.38	9.24	8.41
Dos 40 aos 44 anos	16.92	17.13	15.73	19.35	11.98	19.33	17.37
>= 45 anos	68.08	67.29	68.25	67.28	71.35	63.45	66.73
Total (N)	260	321	337	217	192	238	547

129

Quadro H.4.4. Utentes ativos/as em tratamento, por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: ARS Norte - Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)<sup>64</sup>

<sup>64</sup> Foram excluídos da análise 98 casos por serem categorizados como "Sem informação"

UTENTES ATIVOS/AS EM TRATAMENTO, POR GRUPO ETÁRIO NO CONCELHO DO PORTO,  
ENTRE 2012 E 2017

No Quadro H.4.5. verifica-se que, globalmente, no período compreendido entre 2012 e 2017, o grupo etário com maior proporção de utentes ativos/as em tratamento era o grupo etário com 45 ou mais anos de idade (de 47.65%, em 2012 a 67.38%, em 2017), seguido do grupo etário dos 40-44 anos (de 22.27%, em 2012 a 16.88%, em 2017) e do grupo etário dos 35-39 anos (de 17.34%, em 2012 a 8.37%, em 2017), replicando, desta forma o padrão encontrado na análise por freguesia/união de freguesias anteriormente apresentado.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dos 15 aos 19 anos	0.35	0.16	0.12	0.04	0.08	0.05
Dos 20 aos 24 anos	1.02	0.96	1.02	1.20	1.65	1.04
Dos 25 aos 29 anos	3.51	2.83	2.54	1.95	2.47	2.13
Dos 30 aos 34 anos	7.84	7.28	6.63	5.56	4.69	4.16
Dos 35 aos 39 anos	17.34	14.29	12.23	11.19	10.42	8.37
Dos 40 aos 44 anos	22.27	21.65	21.56	20.69	18.48	16.88
>= 45 anos	47.65	52.85	55.89	59.37	62.21	67.38
Total (N)	2 537	2 513	2 444	2 412	2 429	2 210

130

Quadro H.4.5. Utentes ativos/as em tratamento, por grupo etário, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

UTENTES ATIVOS/AS EM TRATAMENTO, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL E POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017 E GLOBAIS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2012 E 2017

Da análise dos Quadros H.4.6. e H.4.7. constata-se que, quer na análise por freguesia/união de freguesia, para o ano de 2017, quer na análise longitudinal entre 2012 e 2017, se encontrava um padrão similar relativo à situação profissional dos/as utentes ativos/as em tratamento.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Desconhecido	13.85	9.66	19.88	17.05	15.63	12.61	16.45
Desocupado há menos de um ano	3.46	3.74	5.64	5.99	4.69	6.30	8.23
Desocupado há um ano ou mais	46.54	48.91	40.95	41.47	42.71	48.32	47.53
Trabalho estável/regular	21.15	22.43	19.58	20.28	20.31	19.33	16.09
Trabalho ocasional	3.46	3.43	2.37	2.76	3.65	3.36	2.93
Doméstica	0.38	-	0.59	0.46	-	-	-
Estudante/ Formação Profissional	2.69	1.56	2.37	2.76	3.13	0.42	1.65
Outra situação	1.92	2.49	2.08	0.92	3.13	2.94	2.19
Reformado/Pensão Social por Idade	3.08	3.12	2.37	1.84	3.13	0.42	2.01
Reformado/Pensão Social por Invalidez	3.46	4.67	4.15	6.45	3.65	6.30	2.93
Total (N)	260	321	337	217	192	238	547

131

Quadro H.4.6. Utentes ativos/as em tratamento, por situação profissional e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar SICAD)<sup>65</sup>

<sup>65</sup> Foram excluídos da análise 98 casos por serem categorizados como "Sem informação"

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Desconhecido	19.87	19.78	18.25	18.82	16.14	15.66
Desocupado há menos de um ano	4.45	4.54	4.54	5.22	5.80	5.79
Desocupado há um ano ou mais	47.06	45.92	46.60	45.44	45.86	44.75
Trabalho estável/regular	18.76	18.19	18.66	18.33	19.27	19.46
Trabalho ocasional	2.21	2.03	2.17	2.53	2.59	3.03
Doméstica	0.28	0.32	0.37	0.21	0.21	0.18
Estudante/ Formação Profissional	2.13	2.23	2.17	1.91	2.10	2.04
Outra situação	1.77	1.87	2.09	1.99	1.89	2.17
Reformado/Pensão Social por Idade	1.14	1.55	1.64	1.74	2.02	2.67
Reformado/Pensão Social por Invalidez	2.33	3.58	3.52	3.81	4.12	4.25
<b>Total (N)</b>	<b>2 537</b>	<b>2 513</b>	<b>2 444</b>	<b>2 412</b>	<b>2 429</b>	<b>2 210</b>

132

Quadro H.4.7. Utentes ativos/as em tratamento, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Concretamente, quase metade desses/as utentes encontrava-se desocupado/a há um ou mais anos (valores entre os 44.75%, em 2017 e os 47.06%, em 2012 na análise longitudinal e entre os 40.95%, em Paranhos e os 48.91%, em Campanhã na análise por freguesia/união de freguesias).

Além disso, cerca de 20% tinha trabalho estável/regular (valores entre os 18.19%, em 2013 e os 19.46%, em 2017, na análise longitudinal e entre os 16.09%, na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e os 22.43%, em Campanhã na análise por freguesia/união de freguesias).

## PERFIL DOS/AS CONSUMIDORES DE HEROÍNA, ÁLCOOL, COCAÍNA E CANNABIS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017

Ao nível dos perfis específicos encontrados no consumo das principais substâncias psicoativas (SPA), que eram, por ordem decrescente de consumo a heroína, o álcool, a cocaína e a cannabis, encontrou-se um padrão similar ao padrão geral anteriormente apresentado.

Ou seja, a maioria dos/as utentes ativos/as em tratamento eram do sexo masculino (homens representavam aproximadamente de 60% a 80% desses/as utentes), na faixa etária dos 40 aos 50 anos, para os/as utentes ativos/as com consumo de heroína e cocaína, na faixa etária dos 50 aos 60 anos, nos/as utentes ativos/as com consumo de álcool e na faixa etária dos 25 aos 35 anos, para os/as utentes ativos/as com consumo de cannabis.

Tal como encontrado no perfil global, também nos perfis específicos verificou-se que a maioria dos/as utentes ativos/as em tratamento estavam desocupados/as (há um ano ou mais e uma percentagem menor há menos de um ano, embora a percentagem de utentes ativos/as com consumo de cannabis desocupados/as há um ano ou mais fosse bastante mais baixa, do que nos/as utentes com consumos de outras SPA). Acresce que de 20% a 30% tinha trabalho estável ou regular ou ocasional.

A maioria dos/as utentes ativos/as em tratamento tinham até ao 3º ciclo de escolaridade e de 60 a 78% viviam em alojamento familiar clássico, embora nos/as utentes ativos/as em tratamento com consumo de cannabis essa percentagem fosse de 85%.

## A.4.H.5. IMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS

### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- Depois de um período de estagnação assistiu-se, a partir de 2016, a um aumento na população estrangeira residente no concelho do Porto de 25%.
- Quanto à nacionalidade de origem da população estrangeira, o Brasil continuava a ser o principal país de proveniência da comunidade estrangeira residente no concelho.
- Os/as estrangeiros/as provenientes da Europa e da América Central e do Sul representavam a maioria dos novos pedidos de residência (73% dos pedidos).

## EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE NO CONCELHO DO PORTO, ENTRE 2008 E 2017<sup>66</sup>

Na Figura H.5.1. pode-se observar que, entre 2008 e 2017, a população estrangeira residente no Porto sofreu um incremento de quase 25% (24.89%, ou 2 058 indivíduos), muito embora o maior aumento tenha ocorrido a partir de 2016.

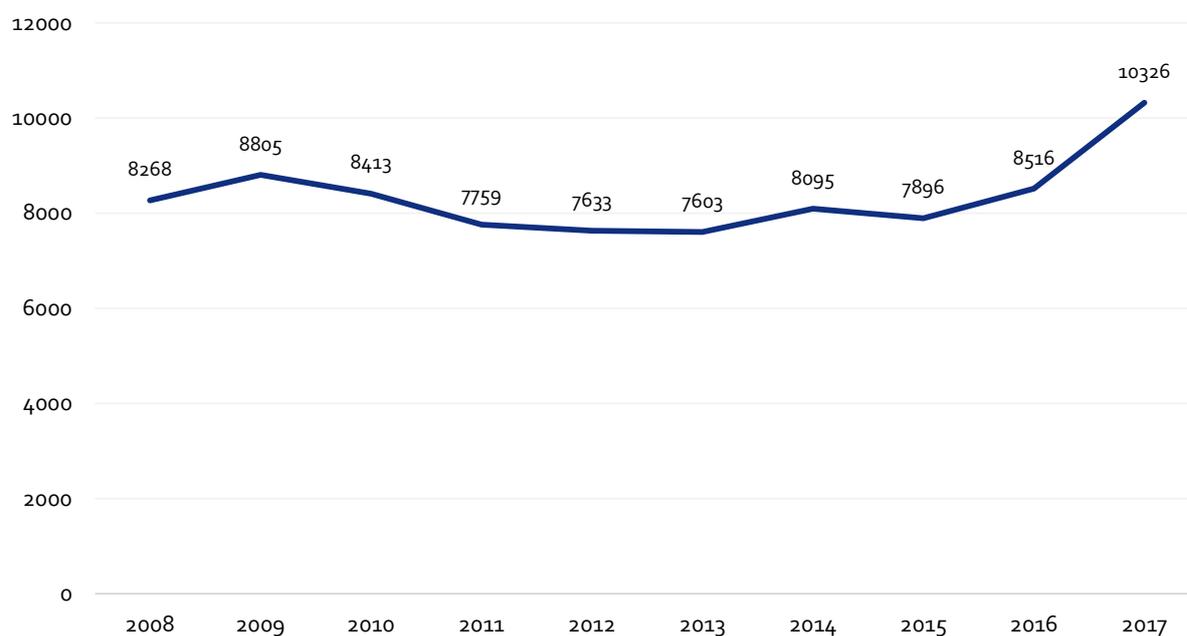


Figura H.5.1. População estrangeira residente, Porto, 2008-2017 (em número; Fonte: SEF<sup>67</sup>)

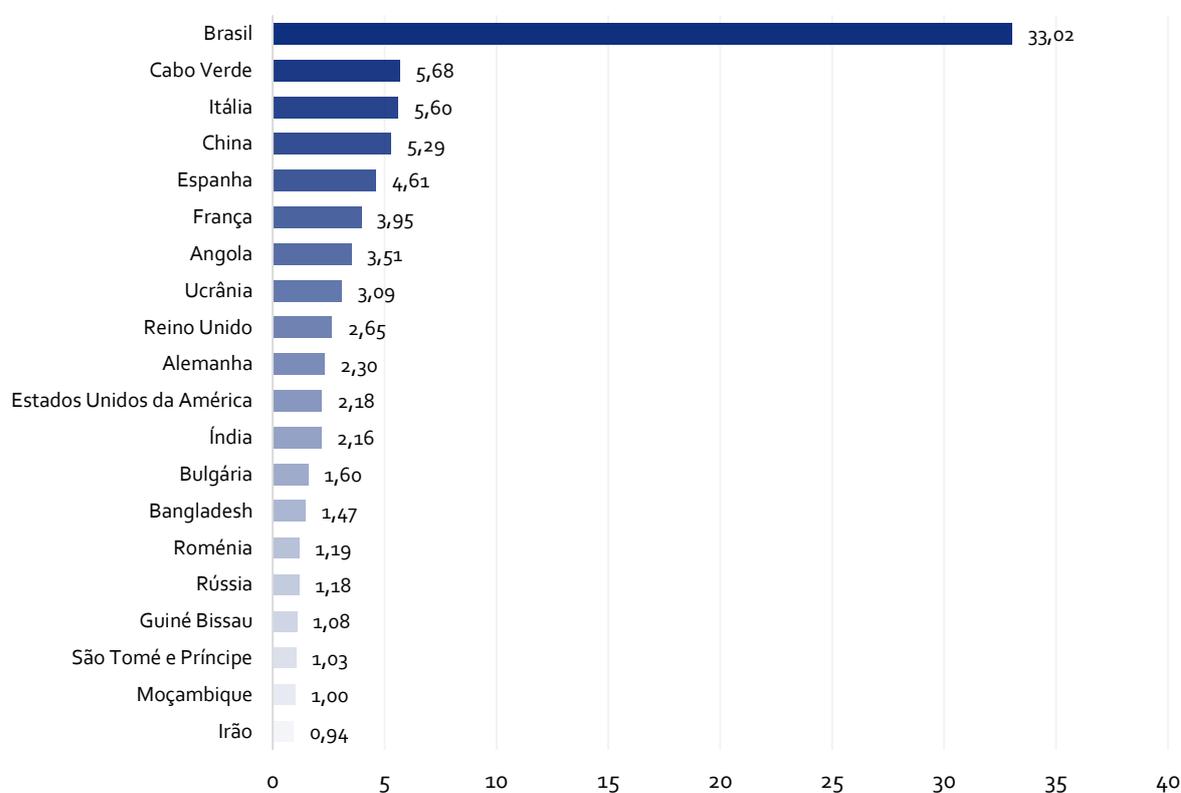
<sup>66</sup> Embora o título deste capítulo seja "Imigrantes e as minorias étnicas", não nos foi possível aceder a dados específicos sobre minorias.

<sup>67</sup> <https://sefstat.sef.pt/Porto.aspx> (acedido em 29 de junho de 2018).

## PAÍS DE ORIGEM DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE NO CONCELHO DO PORTO, EM 2017

Em 2017 a população estrangeira residente no Porto em 2017 provinha de 138 países distintos.

Da observação da Figura H.5.2. constata-se que, em 2017, a nacionalidade brasileira, com um total de 3 410 cidadãos (33.02%), manteve-se como a principal comunidade estrangeira residente no concelho do Porto. Seguiu-se Cabo Verde com 5.68% (587), Itália com 5.6% (578), China com 5.29% (546) e Espanha com 4.61% (476).



136

Figura H.5.2. População estrangeira residente, por país de origem, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: SEF<sup>68</sup>)

Relativamente à evolução ocorrida entre 2016 e 2017, a estrutura das dez nacionalidades mais representativas não se alterou em termos dos países, mas alterou-se a ordem de alguns países

<sup>68</sup> <https://sefstat.sef.pt/Porto.aspx> (acedido em 29 de junho de 2018).

nessa estrutura. Assim, nas descidas, Espanha passou do 3º lugar, em 2016 para o 5º lugar, em 2017, Angola passou do 5º lugar, para o 7º lugar e a Ucrânia passou do 7º para o 8º lugar.

Nas subidas, destaca-se a passagem de Itália do 6º para o 3º lugar e também a passagem da França do 8º para o 6º lugar.

De notar que, independentemente das subidas, descidas e manutenções ao nível da ordem na estrutura das dez nacionalidades mais representativas, em todas elas houve um aumento no número de imigrantes, entre 2016 e 2017, que variou entre o mínimo de 1.27%, para a ucraniana e o máximo de 68.02%, para a italiana. Para além da italiana, outras nacionalidades com incrementos muito significativos foram a francesa (+36%), a brasileira (+ 29.61%), a do Reino Unido (28.64%) e a chinesa (+ 27.57%).

Adicionalmente, das 1 618 pessoas que solicitaram o estatuto de residente, em 2016, os/as estrangeiros/as provenientes da Europa representavam 41.16% desses novos pedidos de residência, os/as oriundos/as da América Central e do Sul representavam 31.33%, de África 10.94%, da Ásia representavam 10.88% dos novos pedidos de residência, da América do Norte 5.44% e os/as provenientes da Oceânia representavam 0.25% dos novos pedidos de residência.

## A.4.H.6. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- Aumentou de forma muito acentuada, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2018, o número de beneficiários/as de processos familiares ativos, com problemática sem-abrigo ativa.
- Quanto ao perfil da população em situação de sem-abrigo a maioria eram homens, com idades nas faixas etárias dos 25 aos 54 anos, solteiros/as, com baixos níveis de escolaridade e sem ocupação profissional.
- Cerca de metade estavam a vivenciar a situação de sem-abrigo pela primeira vez.
- Cerca de 1/3 estavam a viver em situação de sem-abrigo pelo período mínimo de um ano e máximo de cinco anos e mais de 15% estavam em situação de sem-abrigo há mais de cinco anos.
- Mais de metade estavam a residir em centros de alojamento temporário.

## EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE PESSOAS SEM-ABRIGO ACOMPANHADAS PELA EQUIPA DE SEM ABRIGO DO PORTO, ENTRE DEZEMBRO DE 2011 E DEZEMBRO DE 2018

Entre dezembro de 2011 e dezembro de 2018, ocorreu um aumento muito significativo, na ordem de quase 1300%, no número de beneficiários/as de processos familiares ativos, com problemática sem-abrigo acompanhados pela Equipa de Sem-Abrigo do Porto (cf. Figura H.6.1).

Além disso, regista-se que o aumento mais significativo ocorreu entre dezembro de 2011 (50 beneficiários/as) e dezembro de 2014 (635), tendo-se mantido a partir de dezembro de 2014 relativamente estável (embora com uma tendência para um ligeiro aumento), até dezembro de 2018 (696).

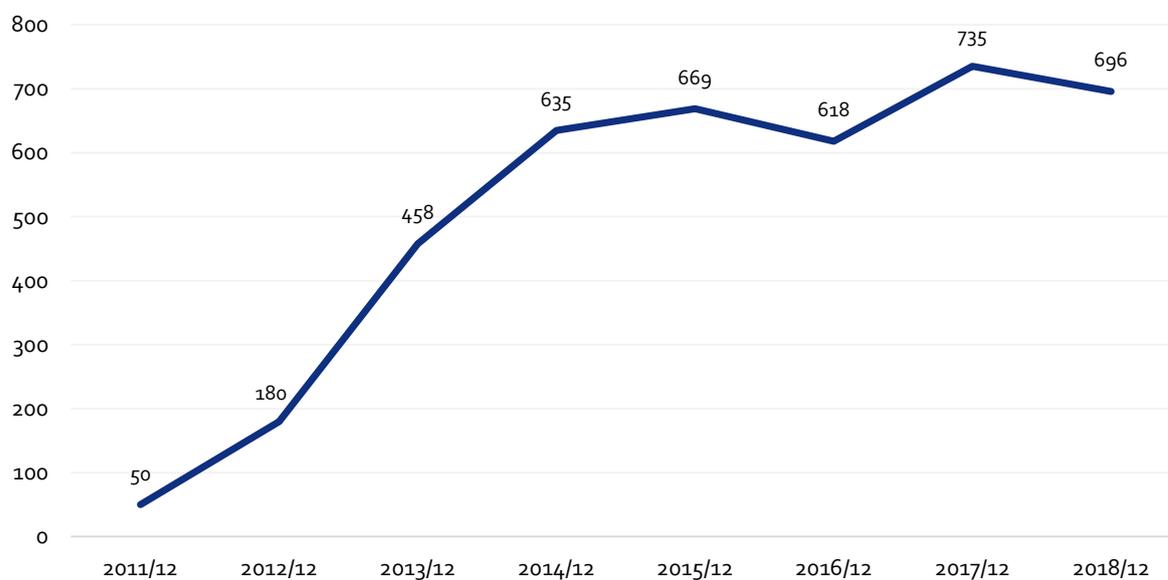


Figura H.6.1. Beneficiários/as de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhados pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, Porto, dezembro de 2011 a dezembro de 2018 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB)).

## CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DAS PESSOAS SEM-ABRIGO ACOMPANHADAS PELA EQUIPA DE SEM ABRIGO DO PORTO, EM DEZEMBRO DE 2018

Do total de 696 beneficiários/as de processos familiares ativos, a maioria eram do sexo masculino (581 ou 83.48%).<sup>69</sup>

Relativamente à idade, o grupo etário com a maior percentagem de beneficiários/as de processos familiares ativos era o grupo etário dos 25 aos 54 anos de idade (477 ou 68.53%), seguindo-se o grupo etário com 55 ou mais anos de idade (206 ou 29.6%). A maioria desses/as beneficiários/as eram solteiros/as (444 ou 63.79%). Adicionalmente, 163 (23.42%) eram divorciados/as e 59 (8.48%) eram casados/as.

Quanto à nacionalidade, a grande maioria dos/as beneficiários/as eram de nacionalidade portuguesa (647 ou 92.96%) e 49 eram de outras nacionalidades (7.04%).

Nos/as os/as beneficiários/as de processos familiares ativos com informação sobre o nível de escolaridade disponível (≈55%), mais de ¼ tinham o 1º ciclo de escolaridade (183 ou 26.29%) e ≈16 (109) tinham o 2º ciclo de escolaridade.

140

De acordo com os dados de um estudo realizado entre 2017 e 2018<sup>70</sup> a maioria das pessoas em situação de sem-abrigo (82.35%) não tinha tido ocupação profissional nos últimos 24 meses anteriores ao estudo, cerca de 6% tinham tido ocupação durante um a seis meses e outros 6% tinham tido ocupação de sete a 12 meses.

---

<sup>69</sup> Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB).

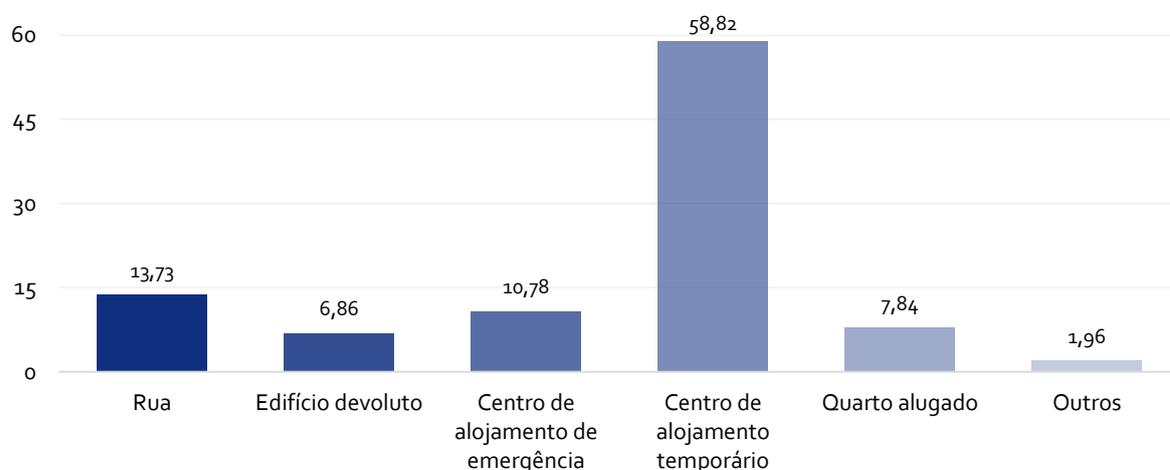
<sup>70</sup> Entre julho de 2017 e fevereiro de 2018, foram contactadas 149 pessoas em situação de sem-abrigo na cidade do Porto, das quais 102 participaram num estudo. Para acesso integral aos dados desse estudo consultar: Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto. Estudo elaborado pela Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental, para a Câmara Municipal do Porto.

## SITUAÇÃO HABITACIONAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO QUE PARTICIPARAM NO ESTUDO NO CONCELHO DO PORTO, EM 2018

Tal como se pode observar pela análise das Figuras H.6.2. e H.6.3., a maioria das pessoas em situação de sem-abrigo (58.82%) habitava em centros de acolhimento temporário, 13.73% das pessoas em situação de sem-abrigo residiam na rua e 10.8% residiam em centros de alojamento de emergência.

Quanto ao tempo de permanência na situação de habitação atual, 27.45% das pessoas em situação de sem-abrigo estavam na situação habitacional atual entre um e cinco anos, 16.67% entre 15 dias e um mês e 15.69% há mais de cinco anos.

Ainda relativamente à situação habitacional, 52 pessoas em situação de sem-abrigo (50.98%) disseram estar nessa situação pela primeira vez e as restantes 50 (49.02%) disseram que não era a primeira vez que estavam nessas circunstâncias.



141

Figura H.6.2. Pessoas em situação de sem-abrigo, por situação habitacional, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental<sup>71</sup>)

<sup>71</sup> Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

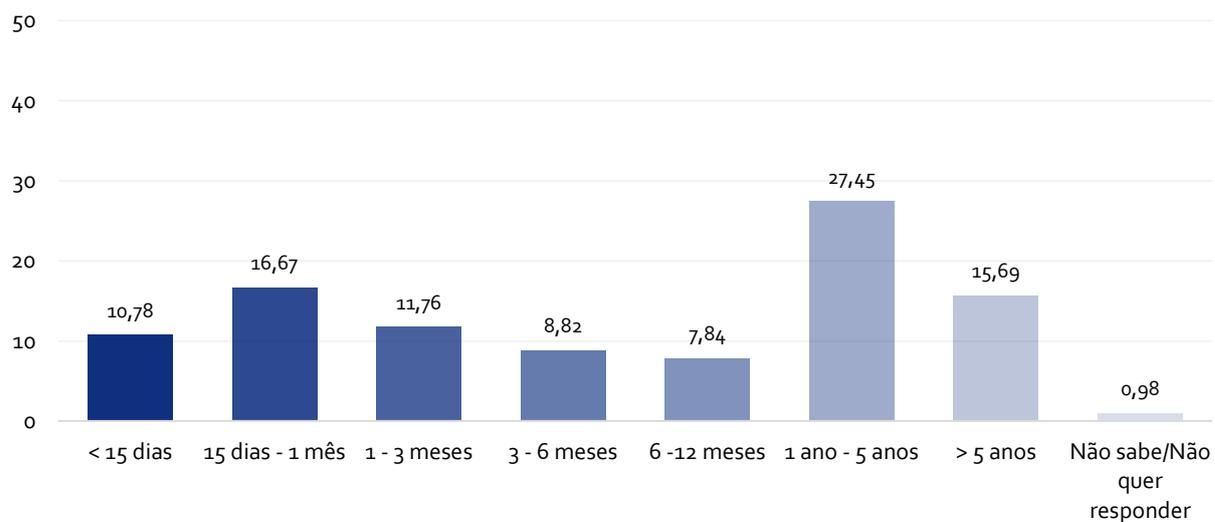
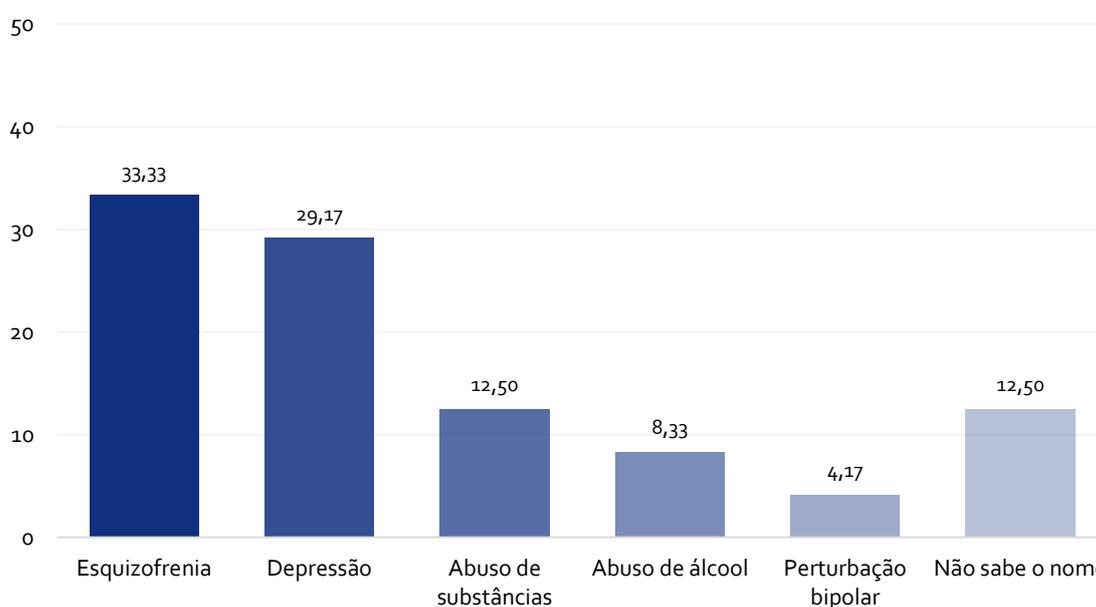


Figura H.6.3. Pessoas em situação de sem-abrigo, por tempo de situação sem-abrigo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental<sup>72</sup>)

<sup>72</sup> Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

## PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL DIAGNOSTICADOS E CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS NAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO NO CONCELHO DO PORTO, EM 2018

Na Figura H.6.4. constata-se que os problemas de saúde mental mais diagnosticados foram a esquizofrenia, com oito casos (33.3%) e a depressão, com sete casos (29.2%). Adicionalmente, 33 (32.4%) participantes referiram ter problemas de abuso de álcool e 27 (26.5%) referiram ter problemas de consumo de substâncias psicoativas. Quanto aos duplos diagnósticos, apenas 10 participantes (9.8%) tinham esse registo.



143

Figura H.6.4. Pessoas em situação de sem-abrigo, por problema de saúde mental diagnosticado, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental<sup>73</sup>)

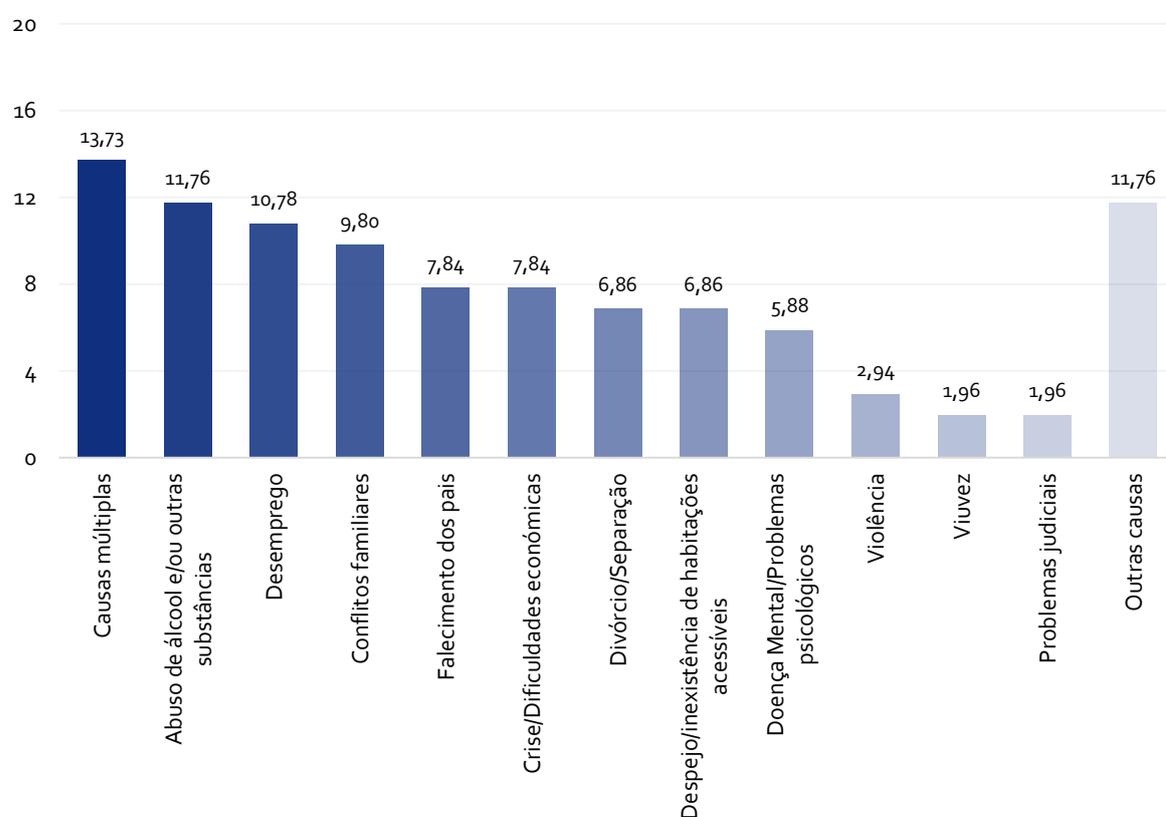
56 participantes (54.9%) referiram ter tido experiência de acompanhamento em consulta de psiquiatria (restantes 45 não tinham tido), 42 (41.2%) relevaram que tinham atualmente acompanhamento em consulta psiquiátrica e 26 (25.5%) mencionaram que tiveram pelo menos um episódio de internamento num serviço de psiquiatria.

<sup>73</sup> Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

78 participantes (76.5%) referiram estar inscritos num centro de saúde, 70 (68.6%) disseram ter médico de família (e 27, ou seja, 26.5% disseram não ter médico de família). Quanto à data do último contacto com o centro de saúde, 46 (45.1%) participantes referiram que esse contacto tinha ocorrido nos últimos três meses, 10 (9.8%) disseram que tinha ocorrido nos últimos quatro a seis meses, seis participantes (5.9%) nos últimos sete a 12 meses e 29 (28.4%) disseram que esse último contacto tinha ocorrido há mais de um ano.

## PRINCIPAL CAUSA DESENCADEADORA DA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO ATUAL NAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO NO CONCELHO DO PORTO, EM 2018

Da análise da Figura H.6.5. verifica-se que, entre as causas mais mencionadas pelos/as participantes, as causas múltiplas foram referenciadas como fator desencadeador em 13.73% das pessoas em situação de sem-abrigo. Segue-se as situações de abuso de álcool e/ou outras substâncias (11.76%), do desemprego (10.78%), dos conflitos familiares (9.8%) do falecimento dos pais e da crise/dificuldades económicas (7.84% cada).



145

Figura H.6.5. Pessoas em situação de sem-abrigo, por principal causa desencadeadora da situação de sem-abrigo atual, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental<sup>74</sup>)

<sup>74</sup> Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

## A.4.H.7. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO

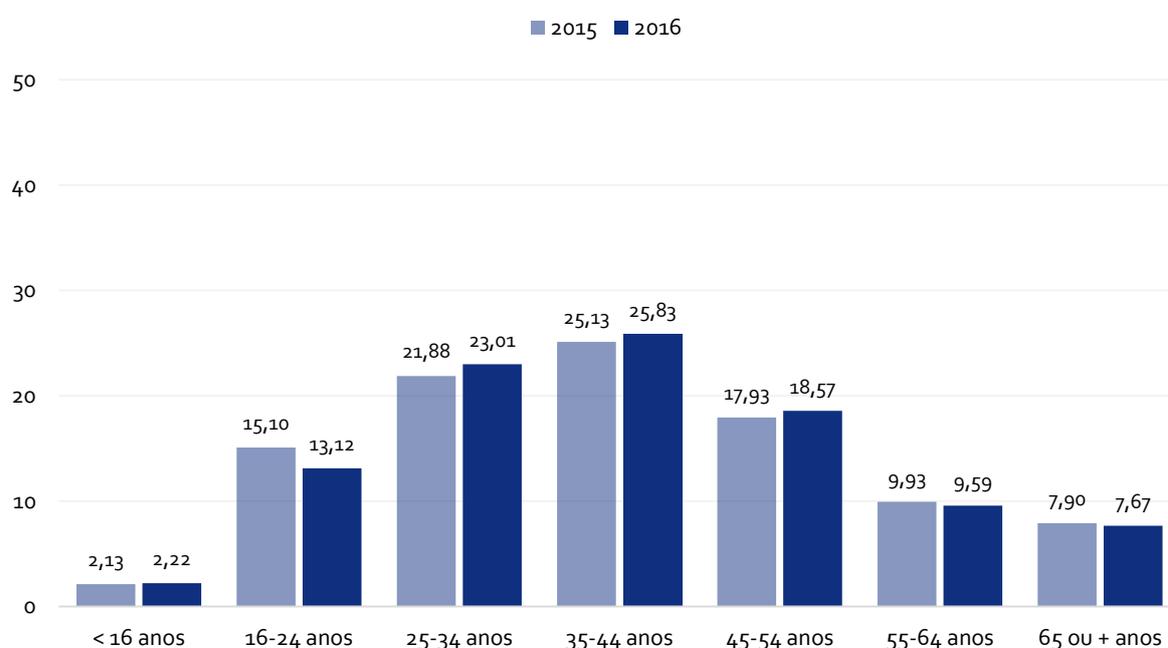
### SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- A maioria das vítimas eram mulheres, com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos (muito embora a violência sobre pessoas idosas representasse 8% das ocorrências), sem a escolaridade obrigatória, empregadas, solteiras ou casadas.
- Cerca de 20% das vítimas eram divorciadas e, relativamente ao tipo de relação com o/a agressor/a, metade das vítimas eram casadas(os) com o/a agressor/a ou companheiras/os do/a agressor/a.
- A União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória reportou a proporção mais elevada de ocorrências de agressão, sendo a residência particular o tipo de local onde ocorreram a maioria (≈75%) das agressões.
- Os tipos de violência mais prevalentes foram a violência psicológica/emocional, seguida da violência física, existindo também uma tendência de aumento para estes dois tipos de violência.
- A maioria dos/as agressores/as eram homens, com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, empregados/as, solteiros/as ou casados/as (embora 17% fossem divorciados/as).
- A União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória era o território onde residia a maior proporção de agressores/as, seguida das freguesias de Paranhos e Campanhã.

## VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DOMÉSTICA, POR SEXO E POR GRUPO ETÁRIO NO CONCELHO DO PORTO, EM 2015 E 2016

Em 80.12% das 991 participações registadas no concelho, a vítima era do sexo feminino (794 casos) e em 19.88% era do sexo masculino (197 casos).

Como se pode observar na Figura H.7.1., em 2016, quase metade das vítimas (48.84%) tinham idade compreendida entre os 25 e os 44 anos (23.01% tinham idade entre os 25 e 34 anos e 25.83% tinham idade entre os 35 e 44 anos). Todavia, destaca-se também a faixa etária entre os 45 e os 54 anos com 18.57% dos casos (184) e a faixa etária entre os 16 e 24 anos com cerca de 13.12% (130 casos).



147

Figura H.7.1. Vítimas de violência de gênero e doméstica, por grupo etário, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Relativamente a crimes de violência de gênero e doméstica contra pessoas com 65 anos ou mais, contabilizaram-se, em 2016, 76 participações (7.67%).

Em termos de evolução, entre 2015 e 2016, ocorreram aumentos no número das vítimas na faixa etária com idade inferior a 16 anos e nas faixas etárias dos 25 aos 34 anos, dos 35 aos 44 anos e dos 45 aos 54 anos. Por outro lado, diminuiu o número de vítimas nas faixas etárias dos 16 aos 24 anos, dos 55 aos 64 anos e nas vítimas com 65 ou mais anos de idade. Destaca-se a redução de 12.75%

no número de vítimas na faixa etária entre os 16 e os 24 anos (de 149 para 130) e o aumento de 5.56% na faixa etária entre os 25 e os 34 anos (de 216 para 228).

## ESTADO CIVIL DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÉNERO E DOMÉSTICA NO CONCELHO DO PORTO, EM 2015 E 2016

Relativamente ao estado civil das vítimas, através da Figura H.7.2., constata-se que, em 2016, 43.79% das vítimas eram solteiras, 29.67% eram casadas e 18.97% eram divorciadas.

Comparando 2015 e 2016, verifica-se que ocorreu uma diminuição de 5.47% e de 5.03% no número das vítimas que eram casadas (de 311 para 294) e que eram solteiras (de 457 para 434), respetivamente.

Contrariamente, ocorreu um aumento de 27.89% e de 50%, respetivamente, no número de vítimas que eram divorciadas (de 147 para 188) e viúvas (de 22 para 33).

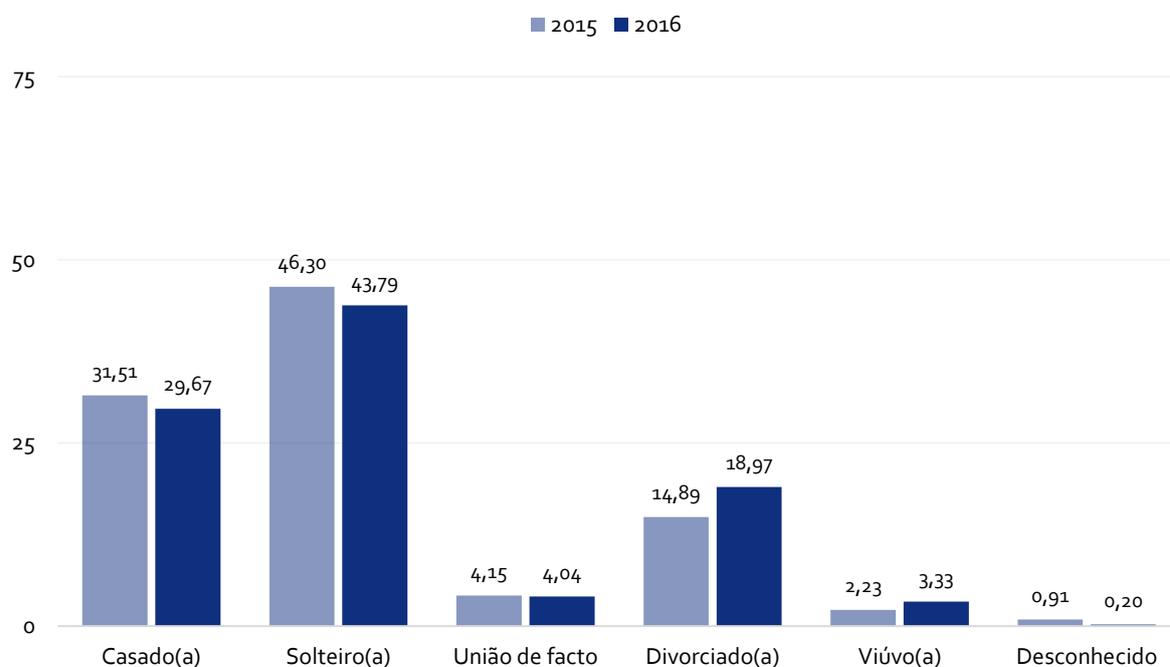
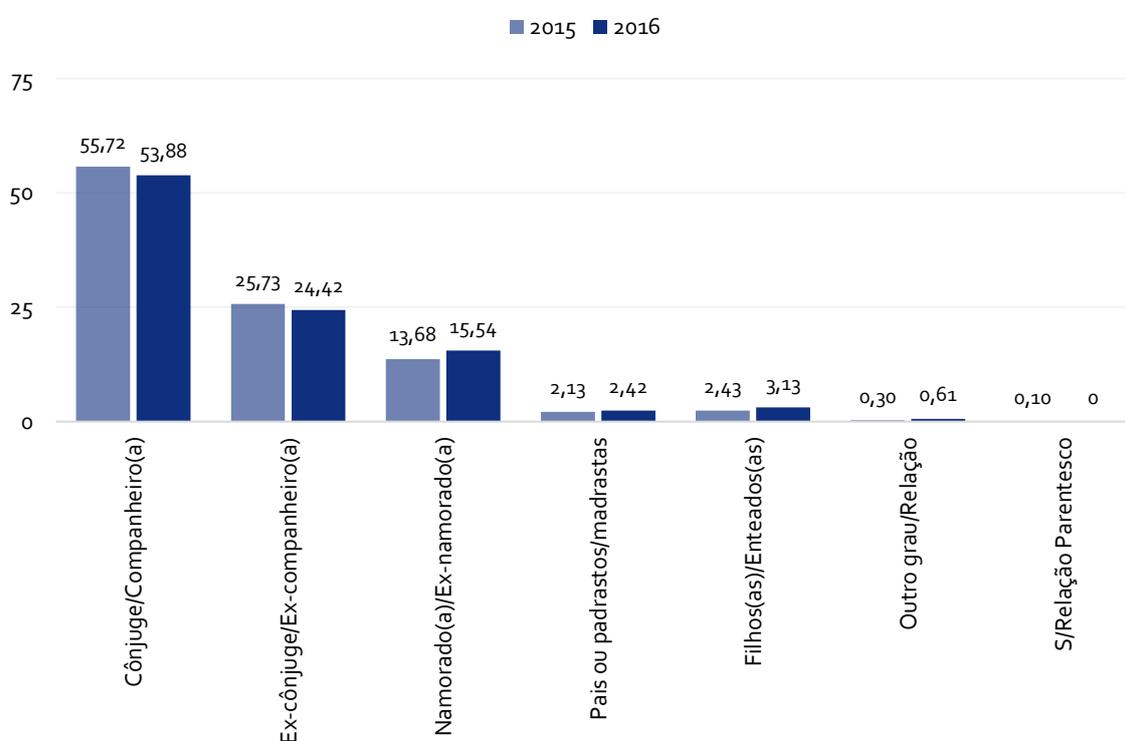


Figura H.7.2. Vítimas de violência de género e doméstica, por estado civil, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

## RELAÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DOMÉSTICA COM O/A AGRESSOR/A NO CONCELHO DO PORTO, EM 2015 E 2016

Relativamente à relação da vítima com o/a agressor/a, analisando a Figura H.7.3., verifica-se que, em 2016, em 53.88% dos casos o/a agressor/a era cônjuge/companheiro/a da vítima, em 24.42% era ex-cônjuge/ex-companheiro/a da vítima, em 15.54% era namorado/a ou ex-namorado/a da vítima, em 3.13% eram filho(a)/enteado(a) da vítima e em 2.42% eram pai ou padrasto/mãe ou madrasta da vítima.



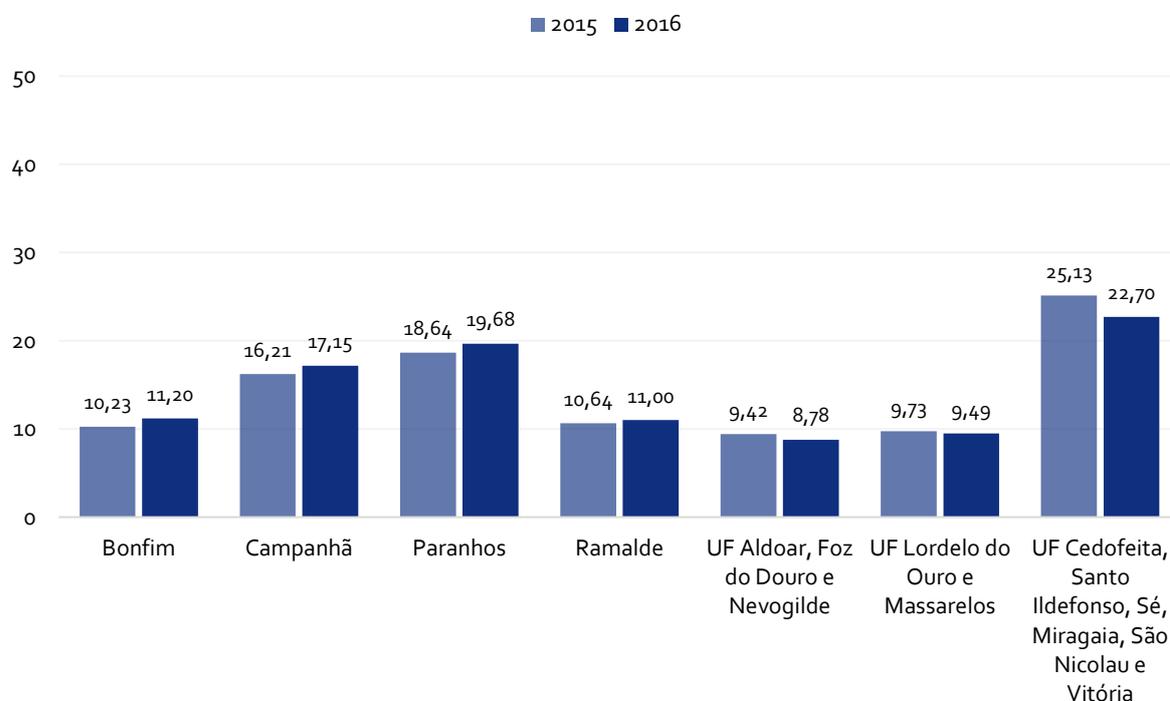
150

Figura H.7.3. Vítimas de violência de gênero e doméstica, por relação com o agressor, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Destaca-se que, entre o ano de 2015 e 2016, ocorreu uma diminuição de 2.91% e 4.72% nas relações de conjugalidade (de 550 para 534 casos) e ex-conjugalidade (de 254 para 242 casos), respetivamente, e um aumento de 14.07% nas relações de namoro (de 135 para 154 casos).

## OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DOMÉSTICA, POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2015 E 2016

No que concerne às freguesias/uniões de freguesia das ocorrências registadas pelas autoridades competentes, verifica-se que a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória foi a que teve o maior número de casos em 2016, com 225 (22.70%). Segue-se a freguesia de Paranhos com 195 casos (19.68%) e a freguesia de Campanhã com 170 casos (17.15%). Estas três freguesias/uniões de freguesia perfizeram um total de 59.54% das ocorrências registadas (cf. Figura H.7.4.).



151

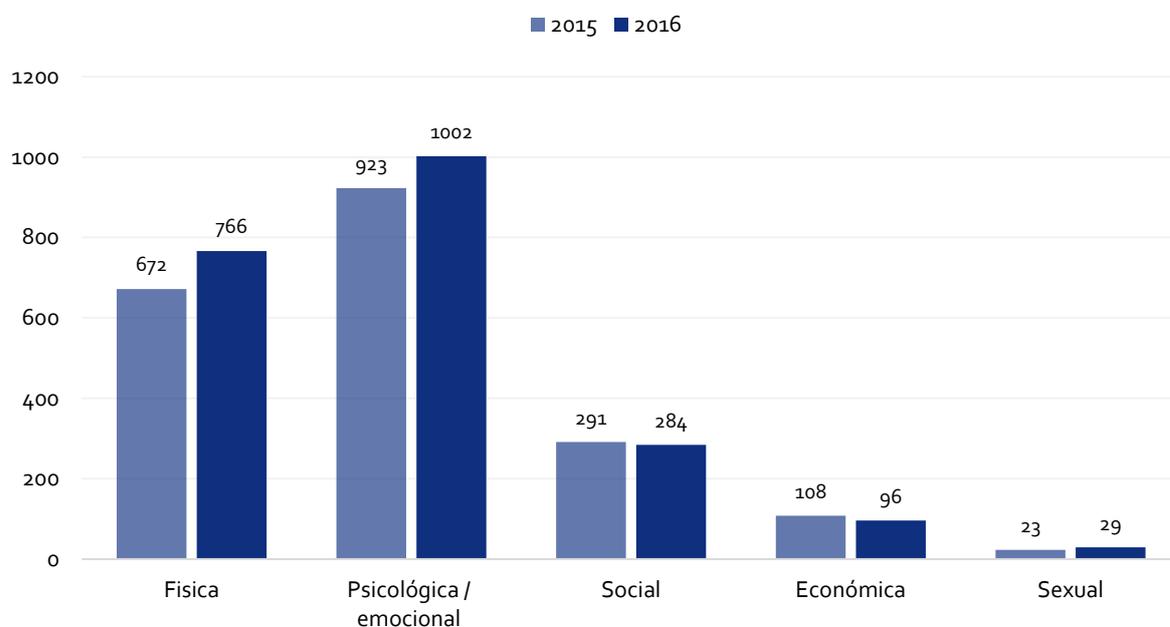
Figura H.7.4. Ocorrências, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Em termos da evolução no número de ocorrências, entre 2015 e 2016, ocorreu um aumento de 2.08% em Paranhos (de 96 para 94 ocorrências) e de 3.81% na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (de 105 para 109 ocorrências).

## OCORRÊNCIAS POR TIPO DE VIOLÊNCIA NO CONCELHO DO PORTO, EM 2015 E 2016<sup>75</sup>

Da análise da Figura H.7.5. constata-se que, nos dois anos em análise, a violência psicológica/emocional foi a que teve o maior número de ocorrências (923, em 2015 e 1 002, em 2016), seguida da violência física (672 e 766, respetivamente em 2015 e 2016).

Adicionalmente, também se regista que para estes dois tipos de violência ocorreu um aumento no número de ocorrências (14% e 8.6%, respetivamente para violência física e violência psicológica/emocional). Os três restantes tipos de violência tiveram uma expressão menor ao nível do número de ocorrências e existiu uma tendência de diminuição (exceto para as ocorrências de violência sexual).



152

Figura H.7.5. Ocorrências, por tipo de violência, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

<sup>75</sup>De notar que, devido à forma como é feito o registo das ocorrências, pode não haver uma correspondência exata entre o número de participações e o registo do número relativo ao tipo de violência.

## OCORRÊNCIAS, POR LOCAL DA OCORRÊNCIA NO CONCELHO DO PORTO, EM 2015 E 2016

Partindo da observação da Figura H.7.6., verifica-se que, em 2016, o local de ocorrência mais referenciado pelas vítimas foi a residência particular, com 74.37% dos casos registados (737) e a via pública com 18.06% das ocorrências (179).

Em termos comparativos, entre 2015 e 2016, destaca-se apenas um aumento de 6.55% na ocorrência de agressões em via pública (de 168 para 179 ocorrências).

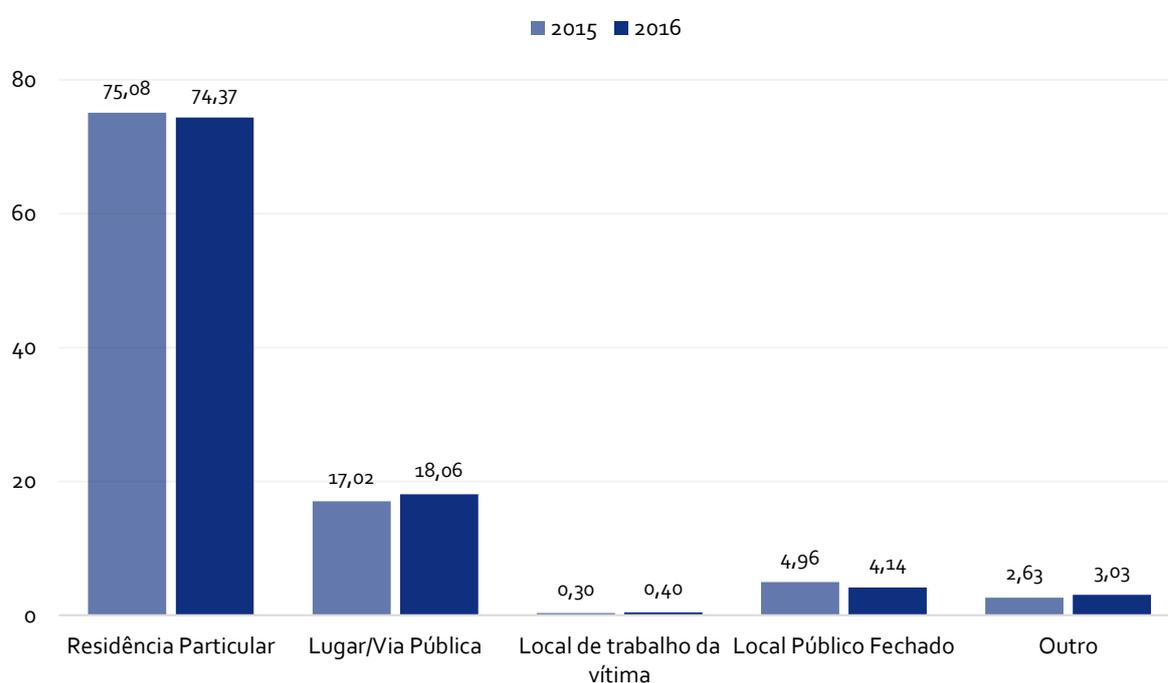
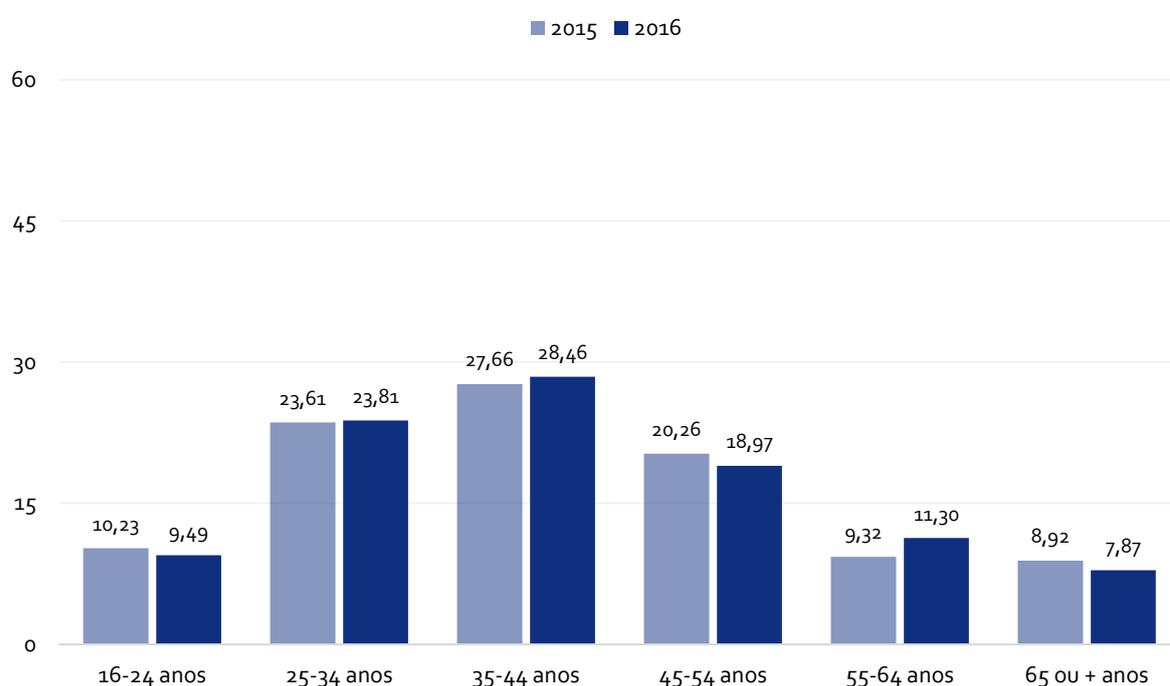


Figura H.7.6. Ocorrências, por local da ocorrência, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

## AGRESSORES/AS POR SEXO E POR GRUPO ETÁRIO NO CONCELHO DO PORTO, EM 2015 E 2016

Relativamente aos/às agressores/as, verifica-se que, em 2016, 80.12% eram do sexo masculino e 19.88% eram do sexo feminino.

Na Figura H.7.7. apresenta-se que, em 2016, 52.27% dos/as agressores/as tinham entre 25 e 44 anos de idade (23.81% tinham entre os 25 e 34 anos 29.46% tinham entre os 35 e 44 anos), sendo estas as faixas etárias com maior prevalência de agressores/as.



154

Figura H.7.7. Agressores/as, por grupo etário, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

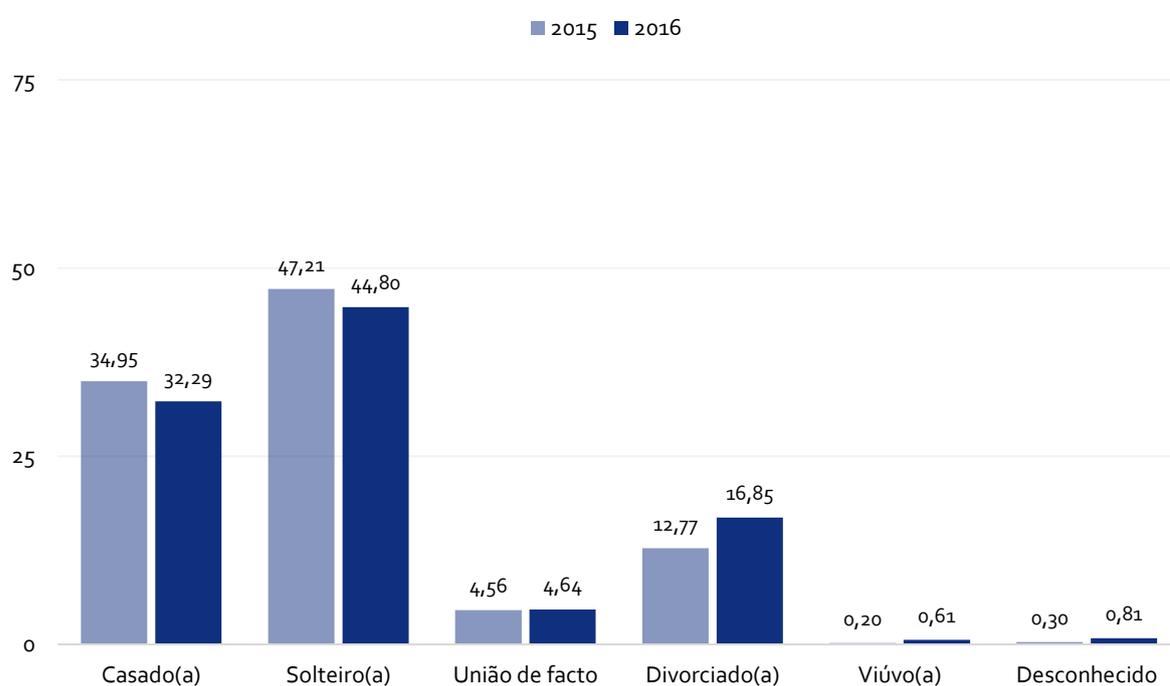
Contudo, evidencia-se também a faixa etária entre os 45 e os 54 anos, com 18.97% dos casos e a faixa entre os 55 e os 64 anos, com 11.30% dos/as agressores/as. Na faixa etária com 65 ou mais anos existiram 78 agressores/as (7.87%). Contrariamente à caracterização das vítimas, não se verifica a existência de agressores/as com idade inferior a 16 anos.

Comparando 2015 e 2016, verifica-se uma diminuição de 6% (de 200 para 188) e de 11.36% (de 88 para 78) no número de agressores/as nas faixas etárias entre os 45 e os 54 anos e com 65 ou mais anos, respetivamente, enquanto na faixa etária dos 55 aos 64 anos ocorreu um aumento de 21.74% (de 92 para 112 agressores/as).

## ESTADO CIVIL DOS/AS AGRESSORES/AS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2015 E 2016

Através da observação da Figura H.7.8. verifica-se que, em 2016, 44.8% dos/as agressores/as eram solteiros/as, 32.29% eram casados/as e 16.85% eram divorciados/as.

Entre 2015 e 2016, observou-se uma diminuição de 7.25% (de 345 para 320 casos) e de 4.72% (de 466 para 444 casos) no número de agressores/as casados/as e solteiros/as, respetivamente, e um aumento de 32.54% nos/as agressores/as divorciados/as (de 126 para 167 casos).



155

Figura H.7.8. Agressores/as, por estado civil, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

## AGRESSORES/AS POR FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONCELHO DO PORTO, EM 2015 E 2016

No que concerne à freguesia/união de freguesias de residência do/a agressor/a, verifica-se na Figura H.7.9. que, em 2016, 23.92% dos/as agressores/as residia na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 21.59% tinha residência na freguesia de Paranhos, 16.25% residia na freguesia de Campanhã e 11.50% residia na freguesia de Ramalde.

Comparando os anos de 2015 e 2016, registou-se um aumento de 13.23% no número de agressores/as residentes na freguesia de Paranhos (de 189 para 214 casos) e uma diminuição de 11.43% no número dos/as agressores/as residentes na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (de 105 para 93 casos).

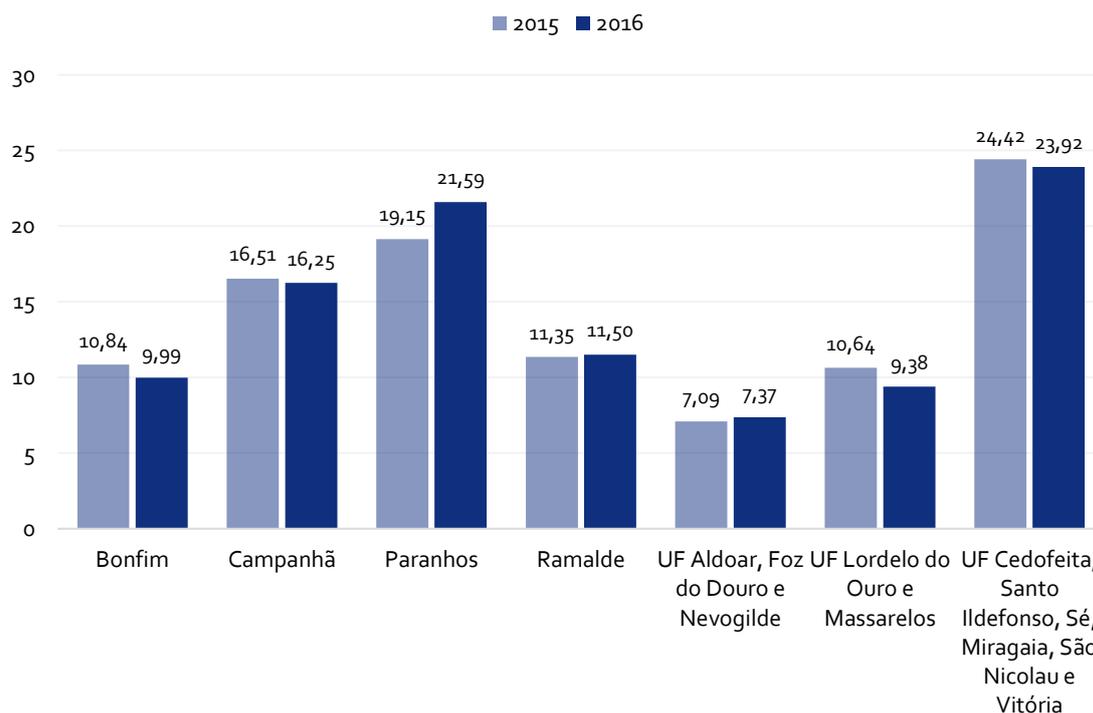


Figura H.7.9. Agressores/as, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

**A.5. DEFINIÇÃO DE EIXOS ESTRUTURANTES, AÇÕES  
ESTRATÉGICAS E DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS DE  
INTERVENÇÃO**

Se o Programa Rede Social concretiza a ideia de que a responsabilidade pelo desenvolvimento e coesão social de um território deve ser imputada à sociedade, no sentido lato, e não somente a algumas entidades com respostas diretamente vocacionadas para a intervenção social, a elaboração do Plano que desenha e operacionaliza a estratégia da Rede deve assentar na mobilização dos intervenores locais e da própria comunidade. O objetivo último é sempre a promoção da partilha de esforço, do sentido de responsabilidade social e a própria capacitação da Rede para o trabalho “em rede”. O desenvolvimento e reforço de uma identidade coletiva enquanto Rede Social Porto será o corolário deste tipo de processos.

## PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL E MONITORIZAÇÃO DO PERFIL DA REALIDADE SOCIAL

Ao nível da **participação da comunidade**, aqui entendida como pessoas direta ou indiretamente beneficiárias da ação social local, optou-se por uma estratégia de auscultação não tanto focada na consulta prévia por modalidade coletiva (por exemplo, através da realização de fóruns de participação) mas antes por uma modalidade individual faseada no tempo e altamente sustentada em evidência.

A sustentação em evidência provém de um conjunto de estudos que têm vindo a ser realizados pelo Município no âmbito da sua estratégia de atuação (por exemplo, o Projeto AIIA) mas, essencialmente, baseia-se na designada componente de **Monitorização do Perfil da Realidade Social** associada ao Observatório Permanente de Desenvolvimento Social. Esta componente assenta no objetivo de, progressivamente, realizar estudos de caracterização do perfil e da realidade de grupos ou comunidades sociais para os quais a informação existente seja escassa ou imprecisa. Para 2019 propôs-se a elaboração do primeiro Perfil da Realidade Social Local do Porto sustentado na participação individual de uma amostra representativa das cidadãs e dos cidadãos seniores do território, por meio da sua resposta voluntária a um Inquérito de Larga Escala (ILE).

Já a participação da comunidade enquanto componente integrante do próprio documento verifica-se concretamente Ação Estratégica 3 do eixo Estruturante 1 (cf. Capítulo C), através de um objetivo transversal a todas as Unidades Operacionais de Intervenção, que se materializa na iniciativa designada por “Dar Voz ao Porto”. Esta resposta, desenvolvida pelas entidades parceiras da RSPorto, assenta na promoção de mecanismos facilitadores da cidadania e da participação ativa das “pessoas beneficiárias” ao nível do planeamento, da coexecução e da avaliação das iniciativas de que são alvo.

## PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES PARCEIRAS DA REDE SOCIAL: ETAPAS-CHAVE DO PROCESSO

A mobilização das entidades parceiras da RSPorto foi um processo que esteve patente nas várias componentes e nas diferentes etapas de execução do Projeto Desenvolvimento Social Inclusivo.Porto. Esta verificou-se, por exemplo, através do fornecimento de indicadores para o Diagnóstico à Realidade Social, ou pelo envio de Planos de Atividade (ou documentos similares) essenciais para a elaboração do Mapeamento e Perfil das Respostas da Rede Social do Porto (e, indiretamente, para a alimentação do Observatório Permanente de Desenvolvimento Social).

Neste ponto é importante focar em particular os **Processos Intencionais de Participação** que sustentaram o desenvolvimento do PDS.Porto e que estarão na base da elaboração do Plano de Ação 2019. É fundamental que os parceiros da Rede participem ativamente na definição de linhas estruturantes do PDS pois, na prática, serão estes os “executores” dos Planos de Ação anuais nos quais se materializa uma estratégia concertada para a ação social local.

Entre março de 2018 e fevereiro de 2019, realizaram-se 6 **Sessões Plenárias** que contaram com a participação de mais de 65% das entidades da RSPorto. Numa fase inicial, em plenário, era transmitida informação pertinente sobre o projeto e sobre o ponto de situação dos trabalhos ou realizava-se a comunicação de resultados preliminares. Num segundo momento, as/os participantes eram organizadas/os por pequenos grupos e, com o apoio de facilitadoras/es da equipa do SINCLab, eram convidadas/os a dar o seu contributo sobre determinado tópico.

159



Figura A.5.1. Representação esquemática empregue na dinamização dos trabalhos da primeira Sessão Plenária.

A primeira Sessão Plenária focou-se na **identificação e operacionalização dos eixos estruturantes do PDS.Porto**, partindo de uma análise crítica dos planos anteriores (cf. Figura A.5.1) e no estabelecimento da metodologia de trabalho para a posterior elaboração do Plano de Ação.

Na segunda sessão apresentou-se a **primeira versão do Diagnóstico à Realidade Social**, tendo por base estatísticas públicas e solicitou-se a identificação de informação lacunar relativa a grupos ou comunidades em situação de potencial vulnerabilidade para integrar na **Monitorização do Perfil da Realidade Local**.

Como se ilustra na Figura A.5.2, em continuidade com a primeira sessão, na terceira Sessão Plenária voltou a focar-se o trabalho no processo de coconstrução do PDS.Porto, concretamente da **definição de ações operativas para integrar o Eixo Estruturante relativo à promoção do funcionamento em rede**. Nesta sessão surgiu um conjunto de propostas de ações operativas particularmente relevantes, tradutoras da assunção da necessidade de uma estratégia intencionalizada de consolidação da construção de uma missão e de uma visão comum a todos os parceiros, capaz de potenciar a atuação de cada entidade.

160



Figura A.5.2. Representação esquemática empregue na dinamização dos trabalhos da terceira Sessão Plenária.

A quarta Sessão Plenária começou com a apresentação da primeira versão do **Perfil das Respostas Sociais**, seguindo-se, em complementaridade com o encontro anterior, a **definição de ações operativas a integrar no Eixo Estruturante relativo aos Domínios Prioritários de Intervenção**. O processo de identificação, individual num primeiro momento e, posteriormente, em pequeno grupo, deveria contemplar ações operativas eficazes e/ou inovadoras e/ou em défice.

Na sessão seguinte procedeu-se à devolução dos principais resultados da tarefa realizada anteriormente. A análise dos dados reunidos com os participantes permitiu inferir que das cerca de 80 propostas de ações operativas, 34 reportavam-se a **respostas de funcionamento e processos**<sup>76</sup>, 22 de **ações ao nível de estruturas e equipamentos**<sup>77</sup>; 14 eram relativas a **ações do âmbito da capacitação/formação** e 5 a **necessidades de diagnóstico e mapeamento**. Posteriormente a sessão foi dedicada à definição do modelo de funcionamento operacional e de governação da implementação do PDS.Porto.

Estando reunidos os dados suficientes para o desenho da estrutura concetual e operacional do Plano realizou-se uma última sessão plenária para apresentação e discussão da proposta do PDS.Porto. Este mesmo documento foi posteriormente remetido para todas as entidades parceiras com a solicitação de sugestões, comentários ou pedido de esclarecimentos. É importante destacar que esta sexta **Sessão Plenária contou com cerca de 120 participantes**, entre parceiros, elementos do Núcleo Executivo e representantes das Unidades Orgânicas e entidades participadas do Município do Porto com respostas vocacionadas para a intervenção social.<sup>78</sup>

No âmbito do desenvolvimento de dinâmicas colaborativas de trabalho com as entidades da RSPorto destacam-se ainda um conjunto de 8 a 10 reuniões de trabalho que ocorreram entre janeiro e fevereiro de 2019 dedicadas à **discussão dos Objetivos Gerais e Específicos de cada um dos 8 Domínios Prioritários de Intervenção**. Nestas reuniões estiveram presentes, para além da equipa do SINCLab e da Divisão Municipal de Gestão da Rede Social, representantes das entidades que facultam respostas sociais para os grupos-alvo em análise.

Ao longo de todo o percurso de construção do Plano destaca-se o **envolvimento da Departamento Municipal de Coesão Social** e concretamente da **Divisão Municipal de Gestão da**

---

<sup>76</sup> Respostas operativas que abrangem dimensões processuais ou de funcionamento das estruturas que asseguram as respostas sociais. Dizem respeito às interações que ocorrem no seio das instituições e aos processos de funcionamento interinstitucional ou em rede. A este nível as respostas operativas focam-se nos “modos de funcionamento” através da implementação, reorganização ou potenciação dessas modalidades de funcionamento, interação ou processos organizacionais.

<sup>77</sup> Respostas operativas que incidem sobre dimensões estruturais, incluindo as características físicas e ambientais dessas estruturas. Genericamente estas respostas operativas focam-se na criação, adaptação ou rentabilização das referidas estruturas ou equipamentos. Referem-se, portanto, a características mais estáveis dos contextos que estabelecem condições básicas consideradas adequadas para a prossecução ou potenciação das respostas sociais.

<sup>78</sup> Em dezembro realizou-se uma apresentação do projeto e da estrutura concetual e operacional do PDS.Porto aberta a todas as Unidades Orgânicas da CMP, bem como às diversas Entidades Participadas, no sentido de criar e consolidar sinergias colaborativas intersectoriais.

**Rede Social** como interlocutor crucial em todas as componentes operativas, nas funções de mediação e facilitação, por um lado e, nas de colaboração e experimentação, por outro.

**B. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO  
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**2019-2023**

Como se vem demonstrando até aqui, um Plano de Desenvolvimento Social de uma Rede Social Local deve ser um plano estratégico eminentemente coconstruído e resultante de um processo de efetiva participação dos diferentes agentes que se corresponsabilizam pela implementação da estratégia que ele preconiza. Tratando-se o PDS de um dispositivo de **concertação estratégica**, é fundamental que se reúnam condições operativas para que este seja sustentável. De facto, trata-se de um modelo de concertação exigente não só porque envolve parceiros com grande heterogeneidade entre si (na sua dimensão e recursos, na amplitude territorial da sua ação, na abrangência de domínios de ação e de públicos-alvo, etc.), mas também porque estes assumem nele um nível de participação e de compromisso que consideram o mais adequado à sua própria missão.

Assim, tanto a eficácia do PDS.Porto na prossecução dos objetivos de desenvolvimento, de inclusão e de coesão social que preconiza para a Cidade, como a eficiência nos processos postos em marcha para os alcançar, requerem a definição de uma estratégia que garanta a sustentabilidade da sua implementação. Para tal, considerou-se necessária a articulação de dois mecanismos de natureza distinta: por um lado um **Modelo de Governação e Dinamização** da implementação do PDS que contemple diferentes níveis de participação das entidades parceiras da rede e, por outro, procedimentos de **Monitorização**, de **Acompanhamento** e de **Avaliação** que concorram para essa implementação, reunindo-se indicadores que permitam aferir tanto a eficiência nos processos, como a eficácia da estratégia planeada na prossecução dos objetivos que se definiram.

## **B.1. MODELO DE GOVERNAÇÃO E DINAMIZAÇÃO**

Desde logo na Resolução do Conselho de Ministros (RCM, 197/97) que, há mais de duas décadas, estabeleceu os pressupostos-base que deveriam sustentar a criação do que viria a ser o Programa Rede Social Local, os conceitos de **parceria, cooperação e partilha de responsabilidade** surgem como princípios fundacionais.<sup>79</sup> Mais tarde, quando o Núcleo da Rede Social (NRS) apresenta a estrutura e estratégia deste Programa, são definidos um conjunto de princípios orientadores da ação das redes sociais locais, entre os quais os princípios da **Articulação** e da **Participação** são particularmente relevantes na definição de um modelo de governação do PDS (cf. NRS, 2001).<sup>80</sup>

Os princípios inicialmente propostos pelo NRS são retomados e alargados quando, em 2006 (após a designada fase experimental), o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social aprofunda o conceito da Rede Social enquanto ferramenta estratégica para o desenvolvimento social local que, expectavelmente, deve impactar nas políticas sociais ao nível nacional. Com o Decreto-Lei nº 115/2006 são desenvolvidos e estabelecidos tanto o modelo de estruturação da rede social, como o seu modelo de funcionamento, sendo possível inferir que, neste último, se define o **PDS enquanto dispositivo de consolidação de uma orientação para políticas sociais locais assentes na concertação estratégica entre parceiros do território.**

No Regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social do Município do Porto, que se inscreve nos pressupostos daquele decreto-lei, encontra-se um conjunto de preceitos que enquadram tanto a estrutura como o funcionamento da Rede Social do Porto. Entre estes, considerou-se fundamentais para a definição de um modelo de governação do PDS.Porto, os preceitos que definem os papéis que devem assumir o Município (enquanto “pivô” da Rede Social), o Núcleo Executivo e os Grupos de Trabalho, tanto no funcionamento da rede social, como na implementação do seu plano estratégico.<sup>81</sup>

#### UM MODELO PARTICIPADO E ASSENTE NA ARTICULAÇÃO ENTRE AS COMPONENTES OPERACIONAL, METAOPERACIONAL, CONSULTIVA E DELIBERATIVA

Definiu-se que o modelo de governação e dinamização da implementação do PDS.Porto deveria sempre estar alinhado com o enquadramento mais amplo que acima se sintetizou e também que a sua elaboração deveria resultar de dois procedimentos fundamentais: por um lado, deveria ser sustentado nos contributos da discussão entre os parceiros da rede que participaram nas sessões de trabalho com este objetivo concreto e, por outro, deveria ser perspetivado enquanto

---

<sup>79</sup> Resolução do Conselho de Ministro nº 197/97. Diário da República – I Série B, nº 267, 18-11-1997.

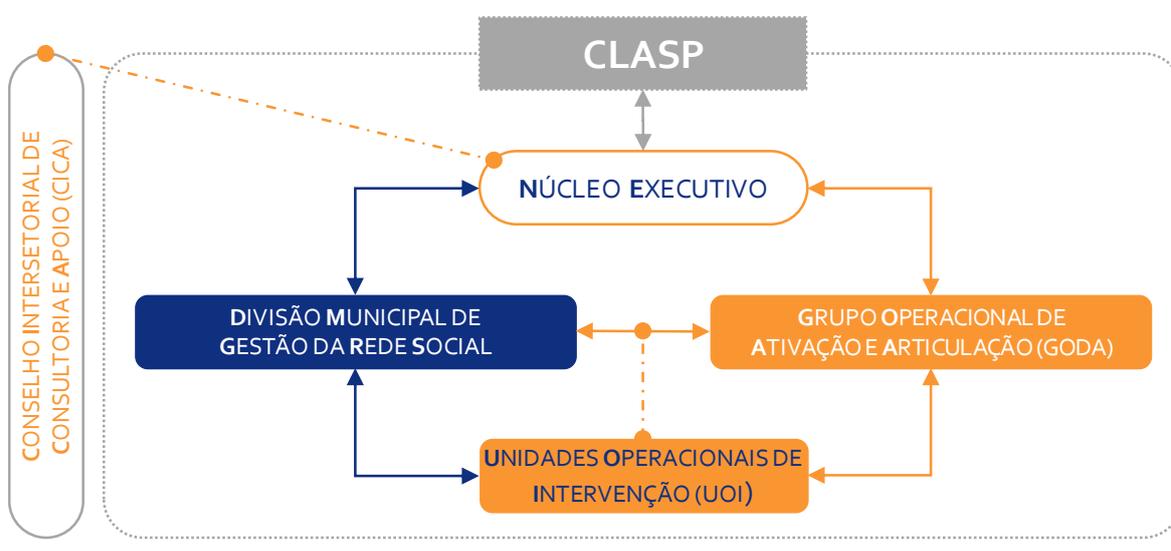
<sup>80</sup> Núcleo da Rede Social (2001). Programa Rede Social. Lisboa: Instituto de Desenvolvimento Social.

<sup>81</sup> Conselho Local de Ação Social do Município do Porto (2007). Regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social do Município do Porto.

desenvolvimento dos modelos de governação empregues nos PDS anteriores, procurando-se ultrapassar constrangimentos e potenciar as mais-valias ali identificadas.

Desse trabalho de concertação de ideias acerca da estratégia a adotar, resultou o Modelo de Governação e Dinamização que se esquematiza na Figura B.1. Como pode constatar-se nessa figura, o modelo compreende 6 elementos para os quais foram definidas funções do tipo operacional, metaoperacional, consultiva e deliberativa, que têm atribuições diferenciadas nas estratégias de implementação do PDS.

#### IMPLEMENTAÇÃO DO PDS.PORTO<sup>2019-2023</sup> MODELO DE GOVERNAÇÃO E DINAMIZAÇÃO



167

Figura B.1. Representação esquemática do Modelo de Governação e Dinamização do Plano de Desenvolvimento Social 2019-2023.

(1) **Elementos Operacionais** – As Unidades Operacionais de Intervenção (UOIs), o Grupo Operacional de Ativação e Articulação (GOAA) e a Divisão Municipal de Gestão da Rede Social, são os três elementos eminentemente operacionais. Ou seja, os parceiros da rede que compõem estes “grupos de trabalho” desenvolverão atividades direta ou indiretamente ligadas à operacionalização do PDS através das ações que estão inscritas no Plano de Ação anual. A ação destes três elementos será estreitamente articulada tanto porque codesenvolverão atividades no âmbito do PDS, como pelo facto de se ter definido que existirão parceiros que pertencem a mais do que um destes grupos.

Todas as entidades parceiras interessadas em desenvolver um trabalho concertado e articulado com outros parceiros da rede e enquadrado na estratégia do PDS irão ter a oportunidade de

integrar uma ou mais das **UOI - Unidades Operacionais de Intervenção**. Será constituída uma UOI para cada um dos 8 Domínios Prioritários de Intervenção que compõem o PDS.Porto<sup>2019-2023</sup> (cf. Capítulo C). Partindo da experiência de trabalho das UOIs nos PDS anteriores, definiu-se que cada uma destas poderá seguir o modelo de funcionamento e de organização que considerar mais adequado à sua ação e à articulação entre as entidades que a compõem.

Cada UOI deverá designar um/a representante que irá também integrar o **GOAA - Grupo Operativo de Ativação e Articulação** da implementação do PDS.Porto. Como o nome indica, este grupo de trabalho, constituído por 8 representantes das UOIs e por um representante da Divisão Municipal de Gestão da Rede Social (ou de uma outra divisão do Departamento Municipal de Coesão Social) funcionará em estreita articulação com o Núcleo Executivo e assumirá um papel determinante na execução das Ações Estratégicas do Eixo Estruturante 1 (cf. Capítulo C), que, no seu todo, remetem para a consolidação das dinâmicas de trabalho em rede.

A equipa da **Divisão Municipal de Gestão da Rede Social** terá funções pivô na dinamização e consolidação do trabalho das várias UOIs, na concertação estratégica de sinergias entre elas e ainda na “mediação” da relação entre estas e o Núcleo Executivo. Esta função de agilização da comunicação e do acesso bidirecional entre as UOIs e o NE deverá ser estreitamente articulada e partilhada com o GOAA.

168

- (2) **Elemento Metaoperacional** – O Núcleo Executivo, tal como inscrito na orientação estratégica do próprio Programa Rede Social, assumirá a função de acompanhamento próximo do desenvolvimento e da execução das ações no terreno, tendo em vista o seu devido enquadramento na estratégia global desenhada no PDS. O NE não tem uma ação eminentemente operativa, mas antes a de potenciar que se reúnam as condições para que as ações das UOIs, e da Rede Social no sentido mais alargado, se concretizem.
- (3) **Elemento Consultivo** – Tendo em vista fomentar condições favoráveis a uma implementação eficaz do PDS, será criado um novo elemento designado de **CICA - Conselho Intersectorial de Consultoria e Apoio** (CICA). A constituição do CICA assenta na motivação dos parceiros em potenciar as sinergias colaborativas entre a rede social local e um conjunto de atores sociais com competências especializadas em determinados setores ou que promovem respostas sinalizadas como potencialmente importantes para o desenvolvimento e coesão social do território. Considerou-se que a inclusão deste “elemento externo” no modelo deverá ser dinamizada fundamentalmente pelo Núcleo Executivo e também que o CICA deve recorrer

tanto a direções / departamentos / divisões municipais ou entidades participadas pelo Município, como a outros parceiros estratégicos do território que não se encontrem integrados na Rede Social do Porto, mas que demonstrem disponibilidade para colaborar com ela no processo de implementação do PDS.

(4) **Elemento Deliberativo** – Naturalmente, o Modelo de Governação e Dinamização inclui o Conselho Local de Ação Social do Município do Porto, no sentido mais alargado do que é a própria Rede Social. O CLASP, nomeadamente através do seu Plenário, tem um papel fundamental de deliberação relativamente a elementos estruturantes, tanto da orgânica, como das dinâmicas, da rede de parceiros. Desde logo, é no seu Plenário que se discute e aprova o plano estratégico para uma ação social local concertada, que o Plano de Desenvolvimento Social representa. Mas é também ali que se propõem, discutem e aprovam os Planos de Ação anuais que são, em si mesmos, a materialização do compromisso de um vasto número de parceiros com a execução de ações que objetivam os princípios da parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidade em torno dos quais as redes sociais locais se edificaram.

**B.2. MONITORIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E  
AVALIAÇÃO**

Além de um Modelo de Governação e Dinamização, a implementação de um Plano de Desenvolvimento Social, à imagem de um qualquer outro plano estratégico, requer a definição de um conjunto de procedimentos e de ferramentas que permitam aferir, em permanência ou ciclicamente, tanto o seu estado e qualidade de execução, como a sua eficiência e eficácia na prossecução dos objetivos traçados. Idealmente, estes mecanismos devem ser parte integrante da própria estratégia como um todo: efetivamente, é uma orientação inerentemente estratégica planejar e implementar mecanismos que permitem sustentar, ora o reforço, ora a redefinição do próprio “Plano”.

#### CULTURA DE MONITORIZAÇÃO, DE AVALIAÇÃO E DE COCONSTRUÇÃO NA RSPORTO

Foi-se consolidando no seio da Rede Social do Porto uma **cultura de monitorização e de avaliação** na implementação dos seus PDS, nomeadamente através da avaliação dos consecutivos Planos de Ação anuais. Contudo, será fundamental que se perspetive o desenvolvimento de um modelo que conceptualize, estruture e operacionalize mecanismos de monitorização, de acompanhamento e de avaliação especificamente concebidos para a implementação do PDS e respetivos Planos Anuais do triénio.

171

Em linha com os princípios da articulação e da participação que devem orientar o trabalho em rede no seio das Redes Sociais Locais, considera-se que, à imagem do próprio PDS, a criação de um modelo de monitorização e avaliação deve resultar de **processos de coconstrução**. Entre outros aspetos, através de processos de participação ativa na criação de um tal modelo asseguram-se dois fatores fundamentais: por um lado, os parceiros da rede que se queiram envolver no desenho e implementação podem rever-se tanto com os seus conceitos como nas suas “ferramentas” que sejam criadas; por outro, desta forma, mais facilmente se reúnem condições para que o modelo seja ajustado tanto ao nível dos recursos que vai requerer, como ao nível do compromisso que os parceiros queiram investir na execução do mesmo.

#### COMPONENTES ESTRUTURANTES DO MODELO

A monitorização, acompanhamento e avaliação de um Plano de Desenvolvimento Social não pode consistir apenas na elaboração de um conjunto de procedimentos e ferramentas que permitam a recolha de informação acerca da sua execução. Independentemente da dimensão ou da designação do “objeto”, seja ele um plano estratégico, um programa de intervenção ou um projeto, a relevância da informação recolhida depende, em primeira instância, da conceptualização acerca da estratégia que está subjacente à sua recolha. Ou seja, depende fundamentalmente da criação de um modelo especificamente desenvolvido para esse fim, mas

que recorre a conceitos e metodologias que devem ter caráter transversal. Em última instância, é a existência desta conceptualização – desde a explicitação das ideias estruturantes aos objetivos do processo – que confere a **distinção entre um “modelo” e uma “ferramenta”**: com um modelo podem desenvolver-se diferentes ferramentas de para um mesmo objeto.

O primeiro passo na definição de um modelo deve consistir na definição das suas Componentes Estruturantes e na clara diferenciação entre elas (Serôdio, Serra e Lima, 2018).<sup>82</sup> Atendendo à amplitude e importância estratégica que o PDS representa para as políticas e práticas sociais locais, considera-se que este exige um modelo que contempla as três componentes estruturantes a que vimos assinalando anteriormente: a Monitorização, o Acompanhamento e a Avaliação. Contudo, é fundamental que todos os parceiros da Rede Social que estejam envolvidos no desenvolvimento e implementação do mesmo estejam alinhados relativamente ao que diferencia estas três componentes e como é que elas podem articular-se.

De modo sintético, podemos conceptualizar a **Monitorização** enquanto processo regular – permanente ou cíclico – de análise da implementação do plano ou projeto, com o objetivo de aferir em que medida este decorre de acordo com o que foi inicialmente concebido ou planeado (Serôdio, Serra e Lima, 2018). Ou seja, para se monitorizar a implementação do PDS tem de se elaborar um Plano de Implementação do mesmo. Um tal plano estará estreitamente associado à elaboração do Plano de Ação. De facto, os Planos de Ação anuais da Rede Social são, na sua essência, plano de implementação do PDS que os enquadra. Assim, o Modelo deve identificar Parâmetros-Base de Monitorização como, por exemplo, os principais Marcos Operativos, Cronograma de Execução (Geral e Setorial) ou Indicadores de Monitorização.

172

Decorre do Modelo de Governação e de Dinamização que acima se apresentou que **a componente de Monitorização do PDS deverá estar associada sobretudo aos Elementos Operacionais**: as Unidades Operacionais de Intervenção, o Grupo Operacional de Ativação e Articulação e a Divisão Municipal de Gestão da Rede Social.

Embora demasiado frequentemente se concebam como “a mesma coisa”, enquanto conceitos similares ou intermutáveis, Acompanhamento é um processo distinto de Monitorização. O **Acompanhamento** é um processo permanente de análise à sustentação, às metodologias, aos procedimentos e aos processos pelos quais se operacionaliza o plano ou projeto em ações /

---

<sup>82</sup> Serôdio, Serra & Lima (2018). MOMA – Modelo de Monitorização, Acompanhamento e Avaliação de projetos e planos estratégicos: Conceitos, Metodologias e Procedimentos. Porto: Faculdade de Psicologia e de ciências da Educação da Universidade do Porto.

atividades concretas (Serôdio, Serra e Lima, 2018). Como tal, o Modelo deve também identificar Parâmetros-Base de Acompanhamento como, por exemplo, a existência de ciclos, focos e picos de acompanhamento da implementação do PDS, bem como Indicadores de Acompanhamento.

**A componente de Acompanhamento do PDS deverá estar difundida por vários elementos do Modelo de Governação e Dinamização**, desde logo pelos três Elementos Operacionais, mas é uma das atribuições fundamentais que o Núcleo Executivo pode assumir. É justamente no Acompanhamento do PDS que o Conselho Intersectorial de Consultoria e Apoio (CICA) deve assentar o envolvimento na Rede Social.

Finalmente, muito sucintamente, a componente de **Avaliação** refere-se a um processo cíclico (e contingente) de análise aos méritos do plano ou projeto no alcance dos objetivos a que se propõe, bem como à sua eficácia de implementação (Serôdio, Serra e Lima, 2018). Por definição, para se avaliar tem de primeiramente que se (1) identificar o conjunto de objetivos que se pretende alcançar (gerais e específicos, de realização e de resultado), e, subsequentemente (2) os meios e processos ativados para tal. Ora, na sua essência, o primeiro destes passos corresponde ao PDS e o segundo aos Planos de Ação anuais.

173

O Modelo deve contemplar a definição de um conjunto de Parâmetros-Base de Avaliação, cuja extensão depende de vários fatores, entre os quais os principais são a amplitude de objetivos do plano ou projeto-alvo e a dimensão estratégica que é atribuída à avaliação no mesmo.

Decorre do espírito de participação e de articulação entre parceiros da Rede Social que, tal como as demais componentes do modelo, **a Avaliação do PDS deve ser difundida pelos vários elementos do Modelo de Governação e Dinamização**. Aliás, esta é uma cultura que a RSPorto vem promovendo desde os PDS anteriores. Por exemplo, a avaliação dos PAs anuais, embora implementada por uma entidade externa à implementação do PDS, incluiu sempre várias componentes de autoavaliação nas quais as Unidades Operacionais de Intervenção foram o pivô. Contudo, no modelo agora proposto, tanto o Grupo Operacional de Ativação e Articulação como a própria divisão Municipal de Gestão da Rede Social devem deverão ter funções relevantes no processo de avaliação.

## NÍVEIS DE ANÁLISE DO MODELO

Como se assinalou acima, os processos de Monitorização, de Acompanhamentos e de Avaliação são intrinsecamente distintos, mas devem ser articulados quando são concomitantes num

determinado Modelo. Coloca-se então a questão sobre como se articulam estas três componentes num Modelo de Monitorização, Acompanhamento e Avaliação de um plano estratégico.

Considera-se aqui que a articulação daquelas três componentes estruturantes se opera através dos Níveis de Análise que um modelo deve contemplar. Do ponto de vista conceptual, é a inclusão dos **Níveis de Análise Operacional, Processual, e de Resultados ou Impacto** que permite a articulação entre as três componentes (Serôdio, Serra e Lima, 2018).

O **Nível Operacional** corresponde a um nível de análise focado na operacionalização do plano de implementação previamente definido. Dito coloquialmente, analisa-se em que medida a concretização no terreno “cumpre o plano”. Este nível do modelo implica a definição de múltiplos parâmetros de análise: por exemplo, Marcos Operativos, Produtos previstos, Cronograma de Execução, Metas e Índices de Execução, Qualidade de Execução, Indicadores de Realização, etc.

O Nível Operacional tem conexão mais evidente com a componente de **Monitorização**, mas não lhe é sobreponível. De facto, trata-se de uma análise que incide em parâmetros de monitorização como sejam o cumprimento de Marcos Operativos, de um Cronograma, de Produtos esperados, etc. Mas também incide em parâmetros relativos ao **Acompanhamento**, como sejam analisar se a operacionalização desses Produtos ou o alcance das Metas de Execução cumprem os critérios de qualidade exigidos (por exemplo, em termos de sustentação científica e técnica, ou em termos dos seus padrões éticos ou deontológicos). Finalmente, a conexão deste nível de análise com a **Avaliação** materializa-se, por exemplo, na análise ao cumprimento das metas de execução estabelecidas, na própria definição e avaliação dos indicadores de realização ou na avaliação da eficácia das “operações” postas em marcha.

O **Nível Processual**, é o nível de análise que tem o seu foco na qualidade dos processos de implementação do plano ou projeto no terreno – as ações ou atividades, propriamente ditas. Este nível implica a definição de parâmetros de análise como a sustentação científica e técnica de tais processos, a sua adequação às populações ou públicos-alvo, a sua adequação aos contextos específicos em que são implementados, a tangibilidade da sua relação direta ou indireta com os objetivos específicos da ação, etc.

Identifica-se muito claramente a relação do Nível Processual de análise com a componente de **Acompanhamento**. Contudo, este articula-se também com a componente de **Avaliação** na medida em que, por exemplo, a análise à adequação dos processos a públicos-alvo ou contextos específicos de implementação, é um processo essencialmente avaliativo.

Finalmente, o **Nível de Resultados ou Impacto** está focado na análise à relação entre a implementação das ações do plano ou projeto no terreno e a prossecução dos objetivos a que se propõe. A este nível encontra-se, por exemplo, a definição da sustentação científica da tangibilidade da relação entre a ação e os resultados ou impacto verificados ou a definição da sustentação científica e técnica das metodologias e procedimentos empregues na recolha da informação/dados. É também a este nível que se devem definir indicadores de ordem distinta: de qualidade, de satisfação, de resultado, de realização/execução, de impacto social, de impacto económico, etc.

Este último nível de análise está muito diretamente associado à componente de **Avaliação**, mas também implica as componentes de Acompanhamento e de Monitorização. Por um lado, o **Acompanhamento** está inerentemente implicado no Nível de Resultados ou Impacto através da necessidade de sustentação científica e/ou técnica das metodologias e dos procedimentos de recolha da informação que permite inferir resultados ou impacto das ações. Por outro lado, este nível de análise também se inscreve na **Monitorização** pois devem estar devidamente estabelecidos no Plano de Implementação os momentos em que são recolhidos os diferentes tipos de indicadores.

## **C. PLANO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**2019-2023**

Esta secção consiste na apresentação do **Plano de Desenvolvimento Social 2019-2023** propriamente dito, resultado da integração de dados providos do cenário metodológico e operativo atrás apresentado e descrito – análise e enquadramento das principais políticas e medidas supraordenadas no domínio do desenvolvimento e intervenção social; recolha e tratamento de indicadores relevantes para a ação social no território e, por ventura o mais determinante, auscultação e discussão das necessidades, prioridades, intenções e compromissos das entidades parceiras da Rede Social do Porto.

O Plano Estratégico que aqui se apresenta constitui-se em 3 níveis integrados de organização: os **Eixos Estruturantes, os Objetivos Gerais e os Objetivos Específicos**. Os Eixos materializam as duas finalidades prioritárias do PDS. Porto para o próximo triénio, tentando assim delimitar e balizar dois enfoques distintos, mas complementares de atuação. Os Objetivos Gerais permitem definir as principais orientações organizadoras das medidas e das ações operativas, enquanto os Objetivos Específicos materializam estas orientações em áreas de atuação mais restritas e particulares.

Desta forma, o Eixo Estruturante 1 foca-se na ativação ou reforço do funcionamento da RSPorto em rede e para a Rede, designa-se **"Dinamização, Capacitação e Inovação na RSPorto"**, sendo constituído por **4 Ações Estratégicas**, "Divulgação, partilha e articulação da informação na RSPorto", "Visibilidade das sinergias na RSPorto", "Capacitação e qualificação na RSPorto" e "Inovação e experimentação social na RSPorto". Estas ações organizam-se em 6 Objetivos Gerais e 22 Objetivos Específicos.

O Eixo Estruturante 2 dá conta da promoção da intervenção da Rede Social, estando organizado em **8 Domínios Prioritários de Intervenção**, "Crianças, Jovens e suas Famílias em Situação de Vulnerabilidade", "Seniores em Situação de Vulnerabilidade e suas/seus Cuidadoras/es Informais", "Pessoas com Deficiência e suas/seus Cuidadoras/es Informais", "Pessoas com Problemas de Saúde Mental e suas/seus Cuidadoras/es Informais", "Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências", "Pessoas em Situação de Sem-Abrigo", "Pessoas em Situação de Violência de Género e Doméstica" e "Pessoas Migrantes e Pessoas de Minorias Étnicas". Cada Domínio Prioritário de Intervenção organiza-se num ou em dois Objetivos Gerais, num total de 11, transversais a todos os domínios, indicadores da intenção e do enfoque que deverá pautar a atuação junto dos beneficiários, por exemplo, dinamizar uma ação concertada na RSPorto que possibilite potenciar o impacto da intervenção. O Eixo Estruturante 2 tem 67 Objetivos Específicos.

**C.1. EIXO ESTRUTURANTE 1. DINAMIZAÇÃO,  
CAPACITAÇÃO E INOVAÇÃO NA RSPORTO**

# AÇÃO ESTRATÉGICA 1. PROMOÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA CONCERTADA DE DIVULGAÇÃO, PARTILHA E ARTICULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA RSPORTO

AE 1

## PROMOÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA CONCERTADA DE DIVULGAÇÃO, PARTILHA E ARTICULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA RSPORTO

### OG 1 OTIMIZAR E CONSOLIDAR RECURSOS E MECANISMOS DA RSPORTO

OE 1.1.

Consolidar o funcionamento da **Plataforma Digital Interativa Multifuncional (PDIM)** da RSPorto, nas suas funcionalidades de comunicação interna, disponibilização de recursos e divulgação de projetos\iniciativas em curso ou em desenvolvimento.

Dinamizar o **Observatório Permanente de Desenvolvimento Social (OPDS)**: Criação e monitorização anual do **Perfil da Realidade Social**.

OE 1.2.

O Perfil da Realidade Social consiste na realização de uma série de estudos de caracterização de comunidades, fenómenos ou grupos sociais identificados por uma ausência de dados potencialmente relevantes para o planeamento de políticas e de medidas ou para a sustentação fundamentada de intervenções. A pré-identificação destas áreas está já concluída.

OE 1.3.

Dinamizar o Observatório Permanente de Desenvolvimento Social: Mapeamento georreferenciado e monitorização anual das **Respostas Sociais da RSPorto**.

OE 1.4.

Revitalizar a articulação da RSPorto com as **Comissões Sociais de Freguesia**.

OE1.5.

Desenvolver um **Modelo Integrado de Acompanhamento e Gestão de Casos** tendo por base o OPDS, as funcionalidades da PDIM, o Modelo de Governação do PDS e os Objetivos das Unidades Operacionais de Intervenção (UOI) focados no funcionamento concertado em rede. Este modelo deverá ter em conta o atual funcionamento dos NLLs.

AE 1

## PROMOÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA CONCERTADA DE DIVULGAÇÃO, PARTILHA E ARTICULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA RSPORTO

OG 2

CONCRETIZAR O MODELO DE GOVERNAÇÃO DEFINIDO PARA O FUNCIONAMENTO DO PDS 2019-2023

OE 2.1.

Dinamizar o funcionamento das **Unidades Operacionais de Intervenção (UOI)** da RSPorto.

OE 2.2.

Dinamizar o funcionamento do **Grupo Operacional de Ativação e Articulação** da RSPorto (GOAA) e definir o enquadramento da sua articulação com o Núcleo Executivo.

Constituir o funcionamento do **Conselho Intersectorial de Consultoria e Apoio (CICA)**.

OE 2.3.

A constituição do CICA assenta na motivação em potenciar as sinergias colaborativas entre a RSPorto e um importante conjunto de setores com respostas potencialmente importantes para a área do desenvolvimento social. Considera-se que este dispositivo não deverá só contemplar direções /departamentos/divisões municipais ou entidades participadas, mas também outros parceiros estratégicos do território que não se encontrem integrados no Núcleo Executivo e que demonstrem disponibilidade para articular com a Rede Social do Porto.

## AÇÃO ESTRATÉGICA 2. CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE VISIBILIDADE DAS SINERGIAS DA RSPORTO

AE2

### CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE VISIBILIDADE DAS SINERGIAS DA RSPORTO

OG 3

OTIMIZAR E DIVERSIFICAR AS FUNCIONALIDADES DOS RECURSOS DA RSPORTO

OE 3.1.

Criar um acesso na página da Câmara Municipal do Porto, aberto à comunidade, especificamente criada para a Rede Social do Porto que integre a descrição da rede, do seu funcionamento, dos parceiros e das atividades desenvolvidas, permitindo ao usuário interagir com a RSPorto.

OG 4

DESENVOLVER UM PLANO ESTRATÉGICO DE COMUNICAÇÃO NO SEIO DA RSPORTO E DESTA COM A CIDADE

OE 4.1.

Organizar iniciativas da RSPorto dirigidas às entidades parceiras, focadas na partilha de boas práticas, na articulação interinstitucional, e na concertação de recursos.

OE 4.2.

Desenvolver campanhas inovadoras de sensibilização/capacitação da comunidade com o "selo" RSPorto sobre temáticas transversais às UOIs.

Estas campanhas devem estar focadas em temáticas abrangentes, transversais aos Domínios Prioritários de Intervenção como a cidadania, a tolerância à diferença, a não violência, entre outras. Estas iniciativas devem envolver múltiplos parceiros e devem ser promovidas e apoiadas pela RSPorto.

OE4.3

Promover anualmente um **Evento Cidade Inclusiva e Coesa** – promovido pela RSPorto e aberto à comunidade.

## AÇÃO ESTRATÉGICA 3. CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA RSPORTO

AE3

### CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA RSPORTO

OG 5

DESENVOLVER UM PROGRAMA ESTRATÉGICO E INTEGRADO DE CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO

OE 5.1.

Atualizar anualmente o levantamento de necessidades formativas das entidades parceiras da RSPorto, visando o reforço da qualificação técnica metodológica na intervenção social.

OE 5.2.

Consolidar a capacitação para a utilização da Plataforma Digital Interativa Multifuncional.

OE 5.3.

Promover capacitação técnica para o Modelo Integrado de Acompanhamento e Gestão de Casos da RSPorto.

OE 5.4.

Promover uma **Estratégia Concertada de Capacitação de Profissionais** dos principais serviços públicos e privados com atendimento ao público, visando a aquisição e o reforço das suas competências comunicacionais face as especificidades de diferentes grupos sociais (por exemplo, pessoas em situação de exclusão pela sua condição social, pessoas com deficiência, pessoas com doença mental e seniores, bem como respetivos familiares e\ou cuidadores\as informais).

OE 5.5.

Reunir no Observatório Permanente de Desenvolvimento Social um conjunto de referenciais estratégicos e manuais e\ ou materiais de intervenção, já testados e *evidence based*, existentes para utilização na RSPorto.

OE 5.6.

Desenvolver um modelo de gestão de **Voluntariado Estratégico e Inclusivo** no seio da RSPorto, dando continuidade à reestruturação da plataforma existente.

OE 5.7.

Fomentar na RSPorto a iniciativa **Dar Voz ao Porto** que assenta na promoção de mecanismos e oportunidades de cidadania e de participação ativa dos "beneficiários" designadamente no que se refere ao seu papel efetivo no planeamento, co execução e avaliação da atuação de que são alvo.

## AÇÃO ESTRATÉGICA 4. DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA CONCERTADA DE EXPERIMENTAÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL NA RSPORTO

AE4

### DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA CONCERTADA DE EXPERIMENTAÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL NA RSPORTO

OG 6

ALAVANCAR PROJETOS PILOTO DE INOVAÇÃO SOCIAL EM ÁREAS IDENTIFICADAS COMO PRIORITÁRIAS

OE 6.1.

Definir estratégia de identificação de projetos de **Inovação Social** ou de **Experimentação Social** de base local, focada nas necessidades identificadas na RSPorto, em articulação com os recursos existentes neste domínio, designadamente o Centro de Inovação Social do Porto ou outras entidades locais ou regionais.

OE 6.2.

Definir estratégia de apoio de projetos de inovação social ou de experimentação social de base local em articulação com os recursos existentes, designadamente o Centro de Inovação Social do Porto ou outras entidades locais, regionais ou nacionais.

OE 6.3.

Realizar evento anual de divulgação e de promoção da visibilidade social de projetos de Inovação Social empreendidos no seio da RSPorto ou no território da cidade.

**C.2. EIXO ESTRUTURANTE 2. DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS  
DE INTERVENÇÃO**

## DOMÍNIO PRIORITÁRIO 1. CRIANÇAS, JOVENS E SUAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

DPI 1	<b>CRIANÇAS, JOVENS E SUAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE</b>
OG 7	DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA NA RSPorto, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS CRIANÇAS, JOVENS E SUAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
OE 7.1.	<p>Desenvolver, de modo participado, um <b>Modelo de Articulação e Concertação Interinstitucional (MACI)</b> da RSPorto focado nas crianças, jovens e suas famílias em situação de vulnerabilidade.</p> <p>O MACI inclui procedimentos de sinalização, referência, encaminhamento, comunicação interinstitucional, partilha de recursos e monitorização da gestão de casos. O MACI estará coadjuvado pelo Guia de Recursos da RSPorto, atualizável e organizado por tipologia de respostas; (2) pressupõe a utilização da PDIM RSPorto, (3) tem por base a articulação estreita com AE1 (OG1 e OG2).</p>
OE 7.2.	Promover um maior investimento em respostas especializadas no âmbito da capacitação parental
OE 7.3.	Promover a capacitação dos parceiros da RSPorto para a intervenção com jovens NEET.
OE 7.4.	<p>Fomentar uma intervenção em rede inovadora e multidimensional com os jovens NEET, rentabilizando as sinergias entre as entidades com respostas no âmbito educativo, profissionalizante e de inserção no mercado de trabalho.</p> <p>(cf. Eixo Estruturante 1, AE4, OG 6)</p>
OE 7.5	Criar oportunidades de divulgação interna e de disseminação externa ao longo da elaboração do MACI (por exemplo, através de fóruns participativos abertos à comunidade, <i>workshops</i> , seminários, etc.).

DPI 1

## CRIANÇAS, JOVENS E SUAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

OG 8

DINAMIZAR E REFORÇAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL EFICAZ E EFICIENTE NO ÂMBITO DA INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS, JOVENS E SUAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

OE 8.1.

Apoiar a otimização da intervenção com Grupos Específicos de Crianças e Jovens em Situação de Vulnerabilidade visando a promoção da sua qualidade de vida e reforçando processos de inclusão social.

Inclui respostas diversificadas como, creches, pré-escolar, OTL, apoio ao estudo; empregabilidade; acesso à cultura; apoio psicopedagógico, apoio médico, apoio psicológico, apoio social; estruturas residenciais; e ainda programas de intervenção em áreas diversas.

OE 8.2.

Apoiar o reforço da intervenção com Famílias em Situação de Vulnerabilidade visando a promoção da sua qualidade de vida e reforçando processos de inclusão social.

Inclui respostas existentes como apoio médico, apoio psicológico, apoio social; iniciativas estruturadas e sustentadas em evidência focadas no treino de competências parentais e na capacitação parental; formação em áreas educativas específicas).

OE 8.3.

Otimizar a articulação com os serviços de saúde mental, ao nível do apoio às crianças, jovens e suas famílias, mas também ao nível do desenvolvimento de programas de promoção de competências basilares para o bem-estar psicológico e social.

<sup>83</sup>

(cf. DPl4; OG13; OE 13.2)

186

## DOMÍNIO PRIORITÁRIO 2. SENIORES E SUAS/SEUS CUIDADORAS/ES INFORMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

DPI 2

### SENIORES E SUAS/SEUS CUIDADORAS/ES INFORMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

OG 9

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA NA RSPorto, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DOS SENIORES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E SUAS/SEUS CUIDADORAS/ES INFORMAIS

Desenvolver, de modo participado, um **Modelo de Articulação e Concertação Interinstitucional (MACI)** da RSPorto para os seniores e suas/seus cuidadoras/es.

OE 9.1.

O MACI inclui procedimentos de sinalização, referência, encaminhamento, comunicação interinstitucional, partilha de recursos e monitorização da gestão de casos. O MACI estará coadjuvado pelo Guia de Recursos do OPDS, atualizável e organizado por tipologia de respostas; (2) pressupõe a utilização da PDIM RSPorto, (3) tem por base a articulação estreita com AE1 (OG1 e OG2).

Desenvolver uma estratégia concertada de implementação dos princípios das **Cidades Amigas das Pessoas Idosas** sustentada no diagnóstico participativo já realizado pela CMPorto e no Perfil da Realidade Social (OPDS).

OE 9.2.

Este referencial integra um vasto conjunto de áreas de intervenção: transportes; habitação; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; espaços exteriores e edifícios; apoio comunitário e serviços de saúde. A UOI Seniores deverá analisar os dados de diagnóstico existentes e tomar decisões sobre as áreas a priorizar em cada ano.

OE 9.3.

Promover ações de capacitação dirigidas a cuidadoras/es informais focadas na aquisição de competências essenciais para o desempenho do seu papel, tanto a nível pessoal, como ao nível da prestação de cuidados propriamente ditos (por exemplo, a divulgação de serviços que favoreçam a segurança e proteção da pessoa idosa).

**SENIORES E SUAS/SEUS CUIDADORAS/ES INFORMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE****OG 9**

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA NA RSPORTO, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DOS SENIORES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E SUAS/SEUS CUIDADORAS/ES INFORMAIS

**OE 9.4.**

Apoiar a elaboração de uma estratégia de promoção de estruturas e de medidas visando a promoção da qualidade de vida do\|a cuidador\|a informal, designadamente a criação de grupos de apoio e\|ou outros tipos de medidas que possibilitem o reforço do seu bem-estar psicológico, físico e social.

**OE 9.5.<sup>84</sup>**

Promover uma estratégia de facilitação do acesso à saúde por parte da população sénior, visando não só a constituição de canais de comunicação mais fluida entre parceiros de rede com respostas vocacionadas para esta população e os serviços de saúde, como também a adaptação dos serviços existentes.

**OE 9.6.**

Incentivar o envelhecimento nos contextos de proximidade das pessoas idosas (*Ageing in Place*), apoiando e dinamizando a criação de respostas inovadoras ao nível da habitação ou de adequação\|reabilitação de estruturas residenciais existentes.

**OE 9.7.**

Promover a criação de ambientes físicos (acesso pleno à utilização de transportes e de serviços públicos, e fruição do espaço público) e sociais (ao nível da facilitação do acesso a oportunidades e contextos culturais, recreativos e de aprendizagem) potenciadores da integração efetiva e da participação plena das pessoas seniores na vida da cidade, por exemplo na sua implicação nos processos de elaboração de políticas e medidas com impacto no envelhecimento saudável e ativo.

<sup>84</sup> Cf. Plano Municipal de Saúde.

DPI 2

## SENIORES E SUAS/SEUS CUIDADORAS/ES INFORMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

OG 9

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA NA RSPORTO, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DOS SENIORES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E SUAS/SEUS CUIDADORAS/ES INFORMAIS

OE 9.8.

Estruturar momentos de divulgação interna e de disseminação externa das atividades da MACI (por exemplo, fóruns participativos abertos à comunidade, workshops, seminários, etc.).

OG 10

DINAMIZAR E REFORÇAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL EFICAZ E EFICIENTE NO ÂMBITO DA INTERVENÇÃO COM SENIORES E SUAS/SEUS CUIDADORAS/ES INFORMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

OE 10.1.

Investir na diferenciação das respostas sustentadas de cuidado individualizado para satisfação de necessidades básicas e sociais das pessoas seniores sem retaguarda familiar (contexto comunitário e respostas residenciais).

OE 10.2

Incentivar implementação de iniciativas estruturadas e inovadoras de natureza recreativa, desportiva, cultural e de capacitação (com diferentes formatos e modalidades) ajustadas aos diferentes perfis e necessidades da pessoa sénior.

OE 10.3

Desenvolver projetos, cientificamente sustentados, vocacionados para a reabilitação e/ou estimulação sociocognitiva.

## DOMÍNIO PRIORITÁRIO 3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

DPI 3

### PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

OG11

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA NA RSPORTO, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E CUIDADORAS/ES INFORMAIS

OE11.1.

Constituir uma **Comissão Consultiva para a Concertação e Potenciação de Respostas** para a **Pessoa com Deficiência**, integrando o Gabinete para a Inclusão da CMP, promovendo uma estratégia de envolvimento e de participação ativa das entidades do domínio e, simultaneamente, de capacitação dos profissionais dos diferentes serviços.

O objetivo da comissão poderá assentar na consulta do Guia de Recursos da RSPorto, atualizável e organizado por tipologia de respostas; (2) pressupõe a utilização da PDIM RSPorto, (3) tem por base a articulação estreita com AE1 (OG1 e OG2).

OE11.2.

Apoiar a elaboração de uma estratégia de promoção de estruturas e de medidas visando a promoção da qualidade de vida do\ a cuidador\ a informal, designadamente a criação de grupos de apoio e\ ou outros tipos de medidas que possibilitem o reforço do seu bem-estar psicológico, físico e social.

OE11.3.

Dinamizar uma estratégia de qualificação e\ ou de capacitação pessoal para cuidadores informais, focada na aquisição e\ ou na atualização de competências facilitadoras da sua função (por exemplo, elaboração de guia de recursos; utilização de meios digitais).

OE11.4.

Reforçar a necessidade de garantir às pessoas com deficiência o acesso pleno à utilização de transportes e de serviços públicos, e fruição do espaço e das vias públicas (mobilidade e acessibilidade inclusiva).

## OG11

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA NA RSPORTO, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E CUIDADORAS/ES

## OE 11.5

Investir na implementação de uma Estratégia de Emprego para a Pessoa com Deficiência (incluindo o diagnóstico da situação, o levantamento de necessidades, o levantamento de recursos, a sensibilização e a capacitação de entidades empregadoras).

## OE 11.6

Estruturar momentos de divulgação interna e de disseminação externa das atividades da Comissão Consultiva para a Concertação e Potenciação de Respostas Pessoa com Deficiência (por exemplo, fóruns participativos abertos à comunidade, workshops, seminários, etc.).

## OG 12

DINAMIZAR E REFORÇAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL EFICAZ E EFICIENTE NO ÂMBITO DA INTERVENÇÃO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E CUIDADORAS/ES INFORMAIS

## OE 12.1.

Consolidar o investimento nas respostas existentes no âmbito da melhoria das condições de vida e da proteção social à pessoa com deficiência em todas as etapas do ciclo vital, potenciando recursos e sinergias existentes na RSPorto.

(inclui Equipas de Intervenção Precoce, Lares de Apoio, Centros de Atendimento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade, Centro de Atividades Ocupacionais, Serviços de Transporte de Pessoas, e Lares de Autonomização)

## OE 12.2

Reforçar a necessidade de criação de respostas inclusivas para crianças e jovens com deficiência.

## OE 12.3.

Consolidar a implementação de medidas piloto de autonomização da pessoa com deficiência.

## DOMÍNIO PRIORITÁRIO 4. PESSOAS COM PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL

DPI 4

### PESSOAS COM PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL

OG13

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA DA RSPorto, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS COM PROBLEMÁTICAS AO NÍVEL DA SAÚDE MENTAL, E SEUS/SUAS CUIDADORAS/ES INFORMAIS<sup>85</sup>

OE13.1.<sup>86</sup>

Desenvolver um **Modelo de Articulação Interinstitucional para a Saúde Mental (MAIs Saúde Mental)** no seio RSPorto, sustentado no Modelo de Governação do Plano Municipal de Saúde e em diretrizes da Federação de Entidades de Apoio à Reabilitação Psicossocial da AMP (FEARP AMP) e do Conselho Regional da Saúde Mental da ARS-Norte.

O MAIs Saúde Mental inclui procedimentos de triagem, referência, encaminhamento, dinamização da comunicação interinstitucional, partilha de recursos, divulgação de respostas (por exemplo, Linhas de Apoio e monitorização. O Guia de Recursos da RSPorto, atualizável e organizado por tipologia de respostas poderá ser um ponto de partida, bem como a utilização da PDIM.

(cf. Eixo Estruturante AE1, OG 1 e 2)

OE 13.2.

Reforçar uma implementação concertada de projetos de promoção de saúde mental nas escolas desenhados para vários públicos-alvo: docentes, assistentes operacionais, técnicas/os dos SPO, estudantes, pais), numa lógica de criação bolsa de projetos e prevenção de Saúde Mental empiricamente testados e avaliados.

(CF. Eixo Estruturante 1, AE3, OG 5)

192

<sup>85</sup> O Domínio Prioritário de Intervenção “Pessoas com Problemas de Saúde Mental” assenta no Eixo 3 do Plano Municipal de Saúde. Este referencial foi elaborado pelo Departamento Municipal de Coesão Social da Câmara Municipal do Porto em articulação com algumas entidades da RSPorto.

## OG13

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA DA RSPORTO, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS COM PROBLEMÁTICAS AO NÍVEL DA SAÚDE MENTAL, E SEUS/SUAS CUIDADORAS/ES INFORMAIS<sup>87</sup>

## OE 13.3.

Apoiar a elaboração de uma estratégia de promoção de estruturas e de medidas visando a promoção da qualidade de vida do/a cuidador/a informal, designadamente a criação de grupos de apoio e/ou outros tipos de medidas que possibilitem o reforço do seu bem-estar psicológico, físico e social.

## OE13.4.

Investir na implementação de uma estratégia de emprego (incluindo diagnóstico da situação, levantamento de necessidades, levantamento de recursos, sensibilização e capacitação de entidades empregadoras).

## OE 13.5.

Desenvolver uma política concertada de alojamento temporário e de habitação permanente para pessoas com problemas de foro mental.

## OE 13.6.

Consolidar o investimento nas respostas existentes no âmbito da melhoria das condições de vida, integração social e proteção social da pessoa com problemas de saúde mental em todas as etapas do ciclo vital, potenciando recursos e sinergias existentes na Rede Social do Porto.

## OE 13.7.

Desenvolver uma rede especializada de apoio domiciliário para pessoas com problemas de saúde mental.

## OE 13.8.

Estruturar momentos de divulgação interna e de disseminação externa das atividades do **(MAIS.SM)** – (fóruns participativos abertos à comunidade, workshops, seminários...).

<sup>87</sup> O Domínio Prioritário de Intervenção “Pessoas com Problemas de Saúde Mental” assenta no Eixo 3 do Plano Municipal de Saúde. Este referencial foi elaborado pelo Departamento Municipal de Coesão Social da Câmara Municipal do Porto em articulação com algumas entidades da RSPorto.

## DOMÍNIO PRIORITÁRIO 5. PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS (CAD)

### DPI 5 PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS (CAD)

OG14<sup>88</sup>

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA DA RSPorto, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS COM CAD

OE14.1.

Constituir uma **Rede de Referência e de Articulação Interinstitucional (RRAI)** entre as estruturas vocacionadas para este domínio e as diferentes entidades da comunidade RSPorto no âmbito dos CAD, tendo por base o Modelo de Governação do Plano Municipal de Saúde (PMS) e os núcleos territoriais existentes (inclui procedimentos a referência, o encaminhamento, a comunicação interinstitucional, a partilha de recursos e a monitorização/gestão de casos).

No âmbito da RRAI, investir numa estratégia de articulação entre as entidades da RSPorto com respostas vocacionadas para a prevenção de comportamentos de risco tendo em linha de conta os diferentes grupos-alvo (ACES, Agrupamentos de Escola, CPCJs; estruturas de apoio à população sénior, à população migrante...).

A RRAI poderá ser coadjuvada pelo Guia de Recursos da RSPorto, atualizável e organizado por tipologia de respostas; (2) pressupõe a utilização da PDIM, (3) tem por base a articulação estreita com AE1 (OG1 e OG2).

OE 14.2.

Reforçar uma estratégia preventiva seletiva no domínio das substâncias lícitas e ilícitas, concertada entre as entidades de terreno, ajustada a diferentes públicos-alvo, em diferentes etapas do ciclo de vida e em especial situação de vulnerabilidade biopsicossocial e/ou de exclusão social (por exemplo, indivíduos com duplo diagnóstico, pessoas idosas, mulheres, grávidas, jovens de contextos de vida de risco, populações migrantes, pessoas em situação de sem-abrigo, entre outros).

<sup>88</sup> O Domínio Prioritário de Intervenção Pessoas com CAD articula-se com o Eixo 4 do Plano Municipal de Saúde. Como referido, este referencial foi elaborado pelo Departamento Municipal de Coesão Social da Câmara Municipal do Porto, em articulação com algumas das entidades da RSPorto.

## OG14

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA DA RSPORTO, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS COM CAD

## OE14.3.

Qualificar e atualizar os profissionais das entidades e estruturas não especializadas no âmbito de temáticas como as novas substâncias psicoativas e os comportamentos aditivos sem substância (como o jogo e a infodependência), tendo em conta os contextos e os tipos de intervenção de cada entidade (por exemplo, IPSS'S, ONG's, Associações, AE, ACES, APF, DGRSP, etc.).

## OE 14.4.

Aumentar a abrangência das estratégias de prevenção universal e seletiva, reforçando e descentralizando as respostas para crianças e jovens com fatores de risco identificados e com percursos precoces e iniciais ao nível dos CAD.

## OE 14.5.

Implementar uma intervenção concertada entre os parceiros da RSPorto no âmbito dos consumos em contextos recreativos, designadamente ao nível da prevenção e da redução de danos.

## OE 14.6.

Reforçar o investimento em respostas socioeducativas e socioculturais inclusivas.

## OE 14.7.

Promover respostas ao nível do *drug checking* e salas de consumo assético.

OG14

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA DA RSPORTO, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS COM CAD

OE 14.8.

Reforçar a constituição de uma estratégia ao nível da integração social de indivíduos com CAD, designadamente pela articulação com estruturas vocacionadas para a qualificação profissional, a empregabilidade, e o empreendedorismo.

OE14.9.

Adequar as respostas de alojamento, temporário ou permanente, às particularidades das pessoas com CAD.

OE14.10.

Estruturar momentos de divulgação interna e de disseminação externa das atividades da RRAI (por exemplo, fóruns participativos abertos à comunidade, workshops, seminários, etc.).

## DOMÍNIO PRIORITÁRIO 6. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

DPI 6	<b>PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO</b>
OG15	<p>DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA DA RSPORTO, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO<sup>89</sup></p>
OE15.1.	<p>Desenvolver um Modelo Integrado de Articulação e Comunicação Interinstitucional ao nível do acompanhamento, monitorização e avaliação do fenómeno e das atividades desenvolvidas pelo NPISA Porto, organizado pelos seus Eixos de Intervenção.</p> <p>A conceitualização do modelo tem por base (a) a identificação e consensualização dos indicadores relevantes para a monitorização do fenómeno; (b) a atualização dos instrumentos de sinalização e monitorização existentes; (c) o estabelecimento de uma estratégia de reforço da qualificação técnica e metodológica das entidades; (d) a atualização do Guia de Recursos da RSPorto; (e) a rentabilização da PDIM; (f) a definição de uma estratégia de concertação entre os Eixos de Intervenção; (g) a participação na elaboração do Perfil da Realidade Social das Pessoas em Situação de Sem Abrigo a integrar o Observatório Permanente de Desenvolvimento Social da RSPorto.</p> <p>(cf. Eixo Estruturante 1, AE1; OG1)</p>
OE 15.2.	<p>Promover o conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, garantindo a monitorização sistemática desse conhecimento e a sua disseminação e aplicação nos referenciais estratégicos no âmbito do desenvolvimento social do território e junto dos parceiros da RSPorto (e inerentemente do NPISA).</p> <p>(cf. Eixo estruturante 1, AE1, OE1)</p>
OE 15.3.	<p>Reforçar uma intervenção promotora da qualidade de vida das pessoas em situação de sem-abrigo, investindo na qualidade técnica da atuação, concretamente ao nível das respostas de apoio de emergência e de proteção social.</p>

197

<sup>89</sup> O Domínio Prioritário de Intervenção Pessoas em Situação de Sem Abrigo assenta diretamente no Plano de Ação do NPISA PORTO (2018-2019), concretamente nos seus Eixos e Objetivos Estratégicos. Este referencial foi elaborado pelo NPISA PORTO em estreita articulação com o Departamento Municipal de Coesão Social da Câmara Municipal do Porto tendo por base os pressupostos e diretrizes da Estratégia Nacional para Integração das Pessoas em Situação de Sem-abrigo (2017-2023). Em consonância com as orientações do Município e com o NPISA PORTO, decidiu-se que os objetivos estratégicos do Plano de Ação deveriam estar plasmados na sua totalidade no PDS, sofrendo alguns ajustes de acordo com a coerência concetual e estrutural deste último.

## DPI 6 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

### OG15

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA DA RSPORTO, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO<sup>90</sup>

#### OE 15.4.

Investir numa intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo, potenciando a sua eficácia e eficiência, designadamente ao nível da educação, capacitação, formação profissional e emprego, por meio da ativação das sinergias do NPISA Porto e da RSPorto.

#### OE 15.5.

Reforçar uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo, potenciando a sua eficácia e eficiência, ao nível do acesso à saúde, por meio da ativação das sinergias do NPISA Porto e da RSPorto.

#### OE 15.6.

Reforçar uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo, potenciando a sua eficácia e eficiência, ao nível do acesso a alojamento e à habitação, por meio da ativação das sinergias do NPISA Porto e da RSPorto.

#### OE 15.7.

Promover estratégias concertadas de intervenção baseadas na metodologia de pares e de capacitação de entidades e pessoas na área do voluntariado.

#### OE 15.8.

Estruturar momentos de divulgação interna e de disseminação externa das atividades do NPISA PORTO (por exemplo, fóruns participativos abertos à comunidade, workshops, seminários, etc.).

<sup>90</sup> O Domínio Prioritário de Intervenção Pessoas em Situação de Sem Abrigo assenta diretamente no Plano de Ação do NPISA PORTO (2018-2019), concretamente nos seus Eixos e Objetivos Estratégicos. Este referencial foi elaborado pelo NPISA PORTO em estreita articulação com o Departamento Municipal de Coesão Social da Câmara Municipal do Porto tendo por base os pressupostos e diretrizes da Estratégia Nacional para Integração das Pessoas em Situação de Sem-abrigo (2017-2023). Em consonância com as orientações do Município e com o NPISA PORTO, decidiu-se que os objetivos estratégicos do Plano de Ação deveriam estar plasmados na sua totalidade no PDS, sofrendo alguns ajustes de acordo com a coerência concetual e estrutural deste último.

## DOMÍNIO PRIORITÁRIO 7. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DOMÉSTICA

DPI 7	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DOMÉSTICA	
	OG16	<p>DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA DA RSPORTO PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO OU DOMÉSTICA <sup>91</sup></p>
	OE16.1.	<p>Criar uma <b>Rede de Referência</b> na área da violência de gênero e doméstica visando um trabalho articulado e direcionado para o mesmo objetivo e garantindo uma melhor qualidade das respostas prestadas às vítimas deste tipo de violência. Esta Rede poderá assentar no Guia de Recursos da RSPorto e na utilização da PDIM.</p> <p>(cf. Eixo Estruturante 1, AE1, OG1)</p>
	OE 16.2.	<p>Capacitar a comunidade sobre a temática da igualdade de gênero, difundindo valores de igualdade, de cidadania e da cultura de não-violência, tendo em vista minorar estereótipos de gênero que legitimam a existência de relações desiguais, de comportamentos discriminatórios e da violência de gênero e doméstica, designadamente nas situações de violência que envolvem pessoas seniores ou outros grupos em condição de elevada vulnerabilidade.</p> <p>(cf. Eixo Estruturante 1, AE2, OG4)</p>

199

<sup>91</sup> O Domínio Prioritário de Intervenção Pessoas em Situação de Violência de Género e Doméstica assenta diretamente nos Eixos Estratégicos patentes no Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2019/2020) – PMPCVGD, elaborado pelo Departamento Municipal de Coesão Social da Câmara Municipal do Porto em articulação com os parceiros estratégicos do território com matéria de intervenção naquela área. Este referencial, não só se encontra organizado em torno dos pressupostos e das diretrizes da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (2018-2030), como elenca, e reúne de forma concertada, os contributos dos parceiros do território para cada uma das diretrizes nacionais. Em consonância com as orientações do Município e com o grupo de trabalho responsável pelo PMPCVGD, entendeu-se que os objetivos estratégicos do PMPCVGD deveriam estar vertidos na sua totalidade no PDS, sofrendo alguns ajustes de acordo com a coerência concetual e estrutural deste último.

## OG16

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA DA RSPORTO PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO OU DOMÉSTICA

## OE 16.3.

Qualificar os/as técnicos/as envolvidos/as, direta ou indiretamente, nos processos de violência de género e doméstica, dotando-os de competências adequadas para intervirem de forma eficiente, quer no atendimento e apoio às vítimas, quer no acompanhamento das situações de violência doméstica.

(cf. Eixo Estruturante 1, AE3, OG5)

## OE 16.4.

Avaliar e monitorizar de forma sistemática os fenómenos de desigualdade e de violência de género e doméstica do território.

(cf. Eixo 1, AE1, OG1)

## OE 16.5.

Melhorar e alargar o sistema de proteção das vítimas, promovendo a sua integração através da a facilitação do acesso à educação, à formação profissional, ao mercado de trabalho e à habitação.

## OE 16.6.

Prevenir a reincidência em crimes de violência doméstica, privilegiando a promoção de programas de intervenção com jovens em risco e/ou com percurso no Sistema Tutelar e Educativo e com agressores/as

## OE 16.7.

Estruturar momentos de divulgação interna e de disseminação externa das atividades da UOI. Violência Doméstica (por exemplo, fóruns participativos abertos à comunidade, workshops, seminários, etc.)

## DOMÍNIO PRIORITÁRIO 8. PESSOAS MIGRANTES E PESSOAS DE MINORIAS ÉTNICAS

### DPI 8 PESSOAS MIGRANTES E PESSOAS DE MINORIAS ÉTNICAS

#### OG17

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA DA RSPorto, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS MIGRANTES E PESSOAS DE MINORIAS ÉTNICAS

Desenvolver um **Plano de Articulação e Concertação Institucional (PACI) da RSPorto** que integre as entidades parceiras que trabalham com estas populações e as envolva numa mesma estratégia (incluindo procedimentos de sinalização, referenciação, encaminhamento, comunicação interinstitucional, partilha de recursos e monitorização).

#### OE17.1.

O PACI poderá ter como base o Guia de Recursos RSPorto, a utilização da PDIM RSPorto, estando em articulação estreita com o Eixo Estruturante 1, AE1 (concretamente OG1 e OG2). No caso das comunidades ciganas, este plano está contemplado no Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas e ser elaborada pelo município. No caso das comunidades migrantes será essencial a participação das entidades que trabalham com estas populações assumem um papel ativo na elaboração do Perfil da Realidade Social das Migrantes a integrar o Observatório Permanente de Desenvolvimento Social da RSPorto.

#### OE 17.2.

Otimizar e consolidar a intervenção existente com pessoas migrantes e pessoas de minorias étnicas visando a melhoria das condições de vida, integração social e proteção social.

#### OE 17.3.

Dinamizar a intervenção ao nível das competências de empregabilidade, empreendedorismo e de integração no mercado de trabalho otimizando as sinergias existentes no município.

## OG17

DINAMIZAR UMA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL, ASSENTE NA POTENCIAÇÃO DE UMA ATUAÇÃO CONCERTADA DA RSPORTO, PROMOTORA DO IMPACTO DA INTERVENÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS MIGRANTES E PESSOAS DE MINORIAS ÉTNICAS

## OE 17.4.

Desenvolver uma política concertada de alojamento temporário e de habitação permanente para pessoas migrantes ou pessoas de minorias étnicas.

## OE 17.5.

Promover uma estratégia articulada entre as diferentes entidades do terreno de inclusão social das pessoas migrantes e das pessoas de minorias étnicas, seja via capacitação para a cidadania, numa lógica de adequação aos grupos-alvo, seja pela implementação de projetos de mediação intercultural.

## OE 17.6.

Criar oportunidades de divulgação interna e de disseminação externa (à RSPorto) ao longo da elaboração do PACI (fóruns participativos abertos à comunidade, workshops, seminários...).

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMP. (2014). *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial AMP 2020*. Porto: Área Metropolitana do Porto.

Centro de Respostas Integradas da Divisão para a Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências da ARS Norte (2018). *Plano Operacional de Respostas Integradas: Resumo do Diagnóstico dos CAD*. Porto, Portugal: ARS Norte. Disponível em junho, 29, 2018 em [http://www.sicad.pt/BK/Concursos\\_v2/Documents/2017/Resumo%20Diagnostico%20PORI%20Porto.pdf](http://www.sicad.pt/BK/Concursos_v2/Documents/2017/Resumo%20Diagnostico%20PORI%20Porto.pdf).

CMP. (2016). *Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa – Programa Integrado de Inovação e Experimentação Social e de Animação Territorial do Porto – Memória Descritiva*. Porto, Portugal: Câmara Municipal do Porto.

CMP. (2019). *Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência de Género e Doméstica 2019/2020*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Comissão Europeia. (2010). *Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras*. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité Das Regiões em Bruxelas. Disponível em setembro, 13, 2018 em [https://infoeuropa.eu/ocid.pt/opac/?func=service&doc\\_library=CIEo1&doc\\_number=000045949&line\\_number=0001&func\\_code=WEB-FULL&service\\_type=MEDIA](https://infoeuropa.eu/ocid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIEo1&doc_number=000045949&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA).

Comité Português para a UNICEF. (2015). *Construir Cidades Amigas das Crianças – Um quadro para a ação*. Lisboa: Comité Português para a UNICEF.

Coordenação Nacional para a Saúde Mental. (2008). *Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016 — Resumo Executivo*. Lisboa: Coordenação Nacional para a Saúde Mental.

Costa, A. (2017). *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025*. Lisboa, Portugal: Direção-Geral de Saúde. Disponível em julho, 17, 2018 em <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf>.

Council of Europe. (2016). *Council of Europe Strategy for the Rights of the Child (2016-2021)*. France: Council of Europe.

- Council of Europe. (2017). *Human Rights: A Reality for All - Council of Europe Disability Strategy* (2017-2023). France: Council of Europe.
- DGS. (2017). *Programa Nacional para a Saúde Mental 2017*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- DGS. (2017). *Programas de Saúde Prioritários – Metas de Saúde 2020*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- DRE. (2018). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018*. Disponível em julho, 17, 2018 em <https://dre.pt/home/-/dre/115360036/details/maximized>.
- ENIPSA. (2009). *Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015*. Disponível em outubro, 2, 2018 em [http://www.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa\\_2009\\_2015](http://www.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015).
- Fonseca, A. M. (2018). *Boas práticas de Ageing in Place. Divulgar para Valorizar – Guia de Boas Práticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Faculdade de Educação e Psicologia — Universidade Católica Portuguesa.
- GACI. (2013). *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020*. Lisboa: ACIDI, IP.
- Governo de Portugal. (2014). *Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020*. Lisboa, Portugal: Governo de Portugal, Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional. Disponível em dezembro, 11, 2018 em [http://www.programaescolhas.pt/\\_cf/364724](http://www.programaescolhas.pt/_cf/364724).
- IDS. (2001). *Programa Rede Social*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- INR. (2011). *Estratégia Nacional para a Deficiência – ENDEF*. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação, IP.
- Instituto de Mediação da Universidade Lusófona do Porto. (2018) *Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais - 3.09 Câmara Municipal do Porto*. Porto: Universidade Lusófona, Instituto de Mediação da Universidade Lusófona do Porto.
- Município do Porto. (2018). *PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar* (2018-2021). Porto: Município do Porto.

- Município do Porto. (2018). *Plano Municipal de Saúde 2018*. Porto: Município do Porto.
- NPISA Porto. (2018). *Plano de Ação NPISA Porto 2018-2019*. Porto: Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo.
- Pinto, P. C. & Pinto, T. J. (2017). *Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores dos Direitos Humanos 2017*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Observatório da Deficiência e Direitos Humanos.
- República Portuguesa. (2017). *Modelo de Apoio à Vida Independente para Portugal - Assistência Pessoal - Projetos-Piloto para o Período 2017-2020*. Lisboa: República Portuguesa.
- Serôdio, R., Serra, A. & Lima, A. J. (2011). *Plano de Desenvolvimento Social – Porto 2011-2013*. Porto: FPCEUP, SINCLab - Social Inclusion Laboratory.
- Serôdio, R., Serra, A. & Lima, A. J. (2014). *Plano de Desenvolvimento Social – Porto 2014-2017*. Porto: FPCEUP, SINCLab - Social Inclusion Laboratory.
- Serôdio, R., Serra, A., Lima, A., Lopes, P., Catita, L., & Santos, T. (2014). *Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP 2014-2017*. Porto: FPCEUP, SINCLab - Social Inclusion Laboratory.
- Serôdio, R., Serra, A., Lima, J. A., Silva, S. M., Catita, L., Lopes, P., Freitas, S., Catalino, M., Pinto, B. & Fernandes, J. (2017). *Plano Municipal de Juventude do Porto*. Porto: FPCEUP, SINCLab - Social Inclusion Laboratory.
- Serôdio, R., Serra, A., & Lima, J. A. (2018). *Políticas e Práticas – Evidência e Capacitação: Envelhecimento Ativo (Volume I)*. Porto: Área Metropolitana do Porto.
- Serra, A., Gomes, I., Pinto, B., Serôdio, R., Lima, J. A., Oliveira, S., Brito, S., Catalino, M., Catita, L. & Guimarães, H. (2019). *Diagnóstico à Realidade Social do Porto – O Cenário em 2018*. Porto: FPCEUP, SINCLab - Social Inclusion Laboratory.
- SICAD. (2013). *Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020*. Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências. Disponível em setembro, 13, 2018 em [http://www.sicad.pt/bk/institucional/coordenacao/documents/planos/sicad\\_plano\\_nacional\\_reducao\\_cad\\_2013-2020.pdf](http://www.sicad.pt/bk/institucional/coordenacao/documents/planos/sicad_plano_nacional_reducao_cad_2013-2020.pdf).

UE. (2012). Estratégia da UE de Luta contra a Droga (2013-2020) em *Jornal Oficial da União Europeia*, C 402, 29 de dezembro de 2012.

United Nations. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. New York, USA: United Nations. Disponível em setembro, 13, 2018 em <http://www.inr.pt/uploads/docs/direitosfundamentais/convencao/ConvTxtOfPort.pdf>.

WHO. (2015). *The European Mental Health Action Plan 2013-2020*. Suíça: World Health Organization. Copenhagen, Denmark: World Health Organization.

WHO. (2017). *Global Strategy And Action Plan On Ageing And Health*. Switzerland: World Health Organization.